



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
EM HUMANIDADES
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

**SER MULHER, MÃE E UNIVERSITÁRIA: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS
ESTUDANTES MÃES BRASILEIRAS E DOS PAPOP QUE ESTUDAM NA UNILAB-
CEARÁ**

ANA CÁSSIA ALVES CUNHA

REDENÇÃO

2024

ANA CÁSSIA ALVES CUNHA

SER MULHER, MÃE E UNIVERSITÁRIA: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS
ESTUDANTES MÃES BRASILEIRAS E DOS PALOP QUE ESTUDAM NA UNILAB-
CEARÁ

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades, como condição parcial para a obtenção do título de Mestra Interdisciplinar em Humanidades.

Área de concentração: Estudos Interdisciplinares em Humanidades.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Desenvolvimento e Migrações.

Orientadora: Professora Dr.^a Geórgia Maria Feitosa e Paiva

REDENÇÃO

2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Cunha, Ana Cássia Alves. C972s

Ser Mulher, Mãe e Universitária: Os desafios enfrentados pelas
estudantes mães brasileiras e dos PAPOP que estudam na Unilab-Ceará
/ Ana Cássia Alves Cunha. - Redenção, 2024.
132f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Interdisciplinar Em Humanidades,
Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Humanidades,
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira, Redenção, 2024.

Orientador: Profa. Dra. Geórgia Maria Feitosa e Paiva.

1. Maternidade. 2. Ensino superior. 3. Estudos
interdisciplinares. 4. Políticas educacionais. 5. Unilab - CE. I.
Título

CE/UF/BSCA

CDD 155.6463

ANA CÁSSIA ALVES CUNHA

SER MULHER, MÃE E UNIVERSITÁRIA: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS
ESTUDANTES MÃES BRASILEIRAS E DOS PALOP QUE ESTUDAM NA UNILAB-
CEARÁ

BANCA EXAMINADORA

Aprovado em: 31/05/2024

Professora Dr.^a Geórgia Maria Feitosa e Paiva (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia afro-brasileira - UNILAB

Documento assinado digitalmente
 **ARILSON DOS SANTOS GOMES**
Data: 26/06/2024 13:43:12-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Professor Dr. Arilson dos Santos Gomes (Avaliador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia afro-brasileira - UNILAB

Documento assinado digitalmente
 **LARISSA OLIVEIRA E GABARRA**
Data: 26/06/2024 11:43:41-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Professora Dr.^a Larissa Oliveira e Gabarra (Avaliadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia afro-brasileira - UNILAB

Documento assinado digitalmente
 **TICIANE RODRIGUES NUNES**
Data: 26/06/2024 17:57:36-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Professora Dr.^a Ticiane Rodrigues Nunes (Avaliadora Externa)
Universidade Estadual do Ceará - UECE

A minha mãe,
A minha filha,
A minha irmã,
As minhas tias,
Às mulheres do passado,
do presente e do futuro.
Às mulheres que estavam comigo neste percurso.

AGRADECIMENTO

Primeiramente, agradeço a todas as mulheres que estiveram comigo neste percurso do aprender. Ao longo da minha história de vida, reconheci um lugar seguro nas mulheres. Dos braços da minha mãe, Zélia, aos cuidados da minha tia Litinha, no aprender materno com a minha irmã Mariana e a minha filha do coração Heloisa. Amo vocês!

Quero agradecer imensamente as minhas professoras, que estiveram comigo nesse universo chamado UNILAB. Professoras Jacqueline Costa e Rosângela Ribeiro, tenho grande admiração pelas mulheres que vocês são, que me nutrem com o saber e com a sua amizade.

Agradeço à professora Jeannete Ramos, que me ensinou e incentivou a publicar artigos, os nossos escritos devem crescer como baobás e nutrir a terra. Obrigada também à professora Luma Andrade por ser uma referência de luta e de esperança, assim como à professora Larissa Gabarra, que através dos sonhos segue lutando pela Casa Encantada.

Este trabalho também é fruto da amizade, na graduação e na pós-graduação, quero agradecer a Maria Edina e a minha mais que especial, Aminata Nádia, que me acompanha desde o BHU.

Ao longo do caminho foram muitos encontros, Josélia, Welma, Iannaelli, Angelina e Amanda, obrigada por compartilhar as suas trajetórias comigo, os seus sorrisos e lágrimas. Sou eternamente grata ao universo por termos nos aproximado.

Agradeço também aos meus queridos amigos, minha filha/irmã, Isabel Sacabeto, pelos anos morando juntas e pelo amor que tem por mim, e ao Manuel Mfinda, por seu carinho e solidariedade. A querida Vicky e ao pequeno Chris, que nas suas trajetórias de vida me incentivaram a estudar sobre este tema.

Mais que especial, quero agradecer a minha orientadora, por estar junto comigo, por me orientar nos momentos sombrios, pelos abraços nos momentos de incertezas. Professora Geórgia, que todos os seus dias sejam abençoados.

Quero agradecer à banca por acolher o convite na qualificação, como na defesa deste trabalho. Professora Dr.^a Larissa Gabarra e Professor Dr. Arilson Gomes, muito obrigada. E agradecer também à professora Dr.^a Ticiane Rodrigues Nunes por aceitar o convite como avaliadora externa.

Ao professor Arilson, um especial, obrigada, pela confiança, pelos puxões de orelhas necessários, pelo respeito e por todo o aprendizado. O meu muito obrigada!

Ao meu companheiro, pai da Cristina, Hamilton, obrigada por diariamente dizer que acredita em mim e que eu iria conseguir escrever essa abençoada dissertação. Mesmo distante, realizando os nossos sonhos acadêmicos, estamos juntos.

E quero agradecer a Deus pelo presente mais precioso que recebi nesse ano, a minha pequena Cris, que me escolheu para ser sua mãe. Te amo, querida! Desejo que você venha ao mundo com muita saúde.

E por último, mas não menos importante, obrigada a mim mesma, por seguir caminhando nos meus desejos e sonhos acadêmicos. Não é fácil, os caminhos são incertos, mas a esperança é quem me guia!

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

Vozes-Mulheres
Conceição Evaristo

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo compreender, a partir dos estudos interdisciplinares, os desafios enfrentados pelas estudantes mães brasileiras e dos PALOP da UNILAB (Ceará) durante os seus percursos acadêmicos. Para isso, realizamos uma discussão teórica sobre as questões acerca de influência do patriarcado (Leacock, 2019; Saffiot, 2009); da construção histórico-social da maternidade (Somé, 2007; Moura, Araújo, 2004; Azevedo, 2004), gênero (Hooks, 2020; Oyěwùmí, 2000; Scott, 1995) raça, classe (Carneiro, 2011; Crenshaw, 2002) e políticas públicas estudantis (Urpia & Sampaio, 2011). Como metodologia, partimos de uma pesquisa-ação, unido a um estudo documental, que utilizou dentre as técnicas de coleta de dados: formulário eletrônico, observação, roda de conversa, promoção de palestras e acolhimento das estudantes. A pesquisa demonstrou que: a) o perfil das estudantes-mães corresponde em sua maioria de, mulheres negras, com faixa etária de 20 a 41 anos, maioria solteiras, com pelo menos um/a filho/a e são a principal responsável pelos cuidados da criança, migrantes, que tem como principal fonte de renda o Auxílio Moradia; b) a experiência materna na UNILAB está baseada em violências, seja nas relações de assédio ou no impedimento das estudantes acessarem o Restaurante Universitário, correspondendo a insegurança alimentar, e, por isso, c) é necessário que a gestão da universidade aprimore ou desenvolva uma metodologia que possa quantificar e conhecer o público materno-estudantil da universidade para poder promover ações de acolhimento. Por se tratar de uma pesquisa-ação, foi realizada a criação de um documento intitulado “Política de Acolhimento das Discentes Mães na UNILAB”. Considerando as demandas das estudantes mães desta Universidade e de forma espontânea, o grupo organizou-se e tornou-se um coletivo de mães universitárias. Diante do percurso da pesquisa e das conquistas alcançadas, acreditamos que a efetivação de políticas públicas de assistência estudantil balizadas pelo referido documento contribuirá para superar as desigualdades de acesso e permanência das estudantes mães da UNILAB.

Palavras-chave: Maternidade. Ensino Superior. Estudos interdisciplinares. Políticas Educacionais. UNILAB /CE.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand, based on interdisciplinary studies, the challenges faced by Brazilian and PALOP student mothers at UNILAB (Ceará) during their academic journeys. To do this, we held a theoretical discussion on the influence of patriarchy (Leacock, 2019; Saffiot, 2009); the historical-social construction of motherhood (Somé, 2007; Moura, Araújo, 2004; Azevedo, 2004), gender (Hooks, 2020; Oyěwùmí, 2000; Scott, 1995) race, class (Carneiro, 2011; Crenshaw, 2002) and public student policies (Urpia & Sampaio, 2011). The methodology used was an action research project, combined with a documentary study, which used the following data collection techniques: electronic form, observation, conversation circles, lectures and welcoming students. The research showed that: a) the profile of the student mothers corresponds mostly to black women, aged between 20 and 41, mostly single, with at least one child and are the main carers of the child, migrants, whose main source of income is the Housing Allowance; b) the maternal experience at UNILAB is based on violence, whether in harassing relationships or in preventing students from accessing the University Restaurant, which corresponds to food insecurity, and therefore c) it is necessary for the university management to improve or develop a methodology that can quantify and get to know the university's maternal-student public in order to promote welcoming actions. As this is action research, a document entitled 'Policy for Welcoming Student Mothers at UNILAB' was created. Considering the demands of student mothers at the university and spontaneously, the group organized itself and became a collective of university mothers. In view of the research and the achievements made, we believe that the implementation of public student assistance policies based on this document will help to overcome the inequalities in access and permanence of UNILAB's student mothers.

Keywords: Maternity. Higher education. Interdisciplinary studies. Educational policies. UNILAB /CE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Apresentação da proposta de atividades	70
Figura 2 – Crianças no chão da sala de convivência, no dia 13 de junho de 2023.	72
Figura 3 – Encontro Confraternização	74
Figura 4 – Primeiro encontro formativo	75
Figura 5 – Segundo Encontro Formativo	77
Figura 6 – Terceiro Encontro Formativo	80
Figura 7 – Quarto Encontro Formativo	82
Figura 8 – Quinto Encontro Formativo	83
Figura 9 – Mensagem de ataque em perfil do Instagram	88
Figura 10 – Mensagens de ataque xenofóbico em perfil de uma estudante-mãe	88
Figura 11 – Estudante-mãe jantando com a criança no RU	91
Gráfico 1 – Universitários matriculados no semestre 2022, por raça	61
Gráfico 2 – Nacionalidade das interlocutoras	65
Gráfico 3 – A gravidez ocorreu enquanto estudava na UNILAB	66
Gráfico 4 – Ao que se refere ao estado civil	67
Gráfico 5 – Ao que se refere a renda mensal	68
Quadro 1 – Cronograma de execução da atividade do Café e Empatia em 2023	71

LISTA DE SIGLAS

ADA	Ação de Distribuição de Alimentos
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CADÚNICO	Cadastro Único
CAEE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAIS	Centro de Atenção Integral à Saúde
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CIADI	Centro Integrado de Atenção ao Desenvolvimento Infantil
COEST	Coordenação de Políticas Estudantis
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DIASE	Divisão de Assistência à Saúde do Estudante
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis
LAI	Lei de Acesso à Informação
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero.
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MEC	Ministério da Educação
NAE	Núcleo de Atendimento Social ao Estudante
OEI	Organização dos Estados Ibero Americanos
PAES	Programa de Assistência Estudantil
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PL	Projeto de Lei
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PROPAE	Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis
REUNI	Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário

SAE	Sistema de Assistência Estudantil
SESU	Secretaria de Educação Superior
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SME	Secretaria Municipal de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	PERCURSOS METODOLÓGICOS	22
2.1	Teorias acerca da metodologia	22
2.1.1	Definição do <i>corpus</i> da pesquisa	24
2.1.2	Campo de pesquisa	24
2.1.3	Etapas da pesquisa	25
2.1.4	Tipos de geração de dados	26
2.1.5	CrITÉRIOS de Inclusão e Exclusão da pesquisa	28
2.1.6	Procedimentos éticos	29
2.1.7	Metodologia de análise dos dados	29
3	BASE EPISTEMOLÓGICA PARA PENSAR MATERNIDADE NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA E PERMANÊNCIA	31
3.1	O que é ser mulher, mãe e universitária	31
3.1.1	Questões de gênero: definições sobre o que é ser mulher	36
3.1.2	O papel social do ser mulher: a construção da maternidade	40
3.1.3	Mulheres, Mães e Universitárias	47
3.2	Políticas Públicas de Assistência e Permanência Estudantil: História da Assistência Estudantil no Brasil	53
3.2.1	As Políticas públicas de assistência estudantil e permanência materna	57
4	PROTAGONISMO FEMININO E AS MÃES DISCENTES DA UNILAB	60
4.1	O que os dados da UNILAB nos dizem sobre as Mães Universitárias?	60
4.2	Mulheres Mães Universitárias da UNILAB	64
4.3	Os encontros e as formações	69
4.3.1	As rodas de conversa	72
4.3.2	Os encontros formativos	74
4.4	A experiência materna: rede de apoio, infraestrutura e as burocracias	86
4.4.1	Exercer a maternidade no ambiente universitário	86
4.4.2	A solidão materna x rede de apoio	91
4.4.3	Os percursos burocráticos	94
4.5	A Construção do Documento	96
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
	REFERÊNCIAS	104

APÊNDICE	110
APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE	111
APÊNDICE II - QUESTIONÁRIO FORMULÁRIO ELETRÔNICO	114
APÊNDICE III - CALENDÁRIO RODAS DE CONVERSA E ENCONTROS FORMATIVOS	117
APÊNDICE IV - POLÍTICA DE ACOLHIMENTO AS DISCENTES MÃES DA UNILAB	118

1 INTRODUÇÃO

Peço licença a Conceição Evaristo por me valer do seu poema como parte da justificativa desta escrita, mas a escrita desta dissertação só foi possível pelas Vozes-Mulheres, que estiveram comigo neste percurso. Obrigada a todas que escreveram junto comigo, que compartilharam das suas vidas, seus sorrisos e lágrimas. Não sei se alcançarei a grandeza das suas trajetórias na escrita desta dissertação, mas tentarei ao máximo, pois sem vocês não teríamos chegado até aqui.

Para compreensão metodológica, sempre que for usado o plural no texto, mulheres, mães e estudantes, reconheçam-se como parte integrante da nossa escrita. A minha voz também ecoa versos perplexos, pois ouvi-las ao longo destes meses me fez perceber o quão desgastante é a luta cotidiana das mulheres-mães para alcançar os seus sonhos acadêmicos.

Há esperança em suas trajetórias, desejos de vida-liberdade, ressoando por dias melhores, vidas melhores, no ontem – o hoje – o agora, não somente para si ou para seus filhos e filhas, mas para todas as outras mulheres mães, que assim como vocês, percorrem estas trajetórias, correm, existem e resistem no espaço universitário.

Criada em 2010, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) possui campus nos estados do Ceará e da Bahia. No Ceará ela está situada na região do Maciço de Baturité, nas cidades de Acarape e Redenção, em três campi: Unidade Acadêmica dos Palmares, Campi das Auroras e Campi Administrativo da Liberdade. Na Bahia está localizado no município de São Francisco do Conde.

A instituição tem em suas diretrizes o objetivo de ser uma universidade pública brasileira, estruturada no princípio da cooperação solidária, com a missão de integrar estudantes brasileiros e estudantes dos países pertencentes aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste¹. Souza e Malomalo (2016, p. 259) apontam que a universidade surgiu a partir de demandas internas e externas, entre elas “as demandas formuladas pelos movimentos sociais, especialmente o movimento negro brasileiro.”, como também das políticas internacionais que possibilitaram uma abertura com os países do Sul. Tais demandas partem de ações compensatórias oriundas do processo de escravização e da não inclusão da população afro-brasileira em políticas públicas após a libertação das pessoas que viviam em situação de escravidão. Logo, a UNILAB é uma ação de política pública afirmativa cuja finalidade é compensar os sujeitos e sujeitas que foram historicamente excluídos das

¹ Timor-Leste é um país pertencente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e está localizado na região da Ásia.

oportunidades de educação e estabilidade profissional, perpetuadas até hoje em nossa sociedade.

Desenvolver uma pesquisa sobre maternidade vai muito além de pensar sobre as dificuldades enfrentadas por mulheres no espaço universitário. Além deste, precisamos refletir também sobre como as crianças existem e habitam estes espaços. Eu, enquanto mulher, negra, brasileira e estudante, ao longo dos 5 anos que estou na UNILAB/CE, uma universidade internacional e interiorizada, pude conhecer mulheres de diversos universos sociais, das áreas urbanas, rurais e/ou periféricas, de diversidades étnicas (quilombolas e indígenas), mulheres do Brasil e mulheres dos países de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, com experiências sociais e étnicas tão distantes e tão próximas às nossas.

Nesse período, vi colegas se tornarem mães, assisti seus bebês crescerem, vi suas crianças nos ônibus universitários, nos restaurantes universitários, na hora do almoço e na hora do jantar, dividindo a refeição com suas mães. As crianças estavam nas salas de aula, nos corredores, nos braços das mães, nos braços de colegas e até mesmo nos braços de algumas professoras/es. Vi essas crianças no CIADI (Centro Integrado de Atenção ao Desenvolvimento Infantil)², onde fui voluntária no meu primeiro ano de UNILAB, vi crianças indo com suas mães para a creche, supermercado, praças, em quase todos os lugares, elas estavam lá, mas parecem invisibilizadas quando pensamos em políticas públicas e no papel da sociedade para o cuidado e proteção destas.

Meu interesse pelo tema em si surge ao perceber que embora as crianças estejam fisicamente ocupando os espaços, politicamente, por meio de ações, sejam estas no âmbito municipal ou na universidade, elas seguem sem ser reconhecidas, pois não existem políticas públicas que deem suporte às suas necessidades ou mesmo possibilidades de suas mães darem continuidade aos estudos plenamente.

É impossível pensar na mulher e na maternidade no ensino superior, sem pensar nas crianças e o espaço que elas ocupam e principalmente, nos espaços que elas não podem ocupar, e como isso impacta diretamente na vida das estudantes universitárias, que sentem, muitas vezes, que suas crianças são vistas como invasoras, assim como elas próprias, por estarem no espaço universitário com os seus filhos e filhas.

² O Centro Integrado de Atenção ao Desenvolvimento Infantil (CIADI) foi fundado em 2014, a partir da mobilização de professoras, mães e pais, discentes da universidade, com o objetivo de desenvolver ações de pesquisa, ensino e extensão para atender as crianças filhos/filhas de estudantes, mas também da comunidade. (Caiado, A. P. S. *et al.* 2021). Disponível em: <https://Unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/08/LIVRO-UNILAB-10-ANOS-VOLUME-1-FINALIZADO-definitivo.pdf> Acesso em: 20.dez.2023.

Esses estigmas são estruturados a partir de metarregras, como afirma Carlos Roberto Bacila (2015, p. 20) “estruturas objetivas da sociedade e estão baseadas sobre relações de poder”, onde “a marca (sexo, raça, condição social, necessidade especial, religião, etc.), e outro subjetivo (valoração negativa ou depreciativa)” (2015, p. 23), definem quem são as sujeitas estigmatizadas.

Enquanto a pesquisa era desenvolvida, tivemos alguns exemplos de estigmas no espaço universitário da UNILAB/CE e como estes afetam as estudantes mães universitárias. As crianças e suas mães passam por constrangimentos por seguirem ocupando diferentes espaços universitários.

Para Bacila (2015), a partir do estigma são geradas regras sociais impostas que incapacitam uma pessoa de ocupar determinado espaço e que este está relacionado ao gênero e à espécie. Por exemplo, se é mulher, mãe e universitária, logo ela não pode: socializar com a criança nos espaços da universidade; levar o filho/a para as aulas; participar dos projetos de pesquisa, ensino e extensão. A justificativa, muitas vezes, está estruturada em normativas do patriarcado, a estrutura formal da organização social, sendo está a base cultural da nossa sociedade, como afirma Joan Scott (1995), e neste aspecto, a maternidade desqualifica a mulher de cumprir qualquer que seja outra função para além do cuidar.

Ser mulher, mãe e universitária compõem alguns dos estigmas que estas mulheres sofrem ao estudar em uma universidade pública. No contexto da UNILAB, que seu corpo estudantil é formado por nacionalidades brasileiras, angolanas, caboverdianas, guineenses, são-tomenses, moçambicanas e timorenses, a realidades sociais, a vulnerabilidade social, econômica, o racismo e a xenofobia, estão caminhando lado a lado, o que impacta diretamente na permanência no ensino superior.

Segundo a pesquisa publicada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE)³ em 2019, que objetivou compreender o perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), apresenta que os (as) ingressantes nos cursos de graduação se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica, e necessitam da assistência estudantil para se manter no ensino superior.

³ FONAPRACE. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantil. 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf> Acesso em: 10.jun.2022.

Ao que tange à população universitária que necessita de assistência estudantil⁴, estes representam 66,19% dos/das estudantes. 64,1% destes são oriundos das escolas públicas (PNAD/Censo 2018 *apud* FONAPRACE, 2018). Somente na região Nordeste, os (as) pardos (as) representam 50,03% dos estudantes no ensino superior, os que se afirmaram como pretos 15%, quilombolas 1,0% e indígenas (aldeados e não aldeados) 0,9%.

A pesquisa indica que o perfil socioeconômico e cultural da população universitária brasileira mudou de alguns anos para cá, decorrente das Ações Afirmativas e Políticas de Cotas, que ampliou o acesso aos espaços universitários, mas essa mudança não atenua a evasão, a desistência ou garante ingresso no mercado de trabalho.

Conforme FONAPRACE (2019), 60% das estudantes dos cursos superiores possuem pelo menos um filho (a), sendo a maioria solteira (68,5%). Um dado alarmante deste estudo sugere que “à medida que cresce o número de filhos (as) diminui o percentual de estudantes deste sexo, o que indica que maternidade e vida acadêmica são mais difíceis de conciliar”. (FONAPRACE, 2019, p. 60).

O estudo em questão não visa aprofundar sobre os aspectos culturais e demográficos destas mães universitárias, mas mesmo assim, podemos reconhecer os desafios para as mulheres em geral, em razão das desigualdades de gênero, contudo, para as mães universitárias, ou mulheres chefes de família (“mães solo”) é ainda mais difícil, se elas forem negras e pobres, tornando as situações de exclusão mais severas.

Outro dado importante é sobre a relação de trabalho, nas atividades de serviço doméstico não remunerados, enquanto homens dedicam em média apenas 11,7 horas semanais, as mulheres gastam cerca de 21,3 horas semanais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023)⁵, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua 2022. Embora esses valores pareçam ser subvalorizados, principalmente quando pensamos sobre o trabalho doméstico das mulheres, pois além dos cuidados da casa, se dedicam aos cuidados dos familiares.

⁴ A assistência estudantil das universidades públicas é proveniente do Decreto 7.234/2010, estabelece o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cuja finalidade é ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Deste modo, os recursos do PNAES são geridos pelas universidades, que definem quais ações de assistência estudantil pretende-se implementar no âmbito universitário. BRASIL. Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES de 2010. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm Acesso: 15.fev.2024.

⁵ MOURA, Bruno de Freitas. PNAD: mulheres gastam quase o dobro de tempo no serviço doméstico. Agência Brasil. Publicado em 11 de agosto de 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/pnad-mulheres-gastam-quase-o-dobro-de-tempo-no-servico-domestico#:~:text=A%20Pesquisa%20Nacional%20por%20Amostra,homens%20utilizam%2011%2C7%20horas>. Acesso: 20.out.2023.

Quando interseccionamos estes dados, podemos perceber que existe uma vulnerabilidade ainda maior para mulheres, mães, universitárias, diretamente ligadas às questões de raça e classe. Tais questões são ainda mais sensíveis, quando pensamos: como estas mulheres garantem a sobrevivência de si e da criança (principalmente para as mães que têm no auxílio estudantil sua única fonte econômica)? Como ter êxito acadêmico? Como o bem-estar social destas mulheres é afetado pelo acúmulo das responsabilidades da casa, com os cuidados com os (as) filhos(as)? Como elas conseguem dar continuidade aos estudos, para além do cumprimento de papéis sociais, que podem ser ainda mais complexos por estarem longe de casa e não terem o apoio familiar? Elas têm uma rede de apoio, cuidados parentais ou apoio social na gravidez e após o nascimento da criança?

Ser mãe não deveria ser um empecilho para ser cientista/pesquisadora, no entanto, não existe uma padronização de como é ou como será a experiência da mulher universitária com a maternidade, mas no contexto diaspórico, como pode ser observado em estudos anteriores (Peti Mama Gomes, 2016; Iadira Impanta, 2015), as estudantes mães guineenses sentem grande dificuldade para conciliar os deveres acadêmicos com a maternidade.

O que coincide com a realidade das mulheres dos PALOP e das brasileiras, ao se tornarem mães enquanto estudantes no ambiente universitário, elas rompem com a linearidade exigida para a vida acadêmica, pois, segundo Ana Maria Uripia e Sônia Sampaio (2011), a gravidez de uma jovem mulher universitária provocaria uma ruptura com esse processo de amadurecimento (ou de “adultecimento”).

Ao engravidar, as jovens mulheres universitárias quebram essa linearidade para si, tornando a formação acadêmica algo cada vez mais distante das suas realidades, nos levando a crer que a maternidade no contexto acadêmico brasileiro é um grande desafio tanto para as nascidas no Brasil, como para as mulheres que atravessam o Atlântico.

Ao longo da escrita do projeto e da pesquisa de campo foi observado que mais do que apresentar os desafios, era preciso buscar meios para superá-los, deste modo, o objetivo principal da pesquisa foi compreender, a partir dos estudos interdisciplinares, sobre os desafios enfrentados pelas estudantes mães brasileiras e dos PALOP da UNILAB (Ceará) durante os seus percursos acadêmicos.

No que tange o percurso metodológico, foi realizada uma investigação interdisciplinar, no campo teórico e prático, mediante um conjunto de procedimentos, métodos e técnicas diversas, que nos levou a alcançar as especificidades dos objetivos propostos, os quais refletem questões subjetivas das mulheres que são mães e universitárias na UNILAB/Ceará e os seus cotidianos, como também, as ações desenvolvidas pelo Programa de

Assistência Estudantil (PAES)⁶, a partir das normativas estabelecidas pelo PNAES, para assegurar a permanência dessas mulheres no ensino superior.

Assim, esta pesquisa reúne importância acadêmica, política e social, por buscar tensionar as estruturas sociais que determinam a experiência de ser mulher e mãe no espaço universitário. No que tange ao espaço acadêmico, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para uma mudança sócio/política na educação superior, seja na graduação e na pós-graduação, não somente para as discentes, como para as docentes e as gestoras no âmbito acadêmico, principalmente na UNILAB, pois embora esta seja reconhecida por ser uma universidade diferente, em alguma medida, segue reproduzindo estruturas patriarcais, que não colaboram para a participação da mulher mãe na academia.

No campo social, entendemos que esta pesquisa poderá auxiliar na emancipação das estudantes mães, pois, conseguir ingressar no ensino superior e concluir o curso tem um viés para além do profissional e gera um impacto social, potencializando as mudanças sociais tanto para si, como também para toda a família (Fortes, 2013). Além disso, cremos que esta investigação possa contribuir para a mudança no Programa de Assistência Estudantil (PAES/UNILAB), para que de fato sejam desenvolvidas ações que apoiem as mães universitárias, possibilitando a estas concluir os seus cursos.

A dissertação está dividida em cinco seções, a saber: 1) a apresentação, intitulado introdução, que apresenta os aspectos gerais da pesquisa, assim como a sua justificativa e importância; 2) o percurso metodológico, a partir das teorias e dos procedimentos; base epistemológica para pensar maternidade no espaço universitário; 3) a base epistemológica para pensar maternidade no espaço universitário e nas políticas públicas de assistência e permanência estudantil; 4) a seção intitulada Protagonismo Feminino com as Mães Discentes, trata-se dos resultados e discussões, este está dividido em 5 subseções: a primeira refere a avaliação dos dados da UNILAB ao que tange a população de mulheres mães universitárias e das ações desenvolvidas pela PROGRAD, através do PAES da UNILAB/Ceará que asseguram as suas permanências no ensino superior; uma análise realizada a partir do levantamento, para delimitar o perfil da estudante-mãe; em seguida, apresentamos como se deu os encontros formativos e as rodas de conversa e como estes foram importantes para pensarmos na experiência da estudante-mãe no âmbito universitário; a análise da experiência, ao que se refere a solidão materna, a rede de apoio, a infraestrutura e as burocracias; e a elaboração da proposta de Política de acolhimento as discentes mães da UNILAB. 5) e por último, as considerações

⁶ Programa de Assistência Estudantil (PAES/UNILAB), é um dispositivo da Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAAE).

finais, que refletem diretamente sobre a escrita, além de apresentar os percursos vivenciados no decorrer da pesquisa, fazendo uma reflexão sobre a maternidade no ensino superior.

Precisamos acreditar que mudanças sociais são possíveis, principalmente nos espaços em que estamos inseridas. A UNILAB precisa ser uma política pública que reconheça a sua função, ser uma ação compensatória, não se prendendo apenas ao que determina as suas diretrizes, mas reconhecendo os problemas cotidianos vivenciados pelo seu corpo estudantil e buscar soluções para superá-los. A maternidade no ensino superior não deve ser vista como um problema das estudantes-mães, mas sim como uma questão que deve ser vista e pensada como uma ação política que garanta a permanência, sucesso acadêmico e assistência destas sujeitas.

2 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Os percursos metodológicos foram uma parte importante para a realização da pesquisa, principalmente por reconhecer as fragilidades que existem em mim ao me ver imersa nas relações interpessoais com as interlocutoras. Mais do que participantes da pesquisa, elas foram protagonistas das suas próprias trajetórias, apoiando umas às outras e guiando-me para a realização deste estudo.

Esta seção tem por objetivo apresentar a discussão metodológica que embasou a pesquisa, além da trajetória e dos procedimentos, no que se refere às escolhas do *corpus* da pesquisa, coleta, os critérios de inclusão e exclusão e os aspectos éticos, adentrando assim a experiência da pesquisa.

2.1 Teorias acerca da metodologia

Este estudo teve como característica principal a interdisciplinaridade, mas também a interseccionalidade, compreendendo que esta é uma importante ferramenta analítica e ambas estão interligadas no que tange ao desenvolvimento do percurso metodológico, pois se busca, a partir de um conjunto de procedimentos, métodos e técnicas, alcançar as especificidades dos objetivos propostos, sendo este um percurso dialógico, nos processos teórico-metodológicos (Japiassu, 1976).

A pesquisa parte da interdisciplinaridade quando nos referenciamos a um conjunto de procedimentos que dialogam para um único fim, pois, como afirma Bachelard (1996, p. 4), “para confirmar cientificamente a verdade, é preciso confrontá-la com vários e diferentes pontos de vista. Pensar uma experiência é, assim, mostrar a coerência de um pluralismo inicial.”

Do mesmo modo, Francischett (2005, p. 3) afirma que, “O horizonte epistemológico deve ser o campo unitário do conhecimento, a negação e a superação das fronteiras disciplinares, a interação propriamente dita”. Portanto, esta pesquisa ancora-se na pesquisa qualitativa, com base nos estudos bibliográficos para a elaboração do referencial teórico, sendo um estudo baseado a partir da pesquisa-ação, ancorado na pesquisa documental. As técnicas empregadas foram a coleta de dados, através do uso de formulário eletrônico, observação, roda de conversa, promoção de palestras e acolhimento das estudantes.

Ao que se refere a elaboração do referencial teórico, é importante ressaltar que, tanto a interdisciplinaridade como a interseccionalidade foram importantes para a realização do estudo, pois se a interseccionalidade nos permite identificar os problemas, a

interdisciplinaridade nos “oferece” o campo necessário, o diálogo entre especializações distintas, podendo ser adicionadas novas referências, compreendendo que interseccionalidade pode ser utilizada como “uma práxis-crítica” (Bueno, 2020, p. 3).

Antes de adentrarmos ao campo da pesquisa, foi necessário realizar uma documental. A pesquisa documental usa informações não publicadas, como sublinhou Gil (2002), “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.” (Gil, 2002, p. 45).

A pesquisa documental foi realizada a partir do levantamento de dados através da Lei de n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), que regula o acesso a informações públicas em todos os âmbitos do Poder Público brasileiro.

A Lei de Acesso à Informação (LAI), n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, entrou em vigor em 16 de maio de 2012, regulamentada pelo Decreto n. 7.724/2012. A LAI regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e os dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências (Brasil, 2011).

O levantamento dessas informações tivera como objetivo verificar qualitativa e quantitativamente o acesso das mulheres ao ensino superior na UNILAB, os índices de estudantes que se tornaram mães e verificar quais ações são desenvolvidas pela universidade para garantir a permanência dessas estudantes.

Como a pesquisa teve como foco a experiência de ser mãe no contexto universitário, a pesquisa-ação teve sua importância na busca de uma ação ou resolução de um problema coletivo, unido a um referencial teórico, pois como afirma Thiollent (2011), “No processo de pesquisa-ação estão entrelaçados objetivos de ação e objetivos de conhecimento [...] nos quais são estruturados os conceitos, as linhas de interpretação e as informações colhidas durante a investigação. (Thiollent, 2011, p. 7-8).

[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (Thiollent, 2011, p. 20).

Desta forma, a pesquisa-ação perpassa o campo teórico em busca de uma ação direta, tornando as interlocutoras integrantes da pesquisa, não somente como sujeitas do estudo, mas reivindicando seu papel na pesquisa a partir das premissas da interatividade, democracia e

participação na produção científica. (Silva; Soares, 2021). As estudantes-mães atuaram como colaboradoras objetivando transformar a realidade enfrentada por elas, uma vez que apresentaram suas demandas, e partir destas, foi elaborado um documento intitulado Política de Acolhimento as Discentes Mães da UNILAB, propondo um conjunto de ações acolhedoras para as estudantes-mães e toda a comunidade acadêmica da UNILAB. (Apêndice 4).

2.1.1 Definição do *corpus* da pesquisa

O *corpus* da pesquisa foi elaborado a partir das delimitações e compreensão do problema da pesquisa, sendo que, neste primeiro momento, mesmo que subjetivamente, realizamos a interpretação e compreensão do objeto de estudo. Deste modo, Reinaldo Marquezan (2009, p. 100) entende que “o *corpus* de pesquisa se configura como a materialidade discursiva necessária para fazer produzir sentidos”.

No universo da UNILAB, poderíamos adentrar diversas questões acerca do tema central, no caso, a maternidade no ensino superior, por exemplo: maternidade na pós-graduação, maternidade e docência, maternidade e saúde, maternidade das estudantes por nacionalidade, dentre outros. Mas, a partir dos recortes temáticos e na seleção dos temas específicos, serão definidos quais discursos serão empregados a partir dos aspectos teóricos (Marquezan, 2009).

Ele se constitui a partir do processo de conversão de recortes da temática que mobiliza o pesquisador. A conversão do *corpus* consiste na seleção dos temas específicos dentro da temática. A sua validade está relacionada com a importância que os recortes da temática deixam transparecer. A concepção do *corpus* e a sua construção são guiadas pela teoria e pela problemática inicial da pesquisa, num movimento permanente de ir e vir entre elas. (Marquezan, 2009, p. 100).

Neste sentido, a pesquisa teve como *corpus* as mulheres-mães de nacionalidade brasileira e/ou dos PALOP, regularmente matriculadas em cursos de graduação na UNILAB Ceará no período da geração de dados.

2.1.2 Campo de pesquisa

No Ceará, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira está situada na região do Maciço de Baturité, nas cidades de Acarape e Redenção, em três campi: Unidade Acadêmica dos Palmares, Campi das Auroras e Campi Administrativo da Liberdade.

Entre a sua população estudantil encontram-se estudantes brasileiros e estudantes dos países pertencentes aos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e estudantes do Timor-Leste (CPLP), sendo estes sujeitos e sujeitas, de diversos universos sociais, das áreas urbanas, rurais e/ou periféricas, de diversidades étnicas (quilombolas e indígenas).

2.1.3 Etapas da pesquisa

A partir da compreensão do *corpus* da pesquisa e da dimensão que esta terá, a partir da definição dos objetivos geral e específicos, foram definidas as etapas da pesquisa, compreendendo as necessidades teóricas e práticas.

Nesta etapa, foi construído o referencial teórico, para nos aprofundarmos sobre a temática, mas também para compreender as necessidades da pesquisa, nos guiando na pesquisa documental e na pesquisa-ação.

No segundo momento, foi realizada a pesquisa documental, que nos permitiu compreender sobre questões inerentes à construção da identidade materna, além dos aspectos culturais, econômicos e sociais aos quais estas estudantes compartilham.

No terceiro momento, foi necessário estabelecer laços com as estudantes mães, em que tivemos como objetivos a realização do recrutamento das estudantes, mediante a um questionário virtual e, depois disso, as participantes foram convidadas a integrar um grupo no *WhatsApp* e participaram das rodas de conversa, que tiveram como foco a identificação das demandas e promoção de atividades de acolhimento e escuta.

As atividades de acolhimento foram divididas em rodas de conversa e encontros formativos. Nas rodas de conversa, foram trabalhados temas previamente definidos e tinham como objetivo reconhecer as dificuldades vivenciadas pelas estudantes-mães no exercício da academia e com estas dificuldades se estendiam as suas vidas pessoais.

Dentre os pontos levantados nas rodas de conversa estavam:

- Formação da identidade materna e de gênero (relações sociais e culturais);
- Relações sociais, familiares e amorosas e maternidade (Inclusão e exclusão da vida social);
- Experiências cotidianas das estudantes mães no ambiente interno e externo da UNILAB;
- Burocracia e maternidade (Regime especial por motivo de gravidez, corpo docente e maternidade);

- Infraestrutura e maternidade (ônibus universitário, restaurante universitário, sala de aula, creche).

Ao que tange à experiência dos encontros formativos, estes foram realizados a partir das necessidades das próprias estudantes, seja para conhecer sobre as políticas de assistência do município, assim como sobre as ações desenvolvidas na própria universidade.

As temáticas dos encontros formativos foram as seguintes:

- Programas e Benefícios do Serviço Social para as Mães;
- Por um espaço acolhedor na universidade;
- Associação e Maternidade, na luta pela permanência;
- Empreender e Maternidade - compartilhando experiências;
- CIADI e as Políticas de Assistência para as Mães Universitárias.

Estes espaços foram dialógicos, que colaboraram de maneira efetiva na criação das propostas de políticas de permanência para mães na Universidade, nomeado como “Política de acolhimento às discentes mães da UNILAB”. O documento foi elaborado com base na escuta das estudantes e discutido com as mesmas posteriormente, e a partir das observações das interlocutoras e das propostas sugeridas. Além deste, foram realizados estudos das políticas implementadas por outras universidades públicas brasileiras a respeito das políticas de assistência e permanência.

2.1.4 Tipos de geração de dados

Ao longo das etapas da pesquisa foi necessária a realização de coleta de dados, que teve em primeiro momento a pesquisa documental, posteriormente o uso de formulário eletrônico para aplicação de questionário e observação.

A coleta documental e de registros foi realizada com o objetivo verificar junto a UNILAB o perfil socioeconômico do corpo estudantil, mas especificamente, das estudantes mães universitárias, para isso, através da Lei de Acesso à Informação (LAI), foi solicitado a universidade um conjunto de informações, a destacar:

- Qual o perfil socioeconômico dos/as estudantes da UNILAB? Por nacionalidade, localidade, gênero, raça/etnia e faixa-etária, por semestre.
- De 2014 a 2022, quantos/as estudantes colaram grau? Por nacionalidade, localidade, gênero, raça/etnia e faixa-etária, por semestre.
- Entre os anos de 2010 a 2022, quantas matrículas foram trancadas e/ou cancelas? Por nacionalidade, localidade, gênero, raça/etnia e faixa-etária, por semestre.

- De 2010 a 2022, quantas solicitações de Regime Especial as gestantes foram solicitadas? Por nacionalidade, localidade, gênero, raça/etnia e faixa-etária, por semestre.
- Das/os estudantes que solicitaram Regime Especial, quantas/os são ou já foram assistidas por algum recurso financeiro do Programa de Assistência ao Estudante (PAES) entre os anos de 2010 a 2022?
- Quais ações são desenvolvidas (ou foram desenvolvidas) pelo Programa de Assistência Estudantil (PAES/PROPAE), que tem como público-alvo as gestantes ou as mães universitárias na UNILAB, entre os anos de 2010 a 2022?
- Quais ações de políticas públicas estudantis são ou foram desenvolvidas na UNILAB com foco nas questões de gênero, e/ou que tem como público-alvo as gestantes ou as mães universitárias, entre os anos de 2010 a 2022?
- Existe (ou já existiu) algum programa de apoio pedagógico para os/as estudantes da UNILAB?
- Entre os anos de 2010 a 2022, houve denúncias na Ouvidoria da UNILAB que tem como tema a maternidade, crianças em sala, e/ou outros termos semelhantes?

Além das questões apresentadas, também foram utilizadas respostas anteriores da própria universidade ao LAI. Por serem públicas, todas as pessoas que tem acesso à plataforma podem acessar os dados apresentados. Também foram utilizadas outras ferramentas para conseguirmos dimensionar o público da universidade, como, por exemplo, o UNILAB em Números e os Dados Abertos da própria instituição.

A segunda ferramenta para a geração dos dados foi a aplicação de questionário, realizada posteriormente à coleta documental. Inicialmente, foi utilizada a técnica de amostragem bola de neve, pela qual as primeiras indicadas da pesquisa sugerem outras, “membros da população de interesse para a pesquisa (e agora indicados por elas), para, só então, sair a campo para também recrutá-las.” (Baldin; Munhoz, 2012, p. 50). No entanto, próximo ao prazo estipulado para o fim da aplicação do questionário, foi observado estarmos longe do quantitativo esperado para o desenvolvimento da terceira parte da pesquisa. Neste sentido, a estratégia precisou ser ampliada, encaminhando a pesquisa para grupos do *WhatsApp*, divulgando por e-mail, pelos canais de comunicação oficial da universidade, além da confecção de cartazes, espalhados em pontos estratégicos da universidade.

O questionário foi uma ferramenta importante para realizar o levantamento para identificar as mães universitárias, que estão matriculadas na UNILAB no período da referida pesquisa, além de buscar conhecer o perfil destas mulheres a partir da intersecção de dados, a partir das variáveis do contexto social, que inter cruzam raça, classe, gênero, localidade, religião, sexualidade, idade, etnia, deficiência, etc. As perguntas do questionário poderão ser acessadas

no apêndice 2. Na ocasião, as estudantes também responderam ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponibilizado no apêndice 1.

O terceiro disposto, a observação, foi realizado a partir das rodas de conversa/pesquisa-ação. Após responderem ao questionário, as estudantes foram convidadas para participar das rodas de conversas e encontros formativos. Nela realizamos a pesquisa-ação, pela qual promovemos um espaço de troca, cujas participantes conseguiram dialogar, buscando identificar os problemas comuns e as possíveis soluções. Para isso, utilizei a técnica da observação participante.

2.1.5 Critérios de Inclusão e Exclusão da pesquisa

Diante da diversidade de mulheres que fazem parte do contexto acadêmico da UNILAB, foi estabelecido que as interlocutoras desta pesquisa, fossem as estudantes mães regularmente matriculadas nos cursos de graduação na UNILAB CE. Podendo estas residir em áreas urbanas, rurais e/ou periféricas, de diversidades étnicas (quilombolas e indígenas). Diante do contexto desta pesquisa, as participantes poderiam ter nacionalidades diversas: Brasil e dos países dos PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe).

Para detalhar ainda mais sobre o perfil das participantes, foi elaborado um conjunto/critérios para delimitar um público-alvo:

- Ser mulher e mãe, brasileira e/ou dos PALOP;
- Estar regularmente matriculada em cursos de graduação na UNILAB Ceará;
- Estudante mãe que apresenta interesse em participar da pesquisa;
- Estudante mãe, acima de 18 anos, regularmente matriculada e que não esteja afastada por licença maternidade, ou por saúde na época da coleta de dados da pesquisa.

Deste modo, os critérios de exclusão foram definidos pelos seguintes pontos:

- Mulheres que atendam aos critérios supracitados, mas que não aceitaram ou não apresentaram interesse em participar da pesquisa;
- Mulheres que atendam aos critérios supracitados, mas estão em regime especial, férias ou afastadas da Universidade;
- Pessoas que não atendam aos critérios supracitados, tais como estudantes do sexo masculino, estudantes de pós-graduação, colaboradores e servidoras da Universidade, mesmo que estas sejam mães.

Embora com os critérios apresentados no corpo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o que foi observado é que pessoas que não faziam parte do público-alvo responderam ao questionário e demonstraram interesse em participar da pesquisa, tanto de estudantes da pós-graduação como servidores da UNILAB. Isso demonstra que existe um interesse por diversas pessoas, para além do *corpus* da pesquisa.

2.1.6 Procedimentos éticos

Para esta pesquisa ser desenvolvida foi necessário nos apoiarmos em critérios legais da ética na pesquisa, sendo esta desenvolvida a partir das orientações do Comitê de Ética e Pesquisa da UNILAB (CEP/UNILAB) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), atendendo as prerrogativas das resoluções 466, DE 12 de dezembro de 2012, 510, de 07 de abril de 2016 e do ofício circular n.º 2/2021/CONEP/SECNS/MS.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de ética da UNILAB em dezembro de 2022, e aprovado em 14 de março de 2023, sob o número de CAEE: 66533522.8.0000.5576. Depois da aprovação, a geração de dados (via formulário eletrônico) foi iniciada em 3 de abril, encerrando-se em 15 de maio de 2023. O segundo momento da coleta de dados (desenvolvimento da pesquisa-ação) aconteceu entre os meses de maio e outubro de 2023.

Como procedimento ético, e respeitando a confidencialidade da identidade das participantes, os nomes mencionados das estudantes foram alterados por codinomes.

2.1.7 Metodologia de análise dos dados

Segundo os autores Muylaer *et al.* (2014), não existe uma padronização de como deve ser desenvolvida a análise das informações obtidas, pois a entrevista narrativa pode seguir diferentes métodos e técnicas. Com base em Shutze (1977, *apud*, Jovchelovich; Bauer, 2002), realizaremos a análise dos dados obtidos em cinco etapas, são elas:

1. Divisão dos materiais indexados e não indexados;
 - Indexados: conteúdo racional, científico, concreto de quem faz o quê, quando, onde e porquê, ou seja, é ordenado (é consequentemente de ordem consensual, coletiva);
 - Não indexados: conteúdos subjetivos (acontecimentos e expressam valores, juízos, refere-se à sabedoria de vida).
2. Trajetória: A partir do conteúdo indexado, ordená-los por acontecimentos de cada indivíduo;

3. Investigar as dimensões não indexadas do texto;
4. Agrupar e comparar as trajetórias individuais;
5. Trajetória coletiva: comparar e estabelecer semelhanças existentes entre os casos individuais, permitindo assim a identificação das trajetórias.

O objetivo, segundo os autores, é que o entrevistador influencie o mínimo possível o informante “O pressuposto subjacente é que a perspectiva do entrevistado se revela melhor nas histórias onde o informante está usando sua própria linguagem espontânea na narração dos acontecimentos. (Jovchelovich; Bauer, 2002, p. 95).

Para realizar a divisão do material, em primeiro momento foi realizada a transcrição do material, pela qual foi realizada a leitura e posteriormente a tabulação dos dados. Após este, o material foi organizado em categorias de análise, tendo como divisão quatro eixos: (a experiência materna; as burocracias enfrentadas; a infraestrutura e a rede de apoio. Os dados levantados foram discutidos detalhadamente na quarta seção desta dissertação, intitulado Protagonismo Feminino e as mães discentes da UNILAB.

3 BASE EPISTEMOLÓGICA PARA PENSAR MATERNIDADE NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA E PERMANÊNCIA

Nesta seção apresentaremos as teorias que empregam a base epistemológica da pesquisa. No primeiro momento, iremos ao encontro dos estudos sociológicos, antropológicos e históricos, no que tange os aspectos do que é ser mulher, mãe e universitária, nas sociedades ocidentais e africanas, compreendendo que o que entendemos por “ser mulher” é fruto da influência do patriarcado.

No segundo momento, teremos como objetivo refletir sobre a importância das políticas públicas de assistência estudantil, para garantir a permanência dos estudantes que vivem em situação de vulnerabilidade, entre elas, as mulheres mães que estão no ensino superior. Para isso, faremos uma breve discussão sócio-político-histórica sobre a assistência estudantil no Brasil e como está se estrutura atualmente.

3.1 O que é ser mulher, mãe e universitária

Com base nos estudos da socióloga Heleieth Iara Bongiovani Saffiot (2009) e da antropóloga Eleonor Burke Leacock (2019), o patriarcado se dá no mundo por meio de um conjunto de sistemas de dominação. A partir da apropriação da função sexual das mulheres pelos homens, pela formação da propriedade privada e das sociedades de classe. Assim como, na influência do Estado ao garantir a permanência do poder patriarcal e a hierarquização do poder, dos homens sobre as mulheres do seu mesmo grupo social. Com isso, logo se estabeleceu o domínio sobre todos e todas aqueles e aquelas que se apresentavam (segundo os seus domínios) como seres inferiores, inclusive, de outros territórios, institucionalizando a escravidão, e, em paralelo, o poder estabelecido daqueles que possuíam o meio de produção.

Em uma perspectiva feminista, conceituamos o patriarcado a partir da compreensão de que existe um sistema de dominação-exploração, resultando em opressão. Para Saffiot (2009, p. 10), o regime do patriarcado “ancora-se em uma maneira de os homens assegurar, para si mesmos e para seus dependentes, os meios necessários à produção diária da vida e sua reprodução.”

Assim, a autora afirma que,

Neste regime, as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Esta soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão. Ou melhor, como não se trata de fenômeno quantitativo, mas qualitativo, ser explorada e dominada significa uma só realidade. Uma mulher não é discriminada por ser mulher + por ser pobre + por ser negra. [...] Se a palavra oprimida pode ser agregada aos vocábulos dominadas e exploradas, isto significa que opressão tem sentido próprio, independente do significado dos outros termos. (Saffiot, 2009, p. 10).

Embora discorde da autora quando ela aponta “Uma mulher não é discriminada por ser mulher + por ser pobre + por ser negra.”, negando que as intersecções que inter cruzam raça, classe, gênero, localidade, religião, sexualidade, idade, etnia, deficiência, etc., influenciam a experiência de ser mulher para fortalecer a ideia de uma unidade. Precisamos concordar que a dominação patriarcal tem como aporte o controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva.

Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. Seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, cujo caso exemplar foi do nazismo com a doutrina dos três Ks, isto é, criança, cozinha, igreja (em alemão, as três palavras começam com a consoante k) para as mulheres produzirem carne para canhão; seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos e o espaço de tempo entre os filhos, política que tem vigorado em muitas nações durante décadas. (Saffiot, 2009, p. 11).

Trago aqui dois exemplos que colaboram com o entendimento de que o controle da sexualidade feminina é uma imposição sistemática do patriarcado. O primeiro exemplo se refere a Moçambique, no período da exploração colonial, onde a prática do trabalho assalariado era imposta aos homens, mas as mulheres foram obrigadas a trabalhar com a justificativa de dívidas familiares, “Esta era a justificativa apresentada pela administração para o irregular recrutamento de mão-de-obra feminina, [...], contudo houve casos de instituição de impostos para mulheres, denominado por *Mudende*.” (Santana, 2009, grifo da autora). Quando não era possível realizar o pagamento da dívida através do trabalho, mulheres eram vendidas e/ou prostituídas.

O segundo exemplo é do controle reprodutivo de mulheres negras, a partir do caso da Janaína Aparecida Quirino⁷, uma mulher negra e presidiária, que em 2018 passou pelo um processo de mutilação compulsória, a partir de uma determinação judicial ela foi esterilização por meio de uma laqueadura. No Brasil, a prática da laqueadura foi usada discriminadamente

⁷ Janaina foi vítima de feminicídio em 3 de fevereiro de 2023. Depois de ser atendida no pronto socorro e feito a denúncia, voltou para sua residência e mais uma vez sofreu violência, sendo levada ao hospital novamente, mas não resistindo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2023/02/04/mulher-que-passou-por-laqueadura-sem-consentimento-morre-apos-ser-agredida-em-mococa.ghtml> Acesso: 22.fev.2024.

no período pós-regime militar, como ferramenta de imposição ao planejamento familiar, tendo como alvo principal mulheres negras, pobres e em situação de vulnerabilidade social, sendo este explicitamente um processo de “controle demográfico racista e eugênico e para a diminuição de população indesejável em cada um desses locais” (Ventura, 2019 *et al.* Sturza; Nielsson; Andrade; 2020, p. 6).

Nos dois exemplos, podemos ver a reprodução do sistema patriarcal, mas também um conjunto de estigmas (metarregras), que legitimam a violência a partir das leis. Para Roberto Bacila (2015, p. 20), afirma que “as metarregras são seguidas de forma consciente ou não, e têm o condão de atribuir, no plano jurídico, responsabilidade penal e, na esfera social, estigma, [...] É como se fosse um bem negativo.”

Tal “bem negativo” neutraliza e diminui o valor da pessoa. Daí o estigma é atribuído como um valor negativo a uma pessoa, ou seja, o estereótipo que ela representa. Bacila (2015, p. 30), “O estereótipo pode ser confirmado pelas instituições e transforma-se em desqualificação permanente da pessoa, criando um processo de estigmatização.” O autor traz como exemplo a ideia estabelecida no século XX de que as mulheres não tinham capacidade para a ciência, o que impossibilitou até mesmo Marie Curie, a física que descobriu o elemento rádio-metal, de entrar na Academia de Ciências da França.

O autor afirma que o controle social não é empregado somente pelo Estado, como no caso da Janaína Aparecida Quirino, mas também por manipulação de símbolos e modelos que perpetuam a manutenção do poder. “Enquanto o estereótipo da mulher foi o de dona de casa, do lar, ser frágil e incapaz de fazer o que o homem faz, quase todas as vagas do mercado de trabalho de médio e alto nível estavam completamente à disposição exclusivamente dos homens. (Bacila, 2015, p. 38).

Quando trazemos este recorte para o ambiente universitário, observamos a reprodução das metarregras, logo, a categoria estudante-mãe vivencia alguns percalços, entre eles “preconceito de gênero e o processo de conciliação entre maternidade e vida acadêmica” (Urpia; Sampaio, 2011, p. 147). Além destes, se formos pensarmos nas questões raça, classe e outras intersecções que podem acentuar o “bem negativo” atribuído ao que é ser mulher. Como veremos mais a frente, as mães universitárias vivem em situação de fragilidade, seja ela no campo econômico, saúde e afetivo.

Sabemos a partir da teoria feminista que ninguém nasce mulher, mas sim, torna-se (Beauvoir, 1980), e este torna-se estende-se as várias questões sociológicas que moldam as identidades das mulheres. Pensar nos papéis sociais atribuídos às mulheres, requer compreender as estruturas patriarcais que moldam e ditam o que é ser mulher, mãe, esposa, filha, trabalhadora

e estudante. Mas, mais precisamente, nas sociedades onde o patriarcado molda os modos de viver, é que mais que diferenças, o que se sobressai entre homens e mulheres são as desigualdades, “Cabe lembrar, aqui, que diferente faz par com idêntico. Já igualdade faz par com desigualdade, que são conceitos políticos (Saffioti, 1997 *apud* Saffioti, 2009, p. 20):

Assim, as práticas sociais de mulheres podem ser diferentes das de homens da mesma maneira que, biologicamente, elas diferem deles. Isto não significa que os dois tipos de diferenças pertençam à mesma instância. A experiência histórica das mulheres tem sido muito diferente da dos homens exatamente porque, não apenas do ponto de vista quantitativo, mas também em termos de qualidade, a participação de algumas é distinta da de outros. Costuma-se atribuir tais diferenças de história de vida às desigualdades, e estas desempenham importante papel nesta questão. Sem dúvida, por exemplo, a marginalização das mulheres de certos postos de trabalho e de centros de poder cavou profundo fosso entre suas experiências e as dos homens. É importante frisar a natureza qualitativa deste hiato. Trata-se mesmo da necessidade de um salto de qualidade para pôr as mulheres no mesmo patamar que os homens, não esquecendo, porém, de humanizar os homens. Certamente, este não seria o resultado, caso as duas categorias de sexo fossem apenas diferentes, mas não desiguais. (Saffioti, 2009, p. 20).

Mas quem são estas mulheres que vivem distintamente e sobre influência do patriarcado? Miriam Pillar Grossi (2000, p. 3) afirma que, “não é possível falar de uma única condição feminina no Brasil, uma vez que existem inúmeras diferenças, não apenas de classe, mas também regionais, de classes etárias, de ethos, entre as mulheres brasileiras.”, e, desse modo, o mesmo vale para tratar sobre as mulheres oriundas dos PALOP.

É importante apontarmos que o patriarcado não influencia somente aqueles que vivem nos moldes ocidentais, mas pode-se observá-lo em toda a experiência humana, não da mesma forma, mas de acordo com cada realidade social. Saffioti (2009, p. 6) afirma: “Tão-somente recorrendo ao bom senso, presume-se que nenhum(a) estudioso(a) sério(a) consideraria igual o patriarcado reinante na Atenas clássica ou na Roma antiga ao que vige nas sociedades urbano-industriais do Ocidente.”

A autora aponta que esta compreensão é importante para reconhecer que o patriarcado existe mesmo nas sociedades africanas e/ou muçulmanas. Saffioti (2009, p. 6) ainda afirma que, “Observam-se, por conseguinte, diferenças de grau no domínio exercido por homens sobre (ou contra) mulheres. A natureza do fenômeno, entretanto, é a mesma. Apresenta a legitimidade que lhe atribui sua naturalização.”

Na estrutura patriarcal, o corpo da mulher teve e ainda tem como função central a reprodução. A pesquisa desenvolvida por Carmem Lígia Iochins Grisci (1995), realizada com mulheres brasileiras que tinham em comum a maternidade, demonstrou que “o ato sexual, para algumas delas, ainda se justifica somente quando voltado para fins reprodutivos” (Grisci, 1995,

p. 14), o que em dado momento se difere, mas também se aproxima de algumas perspectivas africanas.

Trago aqui outro exemplo sobre como podemos entender a influência do patriarcado. Enquanto para a socióloga nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí, a mais importante autoidentificação na sociedade Yorùbá é a de Mãe para as mulheres:

Em todos os arranjos familiares africanos, o laço mais importante está dentro do fluxo da família da mãe, quaisquer que sejam as normas de residência no casamento. Estes laços ligam a mãe aos/as filho/as e conectam todos os filhos da mesma mãe, em *vínculos que são concebidos como naturais e inquebráveis*. Não é de se surpreender, então, que a mais importante e duradoura identidade e nome que as mulheres africanas reivindicam para si é a “mãe”. No entanto, a maternidade não é construída em conjunto com a paternidade. A ideia de que as mães são poderosas é muito mais uma característica definidora da instituição e seu lugar na sociedade. (Oyěwùmí, 2000, p. 5, grifo da autora).

Há também intelectual nigeriana Bibi Bakare-Yusuf critica esta ‘teoria do sistema dual dos papéis sexuais’, que privilegia a maternidade como uma autoidentidade da mulher africana, o que tende a apontar um padrão, em que a reprodução “torna-se a base 'natural' para determinado grupo social, realidades e estruturas institucionais.” (Bakare-Yusuf, 2003, p. 7). Para a autora, “Somente uma teoria que é profundamente cúmplice do poder patriarcal, portanto, pode reduzir a identidade feminina ao aspecto materno.” (*idem*, 2003, p. 9).

Bakare-Yusuf aponta que tanto as questões que tratam sobre a ausência de gênero, como as que reduzem as mulheres africanas ao status de “mãe” possibilitam generalizações, o que impossibilitaria as escolhas da mulher de querer ter ou não, filhos/as.

O que é necessário é uma investigação genealógica sobre as relações de poder, os regimes de representação, estruturas religiosas, políticas e filosóficas que moldam os discursos e experiências da maternidade e da paternidade em África, tanto no presente e no passado. Tal projeto não precisa negar que a maternidade e o nascimento poderiam fornecer um quadro ontológico para se pensar através das identidades das mulheres para além da dominação patriarcal. Entretanto, procurar contemplar identidades libertadoras para as mulheres devem basear-se numa análise aprofundada e crítica das estruturas institucionais que constroem e prescrevem ações e liberdades sociais para as mulheres. (Bakare-Yusuf, 2003, p. 8).

Outro ponto que deve ser destacado na citação de Oyěwùmí é a afirmação de que “todos os arranjos familiares africanos, o laço mais importante está dentro do fluxo da família da mãe”. Isso não pode ser generalizado, pois os modos de filiação das sociedades africanas

podem ser matrilineares, patrilineares, bilinear (bilateral)⁸, além dos arranjos ocidentalizados, influenciados pelo colonialismo.

O antropólogo e historiador senegalês Cheikh Anta Diop aponta que à patrilinearidade em África tem origem através do Islã no século X, “depois o Cristianismo e a presença dos europeus na África, simbolizada pela legislação colonial, direito sobre as terras, nomeação segundo a família do pai, monogamia e a educação ocidental das elites” (2012 *apud*, Fonseca, 2019, p. 3), entre outros, todos fatores externos oriundos do patriarcado.

Não é possível pensar nas diversas culturas das sociedades africanas como algo intacto, que não sofre ou sofreu influência de outras sociedades, mas também não é possível pensarmos em um patriarcado universal, que explique todas as questões de opressão de gênero e sexual (Butler, 2019).

No Brasil, ao que tange ao modelo familiar brasileiro, este é patriarcal. Embora desde a colonização já existissem outras formas e arranjos familiares, a exemplo, as mães chefes da família, o patriarcado seguiu impondo seus moldes, constituindo a estas famílias um lugar de segunda classe. As estruturas do patriarcado seguem firmes até atualmente, tanto que, um dos reflexos disso é que quando uma mulher torna-se mãe solo, socialmente ela será vista como uma mãe solteira.

3.1.1 Questões de gênero: definições sobre o que é ser mulher

Os estudos sobre gênero surgiram da necessidade de compreender as diferenças sociais e biológicas impostas as mulheres a partir do seu sexo. Deste modo, foi entendido que existem diferenças entre o sexo biológico e sexo social. Para Nicole-Claude Mathieu (2014, p. 177) “Opõe-se geralmente o sexo, como aquilo que teria a ver com o 'biológico', e o 'gênero', como o que teria a ver com o 'social’”.

O interesse de um certo número de sociedades não ocidentais (e de fenômenos marginais de nossas sociedades) é que nem as definições de sexo, nem as fronteiras entre sexos e entre gêneros são nelas muito claras. [...] De minha parte, eu me perguntei sobre os seus pontos de divergência quanto à articulação entre sexo e gênero e também sobre a maneira pela qual estes fenômenos podem ser frequentemente reduzidos a sistemas de pensamento bi-categorizantes. (Mathieu, 2014, p. 178).

⁸ NABOR Jr. Um baita clã ou, a história de uma família afro-brasileira. Revista eletrônica O Menelick 2º Ato. Publicado em setembro de 2016. <http://www.omenelick2ato.com/historia-e-memoria/um-baita-cla-ou-a-historia-de-uma-familia-afro-brasileira> Acesso em: 20.fev.2024.

A diferenciação e a distinção entre ambos foram de extrema importância para entender as relações de poder entre homens e mulheres, nos fazendo adentrar nos contextos históricos-sociais, que questionam a naturalização dos papéis sociais. O exemplo explícito dessa naturalização é que na cultura ocidental, a partir da estrutura patriarcal, estabeleceu como o espaço da mulher o ambiente doméstico, “A partir da lógica da família nuclear ocidental segue uma oposição binária que mapeia como privado o mundo da mulher, em contraste com o mundo muito público do homem (não 'esposo', pois o homem não é definido pela família)” (Oyěwùmí, 2000, p. 3). Embora essa representação ocidentalizada não condiz ou represente a totalidade da população brasileira, assim como de outras sociedades, as mulheres “tampouco são todas iguais entre si, pois sofrem as consequências da diferença de outros elementos, tais como raça, classe, localidade ou religião.” (Siqueira, 2013, p. 338), ou seja, muitas destas não tiveram a casa como seu espaço social e sim o mundo do trabalho.

O sistema de dominação foi reforçado e legitimado ao longo da história por determinação biológica, em que mulheres e homens são apontados por sua ‘diferença sexual’, sendo está estabelecida não apenas como um fator biológico natural, “mas também como uma base ontológica para a diferenciação política e social.” (Scott, 2005, p. 20–21 *apud* Reis, 2017, p. 12). O uso da explicação da ordem natural tem como propósito uma formulação ideológica cujo objetivo é justificar os comportamentos sociais de homens e mulheres na sociedade, estes mecanismos criados ao longo da história ainda são obstáculos na nossa contemporaneidade. (Grossi, 2000).

Desta maneira, desde os tempos da colonização, foram impostas as mulheres padrões ocidentais de educação para o cuidado (cuidar da casa, das crianças, do marido), sendo o seu destino o espaço privado, a docilidade e a submissão, enquanto o homem nessa representação ocidental tem em seu domínio o espaço público, aquele que detém poder, que é forte.

Numa perspectiva social, sabemos que é na família que se define os papéis sociais, como aponta Nalu Faria e Miriam Nobre (2014, p. 4) ao afirmarem que “É na família que a criança começa a aprender o que é ‘ser homem’ e o que é ‘ser mulher’”, e é neste ambiente que se dão os primeiros passos em direção à divisão sexual do trabalho, sendo estes reforçados no ambiente escolar. A família, a escola, a igreja, a sociedade vão moldando o indivíduo para desempenhar os modelos de feminilidade e masculinidade.

As pessoas nascem bebês machos e fêmeas e são criadas e educadas conforme o que a sociedade define como próprio de homem e de mulher: Os adultos educam as crianças marcando diferenças bem concretas entre meninas e meninos. A educação

diferenciada dá bola e caminhãozinho para os meninos e boneca e fogãozinho para as meninas, exige formas diferentes de vestir, conta estórias em que os papéis dos personagens homens e mulheres são sempre muito diferentes. Outras diferenças aparecem de modo mais sutil, por aspectos menos visíveis, como atitudes, jeito de falar, pela aproximação com o corpo. (Faria; Nobre, 2014, p. 1).

No contexto brasileiro, onde é empregada uma ótica ocidentalizada, mulheres e homens são ensinados desde crianças a performar o que se entende sobre o que é masculino e feminino. Essas idealizações são reflexos de uma sociedade que tem como engrenagem as estruturas patriarcais, em que um (mulher) deve ser subserviente ao outro (homem).

Judith Butler (2019), nos apresenta que para além dos aspectos biológicos e sociais, existe o aspecto político, em que a terminologia “mulher” denota uma única identidade, sem reconhecer a diversidade, enquanto “gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas.” (Butler, 2019, p. 21).

Aqui é importante salientar que não se afirma que não existe diferença biológica entre homens e mulheres, mas sim que “não existe uma sexualidade biológica” (Saffioti, 2009, p. 15), onde se definem os papéis sociais, colaborando com Faria e Nobre:

Usamos as expressões identidades de gênero e relações de gênero para deixar bem claro que as desigualdades entre homens e mulheres são construídas pela sociedade e não determinadas pela diferença biológica entre os sexos. Elas são uma construção social, não determinada pelo sexo. [...] Assim, mulheres e homens imprimem no corpo, gestos, posturas e disposições, as relações de poder vividas a partir das relações de gênero. (Faria; Nobre, 2014, p. 2).

Temos como exemplo, como já citado anteriormente, as sociedades da velha Oyó, sociedade Iorubá pré-colonial, no qual a “generificação”, segundo Oyèronké Oyewùní (2021), não era o fator determinante para definir os papéis sociais. A autora cunhou alguns termos para explicar as distinções corporais e não hierárquicas, entre eles: sexo anatômico “anassexo”; macho anatômico “anamacho”; e fêmea anatômica “anafêmea”.

Embora a lógica cultural iorubá pré-colonial não utilizasse o corpo humano como base para a classificação social (em nenhuma situação na sociedade iorubá, um macho foi, em virtude de seu tipo de corpo, inerentemente superior a uma fêmea), a sociedade iorubá era organizada hierarquicamente, de pessoas escravizadas a governadores. A classificação dos indivíduos dependia, em primeiro lugar, da senioridade, geralmente definida pela idade relativa. Outra diferença fundamental entre as categorias sociais iorubás e ocidentais envolve a natureza altamente situacional da identidade social iorubá. Na sociedade iorubá, antes da instalação forçada das categorias ocidentais, as posições sociais das pessoas mudavam constantemente em relação a com quem estavam interagindo; conseqüentemente, a identidade social era relacional e não era essencializada. (Oyewùní, 2021, p. 20).

Assim como, em muitas línguas africanas, sexo não é linguisticamente codificado, ou seja, existe uma ausência das ideias de gênero na língua. Oyěwùmí (2000), apresenta como exemplo a palavra *oko*, que na categoria Yorùbá é apresentada como marido ao traduzi-lo para o inglês. No entanto, *oko* não é um gênero específico, a expressão engloba ambos, tanto machos e fêmeas, ou seja, as palavras representam um papel social e não uma identidade. A autora aponta que o mesmo vale para as relações sociais, mas como veremos mais adiante, existem pensamentos contrários a estas ideias.⁹

Embora a autora faça um recorte temporal em seu estudo, trazendo para análise histórico-social do período pré-colonial, é importante refletirmos sobre como leitura de uma determinada sociedade de forma universalizada pode ser prejudicial para aquela sociedade, por reforçar estereótipos, a partir do olhar do colonizador, que tendem justificar as violências. A definição dos papéis sociais, do que é ser mulher e do que é ser homem, não cabe se quer para as culturas ocidentais e ocidentalizadas, quanto mais para as sociedades que vivenciam outras experiências sociais.

Oyewùmí (2021) parte do princípio que sexo e gênero sejam sinônimos para compreender com os pesquisadores da época analisavam as sociedades iorubá. De fato, por muito tempo houve a compreensão de que ao discutir sobre identidade gênero, seria revisitado questões atribuídas ao feminino, uma vez que os problemas de gênero seriam apenas das mulheres, das que sofriam com a discriminação de gênero. Não se via o privilégio do opressor, sendo trazido à tona questões atribuídas ao feminino, logo, gênero tornou-se sinônimo de mulher, mãe e esposa.

É importante salientar que, não é porque não podemos empregar as ideias sobre gênero na ótica ocidental em sociedades africanas, que não podemos realizar uma análise sobre o contexto, como aponta o pesquisador congolês Théophile Obenga (2013, *apud* Assunção, 2020, p. 8) “Uma perspectiva africana de gênero, nesse sentido, torna-se uma importante ferramenta metodológico-teórica, e política, para evitar a reprodução de padrões coloniais de construção de conhecimento, como o 'africanismo eurocentrista'”, lembrando também que, o patriarcado influenciou as relações sociais e políticas em África.

Na atualidade essa perspectiva vem sendo ampliada, compreendendo que os estudos sobre gênero, em que se inclui questões femininas e masculinas, têm um papel importante nas

⁹ Falando sobre as questões da língua, a língua crioula da Guiné-Bissau não apresenta flexões de gênero, ao contrário da língua portuguesa, que distingue masculino do feminino, através da flexão e associado ao artigo “o” ou “a”. (Intumbo, 2007). Disponível: https://www.uc.pt/ciuc/creolistics/research/guine/intumbo_2007 Acesso: 22.fev.2024.

sociedades. Para Maria Homem e Contardo Calligaris (2019), a descoberta da identidade de gênero como uma construção cultural é algo novo e está diretamente ligado aos movimentos dos direitos civis, tanto que, os autores afirmam que “a identidade é necessária para uma luta de resistência” (2019, p. 13). E deve ser destacado que, o pensamento sobre gênero é a respeito de toda categoria imposta acerca do corpo sexual (Scott, 1995), seja ele da mulher, homem, e dos grupos sociais LGBTQIA+, e não deve ser pensado isoladamente.

3.1.2 O papel social do ser mulher: a construção da maternidade

A história nos mostra que na estrutura patriarcal, o corpo da mulher teve e ainda tem como função central a reprodução. Essa ideia objetiva de que o papel social da mulher é de ter filhos/as, ser a principal cuidadora e ter um “instinto natural” para a maternidade é algo muito recente na história da humanidade.

As psicólogas Solange Moura e Maria de Araújo (2004), apontam que este mito foi construído a partir do século XVIII, pelos discursos filosóficos, médicos e políticos da época, em que a maternagem (o cuidado com a criança) estava diretamente ligado a função feminina, “concernente à natureza da mulher”, não reconhecendo o papel social e cultural da função, e sim, tornando como algo nato. (Moura; Araújo, 2004, p. 45).

As autoras nos apresentam que até o século XVIII, a maternidade na Europa era algo desvalorizado, sendo a mãe e a criança propriedades do pai, a autoridade marital da relação. O casamento, assim como o nascimento de uma criança, não tinha como sinônimo a afetividade e sim, “segundo as necessidades econômicas e as alianças políticas das famílias.” (Moura; Araújo, 2004, p. 45). Tanto que o vínculo familiar da criança se estendia até a tenra idade de 7 a 10 anos, “quando eram entregues a outras famílias (por contrato ou não) para receberem instrução na condição de aprendizes.” (Ariés, 1981 *apud* Moura; Araújo, 2004, p. 45).

Os estudos sobre infância apontam que nas sociedades ocidentais, principalmente no período medieval, os adultos viam as crianças como pequenos adultos, em que a educação era realizada a partir do convívio com outros adultos e tinha como objetivo o trabalho. O desenvolvimento tecnológico e econômico da época foi de extrema importância para a maneira como a sociedade passou a enxergar a criança. A ascensão da burguesia, a propriedade privada, a divisão da sociedade em classes, a transmissão de bens e escolarização, foram alguns dos fatores que foram importantes para que hoje tenhamos leis de proteção à infância. Não que as coisas tenham seguido um fluxo perfeito e que não tenha ocorrido resistência, mas apoiado pelo

viés filosófico, médico e político, os cuidados com a prole passaram a ser incentivados e a mulher tornou-se a principal responsável por este cuidado. (Moura; Araújo, 2004).

Mas nem todas as infâncias foram beneficiadas com os cuidados afetivos:

Se nas camadas altas houve a ênfase nos laços afetivos, nas camadas populares esses mesmos laços foram progressivamente desfeitos e substituídos pelas políticas sociais de intervenção. Nesses segmentos, as estratégias de intervenção ter-se-iam voltado muito mais para o “entranche de liberdades”, tais como o abandono de crianças (assumido ou não pelos pais), as uniões livres (concubinato) e as ações de mendicância e vagabundagem. Em tais famílias, observou-se um progressivo isolamento, operado pela redução de sua “extensividade com o campo social”, ou seja, pela desarticulação de antigas redes de relação e troca de favorecimentos. Uma vez isolada, tornou-se mais fácil ao complexo tutelar controlar a família em seus desvios (Donzelot, 1986, p.47 *apud* Moura; Araújo, 2004, p. 47).

A partir do século XIX, criou-se uma nova narrativa sobre a maternidade, em que a criança passou a ser o centro das atenções e cuidados no âmbito familiar. “A devoção e presença vigilantes da mãe surgem como valores essenciais, sem os quais os cuidados necessários à preservação da criança não poderiam mais se dar.” (Moura; Araújo, 2004, p. 47). E nesse momento que se estabelece a crença que o espaço da mulher é a casa, pois ela, como “rainha do lar” tem a responsabilidade de ser a mulher-mãe. As mulheres das classes não abastadas não tiveram a mesma “oportunidade”, estas permaneciam sendo mães-trabalhadoras, tendo o Estado a cumprir o papel, embora que mínimo, de garantir a sobrevivência da população infantil, principalmente porque está se tornando mão de obra.

Se para as sociedades ocidentais, a maternidade veio como uma mudança social a partir das transformações econômicas, em que sua base é fundada na propriedade privada, nas sociedades pré-coloniais, ela é apresentada como outra realidade. Para Eleonor Leacock (2019), ao analisar os primeiros relatos sobre a invasão que os *Montagnais-Naskapi*¹⁰, do Canadá, viveram no período de expansão colonial. Existiam outras práticas e outras formas de viver, em que as mulheres não eram dominadas pelos valores patriarcais.

A autora nos apresenta que nas sociedades dos *Montagnais-Naskapi*, o casal e seus filhos/as não eram a unidade básica da sociedade, “O bando, não, a família” são os responsáveis pelo cuidado com as crianças, com idosos e os doentes. Os cuidados “não se constituem uma questão individual, mas social, tratando-se de uma preocupação de todo o grupo, de forma direta e inquestionável.” (Leacock, 2019, p. 165). A estrutura social, o manejo do trabalho e até as

¹⁰ Os *montagnais-naskapi* eram um povo que habitavam as regiões norte e nordeste do Labrador, no Canadá. Leacock (2019) aponta em seus estudos que eles eram uma sociedade igualitária que passaram por transformações nas estruturas sociais a partir da invasão do colonizador.

vivências sexuais aconteciam para além das imposições vistas na cultura ocidental, percebendo-se uma autonomia das mulheres nas sociedades igualitárias.

Em um trecho do livro, quando um *montagnam* é orientado sobre a monogamia e da necessidade do homem saber quem é o seu filho/a dentro daquela sociedade, ele deu como resposta a seguinte: “Você não tem juízo. Vocês franceses amam apenas seus próprios filhos; mas nós amamos todas as crianças da nossa tribo.” (Le Jeune, 1633-1634, p. 255 *apud* Leacock, 2019, p. 88).

E quem é a mãe nas sociedades pré-coloniais? Em um trecho do livro é apresentado que na sociedade *Malaia*, na Oceania, os parentes de uma mesma geração são chamados de irmãos e irmãs, logo não existe apenas uma mãe e um pai para aquela criança, “todos os irmãos de meu pai são meus pais; e todas as irmãs de minha mãe são minhas mães” (Morgan, 1974, p. 420 *apud* Leacock, 2019, p. 146), demonstrando que mais do que uma ligação biológica, existia uma ligação social dentro daquela sociedade¹¹.

Colaborando com este modo de viver, mas mais atual, temos a professora Sobonfu Somé no livro *o Espírito da Intimidade: ensinamento ancestrais africanos sobre relacionamentos*, um relato da sua experiência como mulher na sociedade Dagara, em Burkina Fasso, no continente africano. Por exemplo, em seu relato ela afirma que: “A família, na África, é sempre ampla. A pessoa nunca se refere ao seu primo como “primo” porque isso seria um insulto. [...] As crianças também são estimuladas a chamar outras pessoas de fora da família de mães e pais, irmãos e irmãs”. (Somé, 2007, p. 23-24).

Esse conceito de grande família realmente ajuda muito. Lembro-me de quando era criança: podia escolher um pai diferente todos os dias, dependendo do meu humor. Assim, se eu quisesse que um dos meus tios fosse meu pai naquele dia, concentrava toda minha atenção naquela pessoa e ignorava as outras. E ninguém tomava isso como ofensa pessoal; antes, consideravam isso como uma oportunidade para eu decidir o que queria. Essa prática também permite que um grande número de pessoas na aldeia conheça a criança e veja seu espírito. (Somé, 2007, p. 24).

Como podemos observar, os cuidados com as crianças não eram exclusivos da família ou mesmo da mulher e sim de toda a sociedade. Além deste, existe também uma forte ligação consanguínea. Para Oyëwùmí a maternidade em diversas culturas africanas se difere da ocidental, ela nos apresenta que na sociedade Yorùba “a maternidade é definida como uma relação de descendência, não como uma relação sexual com um homem” (Oyëwùmí, 2004, p. 5, *apud*, Assunção, 2020, p. 6), tanto que em sociedades matrilineares, o irmão da mãe exerce

¹¹ Na perspectiva africana também é comum vermos a mesma estrutura até nos dias de hoje, onde os primos e primas são reconhecidos como irmãos e irmãs.

funções que na família ocidental seriam atribuídas ao pai, ou seja, existe uma ligação consanguínea (definida por relações de parentesco) e não conjugal.

Para a antropóloga nigeriana Ifi Amadiume, em seus estudos sobre as dinâmicas das sociedades Nnobi, na Nigéria Ocidental, indica que o matriarcado é uma base social e ideológica, em que o parentesco define os sistemas sociais e morais africanos, o qual identificou uma “forte orientação feminina e matrifocal... [na qual] mãe e filhos formaram unidades sub-compostas distintas, economicamente auto-suficientes, classificadas como femininas relativamente à frente masculina do agregado” (Amadiume, 1987, p. 27, *apud* Adesina, 2012, p. 199).

A ideia de parentesco e autonomia para as mulheres também pode ser observada nas sociedades indígenas brasileiras, pois a concepção do engravidar e parir é diferente para cada etnia, tendo em seu entendimento os aspectos místicos da maternidade. Para Marcos Azevedo, em seu estudo sobre maternidade e transmissão cultural, nos apresenta que “o sistema Guarani-Mbyá deve ser entendida à luz de noção 'da alma humana' que, por sua vez, é relativa à noção de concepção. Não são inteiramente claros os significados entre a relação sexual e a concepção na cultura Guarani”. (Schaden, 1974 *apud* Azevedo, 2004, p. 22).

Entre os exemplos apresentado pelo autor que tratam das concepções diferentes sobre o gestar, apresento dois. O primeiro no aspecto que a concepção e nascimento é algo coletivo:

[...] a concepção de um filho resulta de todas as relações sexuais que uma mulher teve depois da última menstruação, mesmo durante a gravidez. Há uma somatória de sêmen. Cada homem é responsável pela confecção de um pedaço do corpo da criança: um é responsável pelo nariz, outro pela boca, cada um faz sua parte. Quando o nenê nasce, os vários pais têm de se submeter às restrições do comportamento e alimentação obrigatórios para um homem com um filhinho pequeno sob pena de fazer mal à criança. (Mindlin, 2002 *apud* Azevedo, 2004, p. 22-23).

O segundo está ligado à autonomia da mulher perante a gravidez, pois para os indígenas Marubo (sudoeste da Amazônia), a gravidez é resultado da escolha das próprias mulheres, pois estas dispõem de recursos tanto para estimular a gravidez, evitar e até interromper.

Logo que a mulher Marubo se dá conta de sua gravidez, passa a cobrir o ventre, vez por outra, como pontos vermelhos produzidos com o dedo umedecido numa massa preparada com uma resina (sêpa), misturada com urucum e um pouco de gordura animal. Antes de acrescentar a gordura, ela leva o pote com a mistura a um quêchitxo (cantadores – curadores), que cantam com a boca sobre o recipiente por várias vezes. Para cada finalidade a que se destina a massa há um cântico diferente. (Melatti; Melatti, 1979 *apud* Azevedo, 2004, p. 23)

Até aqui, apresentamos algumas perspectivas de como a ideia de maternidade foi moldada e observada em outras sociedades para além da ocidental. Mas no contexto brasileiro, como ela é entendida? Para pensarmos sobre isso, recorro novamente à Moura e Araújo (2004), que discorre sobre as mudanças do Brasil Colônia para o Brasil do período imperial.

O comportamento comum na sociedade da época, de recusa ao aleitamento materno, foi codificado também no Brasil pelo discurso higiênico como uma infração às leis da natureza, o que permitiu não somente a culpabilização das infratoras, mas a instalação de um sentimento de anomalia. Além disso, a insistência quanto à amamentação permitiu que se regulasse a vida da mulher, confinando-a por um longo período ao ambiente doméstico (os períodos de aleitamento se estendiam por dois anos ou mais), porém voltando sua atenção ao cuidado, à educação e à vigilância não só da criança como também da família. Também aqui, os cuidados maternos passam a ser valorizados e esse novo olhar sobre a criança possibilitou a manifestação do “amor materno”, que tornou-se não somente desejável como “natural”. Assim, por todo o século XIX, deu-se a adaptação do modelo de família burguesa europeia (sic) à sociedade colonial brasileira que, com o auxílio dos médicos higienistas, adquiriu aqui um “colorido tropical”. (Moura; Araújo, 2004, p. 49).

Como pode ser verificado, a chegada da corte portuguesa ao Brasil mudou até mesmo a forma que a sociedade passou a se relacionar no âmbito familiar, tendo a burguesia como uma referência, sendo instalado, nas mulheres que não seguiam os discursos higienistas, que determinavam o papel da mulher para com os/as filhos/as e o marido, o sentimento de culpa e anômalas. Ressalto novamente, quando pensamos no desenvolvimento da infância, de fato, a mudança social do papel da mulher e os cuidados com os filhos/as foram importantes para pensarmos no desenvolvimento da criança, mas a crítica que fica é, que este papel foi individualizado, tornando a mãe e o pai, os principais cuidadores da criança.

No entanto, como sabemos, muitas coisas aconteceram dentro o período colonial até os dias atuais, que contribuíram diretamente sobre o entendimento do que é ser mulher, diretamente ligadas as quatro ondas do feminismo, seja ela na garantia dos direitos, sobre a identidade da mulher, a autodeterminação sexual e o ativismo e ciberativismo. (Silva; Carmo; Ramos, 2021).

Estas mudanças sociais também mudaram o entendimento sobre o que é ser mulher e os papéis sociais destas, inclusive sobre a maternidade. No estudo realizado por Moura e Araújo (2004), é possível verificar os vários discursos projetados na década de 1980, tanto da ordem e do campo do direito, mas também relacionados à saúde e ao campo filosófico, como já apontado anteriormente. As autoras apontam que esta mudança está diretamente ligada com o discurso da Psicanálise, pois, “a ‘cultura psicanalítica’ teria contribuído para que aos papéis

materno e paterno fosse acrescida uma perspectiva cada vez mais individualizante.” (Moura; Araújo, 2004, p. 50).

Ao mesmo tempo que eram impostas normativas de como deveria ser estabelecido a relação materna, sendo o papel do gestar supervalorizado, inclusive os cuidados com a criança, também surgiram outros questionamentos:

Contrariando tamanha ênfase na gestação e no feto, surgia nas mulheres das classes médias uma freqüente (sic) irritação ao verem-se reduzidas ao papel materno, mesmo quando isso ocorria através de gentilezas e concessões à sua condição de gestante. Mesmo o tradicional vestuário de grávida era recusado, tendência que se confirmou posteriormente, até o total desaparecimento de trajes específicos da gravidez. Na década de 90, a exibição da barriga popularizou-se, porém, sempre associada a roupas que traduzissem juventude adolescente e um padrão de elegância (ou extravagância) típico de mulheres não-grávidas. (Moura; Araújo, 2004, p. 51).

Passou-se a ser implementado um novo modelo de maternidade, em que a maternidade diz respeito somente ao casal, onde o genitor passa a fazer parte integrante da rotina da gestante e está é valorizada, assim como a gestação, ela passa a ser uma escolha pessoal. Outro ponto que as autoras apresentam é sobre o progresso medico científico e das próprias mudanças sociais do entendimento sobre o que é ser mulher, com base nos movimentos feministas.

A mulher, após conquistar a liberdade de exercer sua sexualidade desvinculada do matrimônio, de planejar e decidir a maternidade, de adiá-la até o momento que considera propício às circunstâncias de sua vida, de interromper uma gestação por meios seguros (embora ilegais no Brasil), pode também optar por viver a maternidade sozinha, sem que isso signifique uma condenação social. Porém, mais que assumir a maternidade fora da condição do casamento, hoje a mulher pode tornar-se mãe sem depender da presença concreta de um companheiro, podendo fazê-lo amparada pelos avanços das técnicas de fertilização assistida. Essas novas tecnologias reprodutivas permitem a gestação em condições anteriormente impensáveis, tanto do ponto de vista médico quanto social. Aliadas a esses avanços, as técnicas de cuidados a recém-nascidos que reduzem drasticamente a mortalidade de crianças, mesmo quando nascidas muito prematuras ou gravemente doentes, certamente repercutirão na organização familiar e nos sentimentos relacionados à maternidade. (Moura; Araújo, 2004, p. 53).

Embora tenham ocorrido mudanças nas últimas décadas, sobre o papel da mulher e como estas podem experienciar a maternidade, possibilitando para algumas a união vida cotidiana com os múltiplos papeis, criando um novo olhar para si. Muitas mulheres, embora desfrutem de cuidadoras terceirizadas, da babá, da empregada e da escola (Homem; Caliligraris, 2019), assim como, do apoio de outros familiares e amigas, enxergam nessa relação de abdicação um sentimento de culpa. “O fato das mulheres terem consciência da necessidade de

seu trabalho não implica diminuição de seu sentimento de culpa, porque a ideia que prevalece é a da mulher-mãe que abandona os/as filhos/as para ser mulher-trabalhadora”. (Grisci, 1995, p. 16).

Esse sentimento de culpa não é exclusivo das mulheres mães de classe média, pois as mulheres pobres brasileiras, que também precisam sustentar os seus filhos através do trabalho, deixando esses também com outras babás, com as filhas mais velhas, com as avós e por vezes vizinhas. De acordo com Socorro Peixoto (2019, p. 29):

As mulheres pobres e negras dispõem de poucos capitais culturais e econômicos, em função da sua trajetória, a exemplo dos poucos recursos financeiros de suas famílias, das maternidades precoces, das conjugalidades instáveis, das cenas de violência doméstica e ausência dos pais dos seus filhos, além da desigual divisão do trabalho que assola a vida dessas mulheres. (Peixoto, 2019, p. 23).

Simone de Oliveira Mestre e Érica Renata de Souza (2021, p. 5), afirma que “Os sentimentos de responsabilidade e culpa andam juntos, e não há qualquer aspecto biológico nisso. Eles são oriundos da combinação de motivações pessoais e pressão social.” Como já vimos anteriormente, houve uma série de mudanças culturais, políticas e sociais ao longo da história que nos trouxe até aqui. A responsabilidade que devemos ter para com a criança, assim como a culpa que é sentida, são frutos dessa mudança.

Infelizmente, embora conscientes desta estrutura que molda a maternidade como conhecemos hoje, não podemos simplesmente mudar, por serem estruturas sociais, econômicas e morais que foram alicerçadas pelo patriarcado e que ditam o papel da mulher-mãe, como afirmam as autoras:

A maternidade, alicerçada na responsabilização exclusiva das mulheres, é nitidamente uma instituição influenciada pelo patriarcado, ao impor um estilo normativo para mulheres, cuja função/responsabilidade seria a de disciplinar e cuidar dos filhos, contribuindo para uma classificação da maternidade com base em um padrão ideal, avaliado na flexibilização da mãe em abdicar de seus projetos pessoais, profissionais e políticos em prol da dedicação incondicional aos filhos. (Mestre; Souza, 2021, p. 5).

As autoras concordam que quanto mais uma mulher renuncia da sua vida pessoal e se compromete com os cuidados dos filhos/as, por vezes até mesmo se sacrificando, ela será vista com alguém que vivência o compromisso do amor materno. Em contrapartida, as mulheres que não expressam o ideal materno são vistas e rotuladas como péssimas mães. Mestre e Souza (2021, p. 7) nos apresentam o seguinte exemplo, “Se uma mãe abandona um filho, ela é

repudiada socialmente [...] logo se tornam alvo de julgamentos morais, atribuindo-se, inclusive, aspectos negativos ao seu caráter pessoal.”, o mesmo não acontece com o pai da criança.

As culpas (no plural, por serem muitas e de diferentes tipos) são produzidas culturalmente e incorporadas ao processo de estabelecimento do modelo de maternidade socialmente desejado. [...] Isso se dá porque a culpa materna ocupa um espaço central na articulação dos principais problemas emocionais e sociais das mulheres que são mães, principalmente em razão de a ‘culpa’ ser, na maioria das vezes, relacionada ao abandono e ao medo de fracassar como mãe, de falhar como dona de casa e titubear nos compromissos sociais de “mãe de família”. (Mestre; Souza, 2021, p. 7).

Desta forma, podemos refletir que a experiência da mulher-mãe está diretamente atrelada ao sentimento de culpa. Seja por se dedicar exclusivamente a criança ou dividir-se em muitas para vivenciar as demais nuances de ser mulher. As autoras apontam que “nossa sociedade atribui à mulher a responsabilização social pela criação dos filhos, desconsiderando, inclusive, suas possíveis dificuldades ou sua classe social, agregando responsabilização, apenas, a uma categoria de gênero” (Mestre; Souza, 2021, p. 7), sem reconhecer que uma criança que é preciso que existam também atribuições paternas para além do exercício de ser o provedor.

A mulher contemporânea passou a ocupar outros espaços e almeja outras formas de viver a sua vida. Se a mulher quer ser mãe, ser cuidadora do seu filho/a, é uma decisão individual dela, no entanto, ela seguirá sendo julgada por suas decisões, e possivelmente sofrerá influência direta da sociedade, principalmente através das pressões sociais e familiares.

Mas quando estas mulheres vivenciam as interseccionalidades de raça, classe, gênero, localidade, religião, sexualidade, idade, etnia, entre outras, unindo um conjunto de vulnerabilidade socioeconômicas, e, ao mesmo tempo, buscam romper com as determinações sociais do papel social da mulher-mãe, isso também reflete nas experiências que ela terá.

3.1.3 Mulheres, Mães e Universitárias

bell hooks (2020) e Sueli Carneiro (2011) compreendem que o sexismo é uma ideologia e prática cotidiana utilizada para explorar e oprimir todas e todos, mas, unido ao racismo, impacta ainda mais na produção de privilégios e exclusões. Tanto o sexismo, o patriarcado, a misoginia e o racismo são emaranhados que estão enraizados nas nossas culturas, nas nossas estruturas, seja no Brasil ou nos países dos PALOP.

Este emaranhado é um problema mundial, diretamente ligado à cultura do capitalismo, ou seja, podem ser vítimas desse dispositivo tanto mulheres ou homens, crianças

ou adultos, mas quando analisadas tais questões com o viés interseccional, sabemos que mulheres negras são a base da pirâmide, “um lugar geralmente marcado pelo gênero, pela classe e, frequentemente, pela raça.” (Crenshaw, 2002, p. 181).

Estas intersecções nos fazem compreender que o/a jovem universitário está longe de ter um perfil único, que represente uma universalização e sim, no mínimo a partir de eixos, “primeiro, como aparente *unidade* (quando referida a uma fase da vida), segundo, como *diversidade* (quando estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem distinguir uns jovens dos outros).” (Pais, 1990 *apud* Urpia; Sampaio, 2011, p. 146).

Assim, quando nos referimos aos jovens universitários, somos capazes de distinguir juventudes, na medida em que nos vemos frente a diferentes realidades: jovens universitários(as) em tempo integral, jovens universitários(as)-trabalhadores(as), jovens universitários(as)-solteiros(as), jovens universitários(as)-casados(as), jovens universitários(as)-com filhos(as), dentre outros, numa perspectiva bem diferente daquela juventude – no singular, e sem distinção de gênero ou condição de vida – referida enquanto grupo social em determinada faixa etária e fase da vida. (Urpia; Sampaio, 2011, p. 146).

Gênero, raça e classe são determinantes ao pensarmos sobre o novo perfil dos/as estudantes universitários/as das universidades públicas brasileiras. O acesso das populações que vivenciam alguma vulnerabilidade social nos espaços universitários só foi possível graças às lutas populares dos movimentos sociais, principalmente ao Movimento Negro, cujo intuito é dar fim a uma das heranças da escravidão, as desigualdades sociais.

Ações afirmativas compreendem políticas públicas (e privadas) que visam à garantia de direitos historicamente negados a grupos minoritários, como negros, mulheres e pessoas com deficiência. Fundamentam-se no princípio de igualdade substancial ou material, que difere daquele professado pelo liberalismo francês e norte-americano, assentado em uma concepção formal de igualdade, qual seja, a de igualdade de oportunidades. Tal perspectiva fundamenta-se na premissa de que a igualdade de direitos basta para garantir o acesso igual à educação e ao mercado de trabalho. (Campos, 2013, p. 2).

Para Cynthia Campos, a lei de cotas tem por objetivo a reparação histórica das populações afrodescendentes, assim como, “mulheres, indígenas e pessoas portadoras de necessidades especiais também precisam ser discriminados e discriminadas positivamente.” (Campos, 2013, p. 2).

Através das ações afirmativas, a população negra nos espaços universitários está a cada ano mais crescente, como demonstram os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020, “em 2001 eles representavam 22% desses estudantes, já em 2015 essa participação alcançou 44%.”. Mesmo assim, ainda existem muitas barreiras que impedem que

as pessoas negras concluíam os seus cursos, pois mais do que entrar, é preciso política de assistência para permanecer.

Tanto que, quando interseccionamos a partir das categorias de gênero, podemos avaliar outras realidades, pois se os estudantes do sexo feminino são maioria do corpo discente, “exceto no Ceará e no Rio Grande do Norte.” (FONAPRACE, 2019, p. 19). Outro dado revela que, somente 10,4% das mulheres negras conseguem concluir o ensino superior (IBGE, 2018)¹².

E quando pensamos sobre maternidade no ensino superior, essa realidade não é diferente, principalmente se avaliarmos que o perfil socioeconômico e cultural da população universitária brasileira. Em 2013, a pesquisa realizada em parceria com Ministério da Educação, a Organização dos Estados Ibero Americanos (OEI) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências (Flacso)¹³, revelou que 18,1% das jovens de 15 a 29 anos deixaram de estudar devido a uma gravidez inesperada, enquanto para os homens essa justificativa representa 1,3% dos entrevistados. No ano 2000, 8,81% das mulheres cursando o ensino superior, com idade entre 19 e 29 anos, tinham filhos na faixa etária de 0 a 4 anos (Sampaio; Urpia, 2011).

Como apresentado nos dados, as mulheres ingressam cada vez mais no ensino superior, mas ingressar não garante em si a sua permanência. Para Urpia e Sampaio (2011), vivemos duas ordens nas mudanças sociais, a primeira ligada ao aumento do grau de instrução, somada ao mercado de trabalho, que exige cada vez mais capacitação profissional. No que se refere ao grau de instrução, temos as universidades, que tem o importante papel de qualificar, mas também de desconstruir, pois este deve ser um “espaço de desenvolvimento crítico e de capacitação profissional — emancipação intelectual/social e profissional/financeira, respectivamente.” (Reis, 2017, p. 12). A garantia da participação das mulheres no espaço acadêmico, seja ela, estudante ou docente, seria então de fundamental importância para o desenvolvimento da sociedade.

A segunda se refere às possibilidades diversas dos relacionamentos afetivos, que não estão mais ligados aos vínculos da união conjugal, logo, essas diversas dinâmicas podem, sim, resultar em laços parentais. No entanto, quando falamos sobre o cuidado com a criança, onde a função cultural da mulher é ser mãe, a responsabilidade parental recai sobre ela e no

¹² FORUM. Pesquisa IBGE: Somente 10,4% das mulheres negras completam o ensino superior. Publicado em 7.mar.2018. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/direitos/2018/3/7/pesquisa-ibge-somente-104-das-mulheres-negras-completam-ensino-superior-26390.html> Acesso em: 02.mar.2024.

¹³ ZINET, Caio. Gravidez é responsável por 18% da evasão escolar entre meninas. Centro de Referência em Educação Integral. Publicado em 20 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/gravidez-e-responsavel-por-18-da-evasao-escolas-entre-meninas/> Acesso 04.mar.2024.

contexto universitário acarreta um conjunto de dificuldades que estão ligados aos preconceitos de gênero. (Urpia; Sampaio, 2011).

Esses obstáculos estão relacionados tanto as (sic) questões familiares, a exemplo do fato de ser mãe solo e não ter alguém que possa ajudar sempre na divisão dos cuidados com o filho, como por ter que trabalhar em tempo integral para sustentar os filhos e não sobrar tempo para estudar; quanto a fatores institucionais, citando-se a falta de assistência (sic passim) creche para as mães que possuem baixa renda, a carência de informações e observância dos professores e demais funcionários acerca da licença maternidade, o que ocasiona a reprovação de muitas por falta ou nota em razão de erros de procedimento administrativo perante as secretarias dos cursos. (Nunes; Silva, 2020, p. 68-69).

Sobre as questões de preconceito de gênero, Cicera Nunes e Livia Silva (2020) apresentam em seu estudo que é recorrente as situações de abusos e assédios morais vivenciadas pelas estudantes-mães. Dentre eles, as autoras apontam “desligamento das bolsas de estudo em razão da gravidez/maternidade, expulsão de sala de aula, constrangimento em público” (*idem*, 2020, p. 69), além da não efetivação dos direitos das estudantes, por exemplo, ao que tange ao regime especial. São erros de procedimento administrativos e “não observância dos professores” (Nunes; Silva, 2020, p. 63) para com o direito ao regime domiciliar, que leva as estudantes a reprovação.

Além das questões de gênero, o fator de raça também deve ser considerado, pois, para além do perfil dos universitários ter mudado, a UNILAB, a partir da interiorização e internacionalização, tem uma população estudantil negra e de origem africana, mais precisamente dos PALOP. Para além da raça/etnia, os/as estudantes são demarcados por outra experiência, a diáspora.

Frantz Fanon afirma que o corpo em diáspora tem uma infinidade de responsabilidades: “Eu era ao mesmo tempo responsável pelo meu corpo, responsável pela minha raça, pelos meus ancestrais” (2008, p. 105).

O preconceito de cor nada mais é do que a raiva irracional de uma raça por outra, o desprezo dos povos fortes e ricos por aqueles que eles consideram inferiores, e depois o amargo ressentimento daqueles que foram oprimidos e frequentemente injuriados. Como a cor é o sinal exterior mais visível da raça, ela tornou-se o critério através do qual os homens são julgados, sem se levar em conta as suas aquisições educativas e sociais. As raças de pele clara terminaram desprezando as raças de pele escura e estas se recusam a continuar aceitando a condição modesta que lhes pretendem impor. (Sir Alan Burns, *Le préjugé de race et de couleur*, Payot, s.d. s.n. *apud* Fanon, 2008, p. 110).

Mas, quando Fanon expõe sobre a experiência de ser negro em diáspora, ele trata da experiência do homem negro que conseguia migrar no século XX com a finalidade dos

estudos. Para a população feminina, ir para o exterior para estudar era quase improvável. A presença de jovens africanas na diáspora do século XXI ainda é muito limitada e reduzida.

Para Ercílio Langa (2017), a participação da mulher africana ou a não participação na diáspora, está diretamente ligada às tradições familiares e a falta de incentivo por parte do governo. “As jovens mulheres africanas constituem minoria nessa diáspora estudantil internacional devido à ausência de políticas e de preocupação com a equidade de gênero nos sistemas educacionais dos países africanos.” (Langa, 2017, p. 241).

Os fatores apontados pelo autor revelam a existência estrutural do patriarcado, do machismo e do colonialismo, mostrando que por vezes a família prefere “investir na educação dos filhos do sexo masculino em detrimento das mulheres, por questões de herança e continuidade da linhagem familiar.” (Langa, 2017, p. 241).

Colaborando com Langa, Iadira Antonio Impanta (2015) ressalta em sua pesquisa sobre os contextos das estudantes guineenses na UNILAB, a disparidade na participação de meninos e meninas na escola no contexto da Guiné-Bissau. “As meninas são as mais prejudicadas, pois são chamadas pelas mães para ajudarem nas tarefas caseiras, assim como nas atividades geradoras de rendimento, para o sustento da família.” (2015, p. 34). Além disso, o casamento e a gravidez precoces são fatores que não favorecem a continuidade dos estudos por meninas na escola, impactando diretamente na participação da mulher na vida política e nas esferas de tomada de decisão.

As estudantes internacionais, assim como as brasileiras, também vivenciam a maternidade enquanto estudantes e da mesma forma são atribuídos a ela um conjunto de cobranças sociais, que impactam diretamente na experiência de ser estudante universitária.

A esse respeito, Impanta (2015) nos apresenta o seguinte dado:

Praticamente todas as estudantes que se tornam mães no Brasil acabam morando com os filhos. Durante a pesquisa notamos que nenhuma delas mora com o companheiro (namorado, noivo, marido ou apenas pai da criança), mas é comum ouvir das entrevistadas que os mesmos estão sempre presentes. O namorado de uma das nossas interlocutoras mora na França e o casal se comunica via redes sociais. (Impanta, 2015, p. 42).

No contexto da UNILAB, como pode ser observado, as estudantes-mães precisam mediar suas vidas entre a vida acadêmica e função materna. Peti Mama Gomes (2016, p. 36) apresenta que, “A situação de maternidade/paternidade aumenta as responsabilidades, tornando-se um fator de pressão a mais tanto para a mãe, assim como para o pai da criança. Todavia, por questões culturais, o maior peso recai sobre a mãe”.

Aqui também se vê as atribuições vivenciadas por homens e mulheres, pois os cuidados maiores também recaem sobre as mães, pois “O papel do pai, historicamente, foi apenas de auxiliar na criação e sustento econômico” (Nunes; Silva, 2020, p. 51), embora já observamos algumas mudanças que tratam sobre o papel da paternidade.

Quando essas mulheres se tornam “mãe solo”, estas cobranças são ainda maiores, porque não bastando suas diversas responsabilidades, a maternidade para elas é vista socialmente como empecilho, reforçando a exclusão social. E isso é ainda mais reforçado quando existe uma situação de pobreza, em que a mulher-mãe precisa garantir o sustento de si e do próprio filho/a.

Outro aspecto que deve ser refletido é sobre a maternidade no contexto africano. A maternidade, assim como a conclusão de um curso superior, é um sonho para elas, como também para os membros da família, o que também gera impacto no que se refere aos objetivos de ingressar no ensino superior.

Ao longo dos anos as universidades vêm criando programas para assistir os jovens que vivenciam algum tipo de vulnerabilidade, seja ele no contexto socioeconômico, de gênero ou de raça. Esses programas são políticas públicas de assistência estudantil e têm “como objetivo superar desigualdades de acesso, permanência e êxito na instituição de ensino por meio de programas de benefícios sociais e de acompanhamento dos/das estudantes.” (Teixeira, 2016, p. 14). Entretanto, Uripia (2009) indica que existem algumas políticas de assistência “obscurecidas”, quando se trata de mães universitárias, por exemplo, as creches universitárias.

Além destes, existe uma negação ao reconhecer que sim, estudantes universitárias que tem filhos/as enfrentam dificuldades que a afastam do ambiente universitário, “ser assíduas nas aulas, falta de atenção, atrasos, saídas antes do término das aulas, dentre outras situações que podem influenciar na deficiência do ensino-aprendizagem, situações provocadas pela dupla jornada de trabalho, somada à maternidade, independente da condição social delas.” (Amorim 2012 *apud* Nunes; Silva, 2020, p. 53), que colaboram com as questões que afetam a psique das estudantes.

A esse respeito, em pesquisa realizada sobre os danos físicos, psíquicos e sociais vivenciados por mães universitárias, realizada pelas pesquisadoras Carla Sabrina Antloga, Alice Miranda Bentes, Renata Alves Monteiro e Êmili Campos Cassimiro (2023), notou-se a presença danos considerados graves para o exercício da maternidade em conjunto com o exercício da vida acadêmica, principalmente para as estudantes que não tinham companheiro, rede de apoio ou mesmo uma maior renda. Dentre os pontos apresentados que dificultam a

conciliação das jornadas está a origem física, em que as estudantes relatam ter problemas no estômago, distúrbios de sono, mudança de apetite e dor. (Antloga et al. 2023).

Este adoecimento físico está diretamente ligado as questões relacionadas aos danos sociais e psicológicos, e também estão relacionados a questão da classe social, pois “mães e estudantes de baixa renda relatam dificuldades de continuar os estudos mesmo com auxílio econômico (por exemplo, bolsas de estudo), além de sentirem-se deslocadas” (Antloga *et al.* 2023, p. 11). Os custos de auxílio e bolsa de estudo por vezes não são suficientes para manter uma qualidade de vida para a mãe e a criança, mas é este que garante muitas vezes a permanência da estudante no ensino superior, como constataremos na análise.

A dupla jornada impõe às estudantes-mães a dificuldade para se relacionar e o isolamento social, pois os vínculos com os colegas e até mesmo com o corpo docente são impossibilitados pela não presença da estudante nos espaços universitários. “Na universidade, a socialização é essencial para a construção de estratégias de aprendizagem e alívio afetivo”, no entanto, o ato de ser mãe “alteram a capacidade de formação de uma rede amigável com estudantes e professores.” (Antloga *et al.* 2023, p. 10)

É reconhecido que a dinâmica universitária não está apta para acolher estudantes-mães e seus filhos/as, mas é necessário buscar caminhos para além dos auxílios estudantis, que embora sejam importantes economicamente, não garantem a aprendizagem e a afetividade necessária às estudantes.

3.2 Políticas Públicas de Assistência e Permanência Estudantil: História da Assistência Estudantil no Brasil

Pensar na origem das políticas de assistência estudantil no Brasil requer compreender quem são os interessados e o interesse em garantir a permanência dos estudantes no espaço universitário. O primeiro registro de assistência estudantil marcado na história aconteceu por volta de 1929, com a criação da Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro. O objetivo na época era criar um espaço para “acomodar os estudantes de forma satisfatória”. (Silveira, 2012, p.53, *apud* Pinheiro, 2018, p.1).

Além da moradia, foram criados programas de alimentação e, embora estas fossem lidas como a primeira política de assistência, não existia nenhuma normativa que credenciasse o ato como assistência estudantil. Estava mais como um favor, um investimento, que era feito para integrar a comunidade acadêmica, sem de fato compreender a dimensão política da ação e o papel do Estado. Eliana Barros Pinheiro (2018, p. 2) aponta que “cada instituição, de acordo

com a vontade política e discricionariamente, estabeleceria diretrizes para alcançar tal fim, de forma pontual e isolada, entretanto, contexto histórico econômicos correspondentes.”

Somente em 1931, a partir do governo de Getúlio Vargas, que foram vistas as primeiras políticas sociais que beneficiariam a classe estudantil.

Em 1931, através da Reforma Francisco Campos, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Superior pelo Decreto n. 19.851/1931, são propostas medidas de providência e beneficência aos corpos discentes dos institutos universitários, incluídas bolsas de estudos para amparar os estudantes reconhecidamente pobres.

Essa lei foi incorporada na Constituição de 1934, que assegurou a assistência aos estudantes, sendo declarado no art. 157 que “parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e para vilegiaturas”. (Imperatori, 2017, p. 286).

Assim como hoje, a busca por melhorias também partiu pelo movimento coletivo, tanto que, em 1937, o local, que era estabelecido a Casa do Estudante do Brasil, passou-se a ser a sede da União Nacional dos Estudantes, órgão fundado e cujo objetivo era organizar os serviços de saúde dos estudantes, assim como, a distribuição de bolsas e de cargos empregatícios (Pinheiro, 2018). Esse movimento também é lido como um dos primeiros meios de assistência, que garante uma organização que tem como o bem comum a experiência do estudante universitário.

No âmbito do Estado, a partir da Constituição Federal de 1946, tornou-se obrigatória a assistência educacional em todos os níveis educacionais, “Art. 172 - Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.” (Brasil, 1946).¹⁴ Desde o ensino básico, técnico/profissionalizante, à educação superior.

É importante apontar que nas décadas de 1950 e 1970, houve a expansão da educação superior, sendo fundada uma universidade federal em cada estado brasileiro, além das universidades estaduais e particulares (Vasconcelos, 2010 *apud* Imperatori, 2017). Para Thaís Kristosch Imperatori (2017), com a expansão das universidades, também houve uma expansão das vagas e assim os estudantes das classes mais baixas passaram a ingressar no ensino superior. A autora afirma que, “Muitos desses jovens saíam de suas cidades para as capitais buscando formação acadêmica.” (Imperatori, 2017, p. 287). A mudança do público obrigou as instituições

¹⁴ Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946) Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/92058/constituicao-dos-estados-unidos-do-brasil-46#art-172> Acesso em: 10.abr.2024.

a criarem mecanismos próprios para garantir a permanência dos estudantes, assim como através das pressões dos movimentos estudantis.

Embora com a mudança do público universitário, constitucionalmente nada mudou muito (Costa, 2010 *apud* Imperatori 2017), pois na Constituição de 1967 apenas foi acrescentado o direito à igualdade de oportunidade educativa. Posteriormente foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, em que foi implantado os programas de assistência aos estudantes, como Bolsas de Trabalho e Bolsas de Estudo.

Além destes, Pinheiro (2018) aponta que houvera outros decretos que também garantiam a assistência, mas que somente com a Lei de Diretrizes e Bases Educacionais, tanto a primeira (1961), como a segunda versão (1996), foram garantidos a provisão, orientação, fiscalização e manter um plano de assistência. “Assistência estudantil passa a ser percebida como direito de todos os estudantes que dela necessitem, um direito que corresponde aos preceitos da política de educação e não mais como ajuda aos estudantes ‘necessitados” (Silveira, 2012, *apud* Pinheiro, 2018, p. 6).

Como já citado anteriormente, a expansão do ensino superior proporcionou uma maior adesão dos estudantes a educação superior, tanto que na década de 1970 eram 300 mil matrículas e número saltou para um milhão e meio, em 1980 (Imperatori, 2017). Essas mudanças resultaram na criação da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e no I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), ambos criados em 1987.

Embora estas mudanças quantitativas fossem muito iniciais, já apresentava como problema a evasão e a permanência dos estudantes da classe trabalhadora empobrecida. Essa compreensão foi importante para pensar na redemocratização do ensino superior, tanto que, com a promulgação da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 e o entendimento sobre as necessidades de garantir os direitos individuais e coletivos dos cidadãos, seja no âmbito social e/ou político, foi possível pensar em novos processos educacionais, que garantissem o acesso às políticas de assistência, inclusive, no ensino superior. (Pinheiro, 2018).

sua trajetória mostra vários contextos de disputas e conflitos, porém, de evidente busca pelo estabelecimento de diretrizes que orientassem as bases para uma educação que favorecesse a igualdade de condições para o acesso e permanência de estudantes oriundos da classe trabalhadora empobrecida. Assim, a assistência estudantil ganha um destaque extraordinário em meio essa efervescência de debates e discussões no cenário nacional, incumbindo aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social em todo o Brasil. (Pinheiro, 2008, p. 3).

Embora hoje tenhamos diretrizes específicas, foi assegurada, a partir da Constituição Federal, que às universidades tenham “autonomia” e que esta deve garantir a igualdade no acesso, segundo a capacidade de cada um. (Brasil, 1988). Essa autonomia possibilita a universidade que defina quais políticas de assistência estudantil podem ser inclusas institucionalmente, mas estas nem sempre garantem o acesso íntegro de todos os estudantes, como veremos mais a frente, na análise desta pesquisa.

A gestão da ANDIFES (2007/2008) reconhecendo as mudanças, elaborou o Plano Nacional de Assistência Estudantil, que apresentava os programas e projetos que tinham como objetivo garantir a inclusão e permanência dos estudantes mais vulneráveis e estes poderiam ser implementados nas universidades associadas. (Pinheiro, 2018).

Além desse movimento, o Estado também criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), ambos apresentam como objetivos o acesso, a permanência e êxito na educação da população empobrecida oriundas da classe trabalhadora, no entanto, o primeiro, este constitui a ação prática de uma política de assistência.

Instituído através da Portaria Normativa/MEC n.º 39/2007, e regulamentado pelo decreto n.º 7.234/2010 e teve como objetivo “viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.” (Brasil, 2018, s.p.).

O PNAES enumera um conjunto de ações que podem ser desenvolvidos no contexto universitário, a partir da assistência estudantil, sendo este articulado com as atividades de pesquisa, ensino e extensão, conforme apresentado no Art. 3º do documento, “visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.”

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico; e

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (Brasil, 2010).

A ação do PNAES, embora vise a concretização do direito à assistência aos discentes das instituições superiores públicas, não foi uma política criada forma espontânea, ela é uma resposta aos debates iniciados pelos movimentos sociais e estudantis, sendo este um campo de disputa, pois embora seja reconhecida o seu teor de assistência econômica, ainda existem embates para consolidá-lo como política pública (Pinheiro, 2018; Imperatori, 2017).

Neste sentido, assim como o PNAES, como os programas instituídos nas universidades cujo objetivo é pôr em prática as ações acima, são possíveis de alterações, conforme a necessidade do coletivo estudantil, compreendendo que a universidade tem autonomia para decidir quais programas melhor atendem os seus estudantes mais vulneráveis.

3.2.1 As Políticas públicas de assistência estudantil e permanência materna

A partir da compreensão que a assistência estudantil é um conjunto de programas, projetos e ações que visam atender estudantes vivendo em situação de vulnerabilidade e que por estas fragilidades, existe um risco de estes não darem continuidade aos seus estudos, é preciso compreender que existe uma dimensão de pessoas que possuem vivências específicas que caracterizam suas trajetórias, tornando estas intersecções em condições precárias de existência (Alves, 2019).

Reconhecendo a diversidade de pessoas e também a diversidade de ações cuja finalidade é garantir a permanência dos estudantes que vivem em situação de vulnerabilidade, destacarei neste subitem as políticas voltadas para garantir a permanência de mulheres mães no ensino superior.

A importância de discutir a situação acadêmica das estudantes que são mães parte do entendimento de que uma universidade responsável na atualidade é aquela que se compromete com o processo de democratização, equidade e justiça social, mas para que isso aconteça medidas antidiscriminatórias e estratégicas devem ser tomadas. (Nunes; Silva, 2020, p. 43).

Para Isabela Baptista Alves (2019), existe um problema quando pensamos sobre as políticas de assistência estudantil baseadas na distribuição de bolsas e auxílios, por ser notável que nem todos os estudantes terão acesso, pois quantitativamente, existe um alto demanda. É necessário que as instituições ampliem suas ações, não sendo baseadas somente no assistencialismo financeiro, mas que de fato dialogue com as atividades de pesquisa, ensino e extensão.

A autora aponta que, “É fundamental que as instituições de ensino, compromissadas com a democracia e os direitos sociais, ofereçam espaços para que as estudantes que são mães possam deixar as suas crianças, sem serem prejudicadas ao longo de sua graduação” (Alves, 2019, p. 69). Ou mesmo que garantam a execução plena dos direitos já adquiridos, como o regime de exercícios domiciliares a gestante (Lei 6.202/1975), a prorrogação a vigência da bolsa por motivo de nascimento/adoção (Lei 13.536/2017) e a garantia do direito a amamentação nos espaços das instituições federais (Portaria 604/2017).

Quando analisado individualmente, o que se observa são políticas de assistência implantadas no âmbito local, mas nada na esfera nacional, ou seja, políticas não asseguradas por leis e decretos, demonstrando que ainda existem práticas apartadas de uma legislação oficial, mas que podem ser lidas como mudanças necessárias e até mesmo exemplos a serem seguidos.

Garantir a segurança alimentar, o acesso aos espaços públicos e até mesmo as não violências, como nos casos de assédio, são direitos primordiais, que podem garantir a permanência do estudante no espaço universitário. A Universidade Federal do Ceará (UFC), desde janeiro de 2024, liberou o acesso de crianças de até 6 anos de alimentarem-se junto ao seu responsável de maneira gratuita. Além destes, também concedeu um reajuste aos valores refere ao auxílio-creche.¹⁵

Outra experiência positiva é da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que após consulta pública, vem deliberando sobre a Resolução Normativa que estabelece uma Política Institucional de Equidade de Gênero, trazendo um importante destaque para as questões da maternidade e parentalidade e a aplicação da Licença Maternidade para 180 dias após o parto para as estudantes mães da graduação e pós-graduação.¹⁶

Além destas ações locais, também existem tramitando alguns projetos de leis que visam assegurar os direitos das mães estudantes no ensino superior. A partir de um estudo realizado pelo *Parent in Science* (2023), foram enumerados cinco projetos, a destacar:

- PL 840/2021 (n.º Anterior: PLS 398/2018) – Objetivo: Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) para

¹⁵ UFC. Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência: conheça pesquisadoras que atuam pela igualdade de gênero na UFC. Publicado em 9 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.ufc.br/noticias/18609-dia-internacional-das-mulheres-e-meninas-na-ciencia-conheca-pesquisadoras-que-atuam-pela-igualdade-de-genero-na-ufc> Acesso: 18.abr.2024.

¹⁶ UFSC. UFSC promove audiência pública sobre política de permanência de estudantes mães. Publicado em: 07 de março de 2024. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2024/03/ufsc-promove-audiencia-publica-sobre-politica-de-permanencia-de-estudantes-maes/> Acesso em: 18.abr,2024.

prorrogar o prazo máximo para conclusão de cursos e programas de educação superior nos casos de maternidade e de adoção;

- PL 2260/2022 – Objetivo: Altera as Leis n.º 13.536, de 15 de dezembro de 2017, e n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dispõe sobre prorrogação de prazos em cursos de graduação e pós-graduação nos casos de maternidade, paternidade e de adoção;
- PL 1151/2022 – Objetivo: Estabelece diretrizes gerais para o acolhimento de gestantes, puérperas e mães de crianças e adolescentes em ambiente universitário;
- PL 1270/2023 – Objetivo: Assegura às mães, aos pais ou responsáveis direito, de frequentar a escola ou a universidade com seus filhos de até 12 anos incompletos.
- PL 336/2023 – Objetivo: Altera a Lei n.º 9.394, para assegurar o acesso e a permanência de filhos ou pupilos na instituição durante as aulas.

Como já citado anteriormente, os movimentos sociais e a sociedade civil são fundamentais para as transformações políticas, tanto que, no desenvolvimento desta pesquisa, chegou ao meu conhecimento um conjunto de ações e movimento que tinham como objetivo a ampliação da pauta maternidade no ensino superior em âmbito nacional.

São coletivos estudantis composto por mães universitárias, técnicas e até mesmo professoras, que buscam melhorias contínuas no entendimento que é preciso pensar uma universidade mais próxima à realidade. Destas tantas experiências, conheci a pesquisadora e antropóloga Vanessa Suany¹⁷ que entrou em contato comigo pedindo uma indicação de uma estudante para representar a UNILAB no Coletivo Nacional de Mães Universitárias.

Embora não fizesse parte dos objetivos desta pesquisa, a indicação foi feita e pude acompanhar um movimento crescente que resultou em uma audiência pública para debater a permanência das mulheres no ambiente acadêmico¹⁸ e posteriormente, através da Portaria do Ministério da Educação (MEC), de n.º 2005 de 14 de novembro de 2023, foi instituído o Grupo de Trabalho para promover estudos técnicos sobre a criação de uma Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras (Brasil, 2023) e o primeiro encontro aconteceu no dia 26 de janeiro de 2024, em Brasília¹⁹, por meio da Secretaria de Educação Superior (Sesu). Este é um grande passo para pensarmos em políticas de assistência estudantil mais inclusiva, que gere equidade.

¹⁷ Presidente da Associação de Mães Pesquisadoras, Estudantes e Trabalhadoras (AMPET).

¹⁸ TV Senado. Ao Vivo: Comissão de Educação Debate a Permanência Das Mulheres No Ambiente Acadêmico. Publicado em 16 de outubro de 2023, YouTube. 2023 Disponível em: www.youtube.com/watch?v=3vKY3oK4Rpk. Acesso em: 3.mai.2024.

¹⁹ Agencia Brasil. MEC debate permanência materna no ensino superior. Publicado em 26 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/mec-debate-permanencia-materna-no-ensino-superior> Acesso: 03.abr.2023.

4 PROTAGONISMO FEMININO E AS MÃES DISCENTES DA UNILAB²⁰

Este é um fragmento de tudo que venho vivendo e aprendendo no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa. Na presente seção, apresento os dados disponibilizados pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) sobre o perfil dos estudantes da universidade. Em seguida, analiso os resultados da primeira etapa da pesquisa-ação realizada a partir da aplicação de questionário. Com base nessas informações, reflito sobre as questões sociais sobre o acolhimento à maternidade no ensino superior e sobre a importância e necessidade de existirem políticas públicas de assistência e permanência para mulheres mães universitárias.

No terceiro e quarto momento, compartilho o estudo referente as rodas de conversa e encontros formativos. Destes, realizamos uma análise das dificuldades vivenciadas pelas estudantes-mães para se manterem no ambiente universitário e os desafios enfrentados por elas.

No último ponto iremos nos debruçar sobre a construção do documento intitulado “Política de acolhimento as discentes mães da UNILAB”, que foi elaborado coletivamente, a partir das narrativas das estudantes sobre as políticas e ações necessárias que podem garantir a permanência das mães universitárias.

4.1 O que os dados da UNILAB nos dizem sobre as Mães Universitárias?

Sendo a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) nosso campo de pesquisa, logo, é neste campo que realizamos um levantamento quali-quantitativo com o objetivo obter informações com base nos dados institucionais para compreender quem são as estudantes da UNILAB a partir da UNILAB.

Além do uso da Lei de Acesso à Informação (LAI), também foram utilizados outros dispositivos de pesquisa, como o UNILAB em Números e os Dados Abertos da própria instituição.

Nem todas as questões apresentadas na coleta documental e de registros foram respondidas, pois conforme afirmado através do despacho assinado pelos setores do Sistema de Assistência Estudantil (SAE), Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) (2022), algumas informações são resguardadas por serem dados sigilosos, como previstos na Lei Geral de Proteção de Dados

²⁰ As citações das entrevistas e participantes que colaboraram com as Rodas de Conversa estão destacados em itálico.

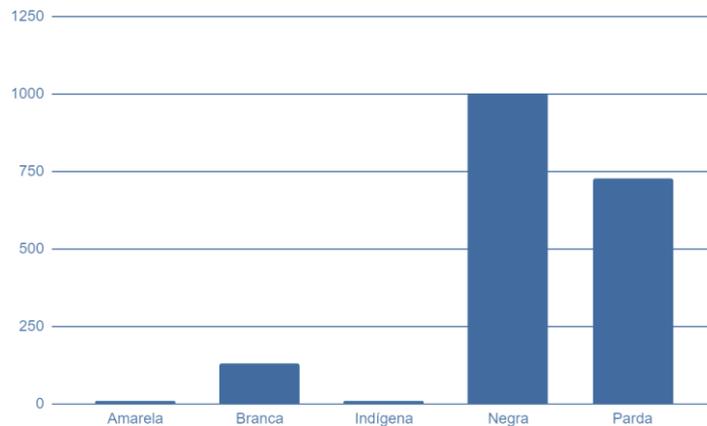
(LGPD), além de outras legislações específicas da atuação profissional em Serviço Social. Além deste, foi apresentado também como fator a “inviabilidade de cruzamento de dados e informações”, pois os sistemas se diferem.

Uma das informações solicitadas foi o perfil socioeconômico dos/as estudantes da graduação da UNILAB. O que conseguimos através da plataforma UNILAB em Números (2023), é que no semestre de 2022.2, as estudantes mulheres representavam 49,2% de 3.082 alunos/as matriculados.

Já na leitura dos dados apresentados pelo PAES, é possível identificar que no ano de 2022, foram beneficiados 1.876 estudantes com algum tipo de auxílio. Destes, 53,9% são para brasileiros/as, enquanto 46,1% para estudantes dos PALOP, dividido entre os países Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Quando a análise desses dados é feita pelo recorte de gênero, o masculino tem uma porcentagem de 53,7% e feminino 46,3%. Os dados não apresentam referência a identidade de gênero.

Ao que tange às questões de raça e etnia, podemos observar que:

Gráfico 1 – Universitários matriculados no semestre 2022, por raça



Fonte: Elaborado a partir dos dados do PAES/UNILAB.

A população estudantil da UNILAB é prioritariamente negra, embora o Gráfico 1 demonstre uma diferença entre pessoas negras e pardas, isto não é mais entendido nas esferas de políticas públicas, compreendendo que a população negra é composta de pessoas pretas e pardas, como aponta Sueli Carneiro,

Essas diferenciações, portanto, vêm funcionando, com eficácia, como elementos de fragmentação da identidade negra e impedindo que esta se transforme em elemento aglutinador no campo político para reivindicações coletivas por equidade racial, pois,

ao contrário do que indica o imaginário social, pretos e pardos (conforme a nomenclatura do IBGE) compõem um agrupamento que, do ponto de vista dos indicadores sociais, apresenta condições de vida semelhantes e igualmente inferiores quando comparadas ao grupo branco, razão pela qual se define hoje, política e sociologicamente, a categoria negra como o somatório daqueles que o Censo classifica como pretos e pardos. (Carneiro, 2011, p. 62).

Analisando estes mesmos dados, é possível verificar uma coluna referente à questão “Que possui filho(a) beneficiário(a) do PAES”. No despacho, é apresentado que este dado foi obtido a partir do questionário socioeconômico e familiar quando os estudantes se inscrevem no processo seletivo do PAES, totalizando quatro (4) beneficiários com filhos/as.

Existe uma divergência nos dados, principalmente quando fazemos um comparativo com as solicitações de Regime Especial por motivo de gravidez, por exemplo. O que sabemos é que, entre os anos de 2010, até o semestre 2019.2²¹ foram abertos 149 processos de Regime Especial por motivo de gravidez na UNILAB, mas que infelizmente não é possível identificar a nacionalidade das estudantes-mães, por questões do próprio sistema.

O mesmo se refere às estudantes que trancam, cancelam ou desistem do curso, ou mesmo por qual motivo ocorre essa desistência. A partir do levantamento de dados de ingressos e concludentes, do referido período (2010-2019), foram matriculadas 6.246 mulheres e apenas 1.435 concluíram seus cursos. Sabemos que muitas dessas mulheres continuam cursando a universidade, mas também sabemos informalmente que outras desistiram.

Quando questionados sobre a existência de quais ações de políticas públicas estudantis são desenvolvidas na UNILAB com foco nas questões de gênero ou mesmo se existe algum tipo de assistência estudantil para as mães universitárias na UNILAB, a resposta que obtivemos foi a seguinte:

A propósito das ações desenvolvidas pelo PAES/ e pela equipe do Núcleo de Atendimento Social ao Estudante - NAE/COEST/PROPAE, no período solicitado na demanda, de 2010 a 2022, podemos destacar:

- 1 - Estudantes gestantes e/ou pais/mães, com filhos de 0 a 6 anos e/ou com agravos de saúde, são priorizados no processo seletivo do Programa para concessão das modalidades de auxílios. Esse perfil é importante indicador social, por demonstrar que tal condição pode comprometer a permanência desses estudantes na universidade, ocasionando retenção e evasão dos mesmos;
- 2 - Caso haja necessidade, estudantes nessa condição são feitos acompanhamentos da permanência e de suas necessidades estudantis;
- 3 - Em algumas situações são realizadas avaliações pela equipe social para isenção da taxa do Restaurante Universitário, caso o/a estudante não receba nenhuma modalidade de auxílio do PAES, seja por não possuírem perfil socioeconômico para atendimento,

²¹ Dados obtidos através do E-SIC (Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão. A Lei Federal nº 12.527/2011).

restrição de orçamentária e/ou, também por indeferimento, em casos de documentação incompleta no processo seletivo do Programa;

4 - Outra ação realizada para estudantes mães /pais são rodas de conversa na Mostra da Vida Estudantil realizada dentro da programação da Semana Universitária para conhecer melhor as dificuldades de permanência e suas necessidades estudantis, as rodas de conversa são propostas pelo Observatório da Vida Estudantil, setor vinculado ao gabinete da PROPAE;

5 - Em casos de extrema vulnerabilidade social dos/as estudantes pais/mães, estes são orientados/as a acessar a rede socioassistencial de outras políticas públicas e sociais, tais como Assistência Social, Previdência, Política de Segurança Alimentar, Programas de Transferência de Renda dentre outros serviços/benefícios existentes nas localidades de residência dos/das estudantes, a fim de minimizar vulnerabilidades e necessidades sociais;

6 - Outra ação realizada de permanência dos/as estudantes pais/mães é a concessão do Auxílio Emergencial Estudantil, de natureza eventual e provisória, previsto no rol de auxílios do PAES, deferido mediante análise da situação apresentada pelo/a estudante.

A Roda de conversa citada foi uma ação pontual, desenvolvida em 2017 e teve como tema “Vida estudantil, maternidade e paternidade: desafios para os/as estudantes da UNILAB”²². A atividade foi organizada pelo Observatório da Vida Estudantil (Observe) e apresentada na II Mostra da Vida Estudantil. Depois desta, não foram identificadas outras ações nas mostras seguintes.

No conjunto de ações apresentadas não cita o *ProCIADI/PROPAE*, o qual é um Programa de apoio a permanência de mães e pais discentes na Universidade, desenvolvendo ações de extensão, a partir da promoção de atividades extracurriculares no contraturno escolar para atender crianças de 4 a 10 anos. A PROPAE disponibiliza três bolsistas para atuar na sede fixa do projeto, a Casa Encantada, mas para além dos bolsistas, o projeto conta com a colaboração de voluntários e a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Redenção.

Também não cita a Resolução n.º 030/2013, de novembro de 2013, que normaliza os procedimentos relativos à matrícula de estudantes dos cursos de graduação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), principalmente ao Art. 42. “A matrícula em regime especial é exclusiva para gestantes a partir do oitavo mês de gestação e nos três primeiros meses após o nascimento da criança”, assim como, “§2º O estudante matriculado em regime especial será assistido pelo(s) docente(s) responsável(eis) pela(s) componente(s) curricular(es) em que estiver matriculado, por meio de atividades

²² UNILAB. **II Mostra da Vida Estudantil**. Programação, 2017. Disponível em: https://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2017/10/Programa%20A7%20C3%A3o-da-II-Mostra-VERS%20830-FINAL.pdf?_ga=2.130597391.1665024366.1699214557-1584795108.1677606317&_gl=1*10he2k3*_ga*MTU4NDc5NTEwOC4xNjc3NjA2MzE3*_ga_622E2NCDRK*MTY5OTIxNDU1Ny43Mi4xLjE2OTkyMTY0MTAuMC4wLjA Acesso em: 10.out.2023.

acadêmicas domiciliares.”. A resolução dialoga e ampara o que já estava estabelecido através da Lei n.º 6.202 de 17 de abril de 1975.

A questão é que o fato da estudante conseguir um afastamento temporário do ambiente universitário não pode ser entendido como assistência e nem garante que ela dará continuidade aos seus estudos. O mesmo vale para as estudantes assistidas pelo Programa de Assistência ao Estudante (PAES), que possuem perfil de vulnerabilidade socioeconômica, principalmente as estudantes internacionais, que têm no auxílio seu principal meio de prover moradia e alimentação.

Em diálogo com o Núcleo de Assistência Estudantil (NAE/PROPÆ), para o desenvolvimento da terceira fase da pesquisa, fomos informadas que o setor tem ciência das problemáticas acerca das estudantes-mães universitárias, a exemplo, o acesso ao restaurante universitário com as crianças para realização das refeições. Além dos episódios de assédio, mas não existem formalizados programas, projetos e ações para atender o público, sendo este realizado conforme se apresente uma demanda.

Não sabemos ao certo quantas mulheres mães-universitárias estão regularmente matriculadas na universidade atualmente, mas se elas não são reconhecidas através dos dados institucionais, elas não existem, assim como as suas crianças. Diante disso, é preciso criar mecanismos metodológicos para conhecer as principais necessidades deste público-alvo no que tange às políticas de permanência e assistência universitária, para assim, superar as desigualdades de acesso e permanência por meio de dos programas de benefícios sociais (Teixeira, 2016), na UNILAB.

4.2 Mulheres Mães Universitárias da UNILAB

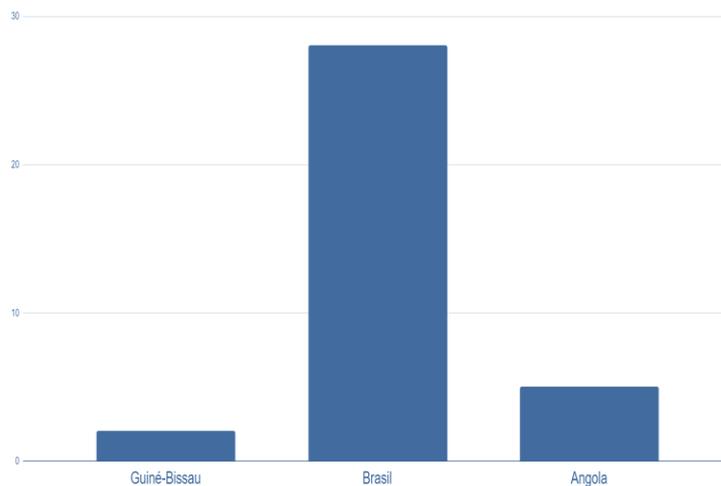
Como citado na metodologia, este estudo contou com alguns tipos de coleta de dados, primeiro no âmbito documental, como pode ser visto anteriormente e no segundo momento, a aplicação de um questionário. As questões levantadas tiveram como objetivo identificar as mães universitárias, regularmente matriculadas na UNILAB, estabelecer um perfil destas mulheres a partir da intersecção de dados, a partir da raça, classe, gênero, localidade, religião, sexualidade, idade, etnia, etc.

O questionário foi inicialmente aplicado entre os dias 15 de março de 2023 até o dia 30 de abril de 2023. Ao todo obtivemos 45 respostas, mas foi necessário, a partir dos critérios de exclusão, eliminar algumas respostas por motivo de duplicação de respostas, respostas de estudantes de outra sede, estudantes regularmente matriculadas somente na pós-

graduação e servidoras. Ao todo, consideramos para o estudo as respostas de 35 mães ou gestantes regularmente matriculadas na sede da UNILAB-CE em cursos de graduação presencial.

Ao que tange a origem das interlocutoras, em sua maioria, as estudantes que responderam o questionário são de nacionalidade brasileira, a maioria cearense, sendo que uma delas é natural do estado do Pará e veio para o Ceará por conta do curso. Das 35 interlocutoras, apenas sete estudantes internacionais responderam ao questionário, cinco de nacionalidade angolana e duas da Guiné-Bissau.

Gráfico 2 – Nacionalidade das interlocutoras

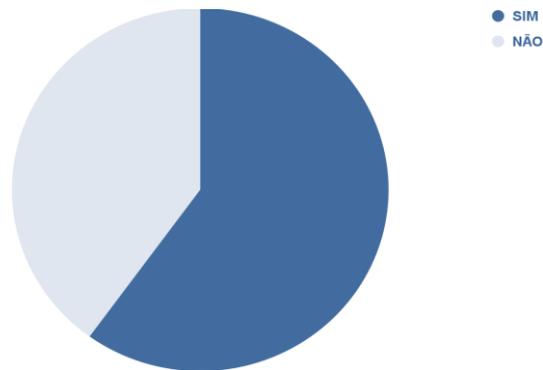


Fonte: De autoria própria.

No que se refere as interseccionalidades, todas as estudantes se afirmam com a identidade de gênero feminino. Destas, trinta afirmam ser negras, 13 pretas e 17 pardas, sendo que uma destas informou ser quilombola. Quatro se reconhecem como mulheres brancas e uma interlocutora, informou ser indígena. Já as estudantes internacionais, uma estudante guineense é da etnia Pepel, e das estudantes angolanas, quatro afirmaram ser de alguma etnia: duas Bakongo, e as demais Ovimbundu e Kimbundu.

Sobre a faixa etária das mães universitárias, elas apresentam idade de 20 a 41 anos. Ao analisar o número de filhos/as das estudantes-mães, observamos que 27 possuem apenas um filho/a, sendo que quatro destas vivenciavam a sua primeira gestação, seis possuem dois filhos/as e duas três filhos/as.

Gráfico 3 – A gravidez ocorreu enquanto estudava na UNILAB



Fonte: De autoria própria.

Em relação ao período em que essas mulheres tornaram-se mães, foi apontado que das 35 interlocutoras que responderam à pesquisa, 21 engravidaram durante o curso de graduação.

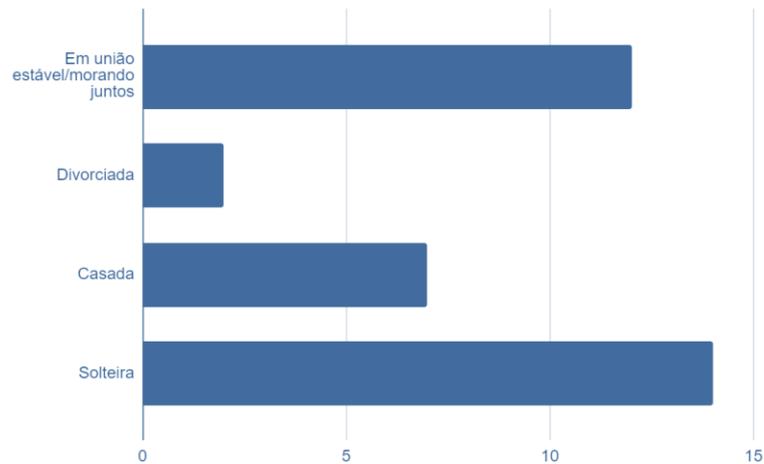
Outro achado importante para esse contexto de maternidade é a experiência de mobilidade, pois atualmente, 22 residem em Acarape ou Redenção, sendo que destas, somente duas são naturais de Redenção e uma de Acarape. Quando pensamos na localidade que estas estudantes residem atualmente, dezenove destas residem em Redenção ou Acarape, são naturais de outros países, cidades e estado. Esta questão é importante quando pensamos nas relações de apoio familiar, principalmente no período da gestação, mas sobretudo após o nascimento da criança.

Para as psicólogas e pesquisadoras Maíra Ribeiro de Oliveira e Maria Auxiliadora Dessen (2012), após o nascimento de uma criança é atribuída a mãe uma série de tarefas impostas, e que nesse momento é preciso que estas tenham um apoio social, que desempenhe funções no campo financeiro, da divisão de tarefas domésticas, do descanso da mãe e também dos cuidados ao bebê.

No desenvolvimento da pesquisa de campo, a partir das rodas de conversa, as interlocutoras apontaram não existir rede de apoio ou que reconhecem como rede apoio elas próprias e/ou os pais das crianças. A hipótese que existia era que as estudantes internacionais apresentassem maior necessidade que as estudantes brasileiras, no entanto, analisando caso a caso, o que foi observado é: existem situações de vulnerabilidade intrafamiliar, seja por conflitos, por questões financeiras ou pela distância, para as estudantes, independente da nacionalidade, problema amplificado no contexto da maternidade das estudantes internacionais que vivenciam tais fragilidades intensamente, por estarem em um país desconhecido, longe da família, para além das questões raça, classe e gênero.

Ao serem questionadas sobre o estado civil, das 35 interlocutoras, 14 são solteiras e são a principal responsável pelos cuidados da criança. 12 afirmam estar em união estável ou morando com o pai da criança, sete são casadas e uma interlocutora divorciada.

Gráfico 4 – Ao que se refere ao estado civil



Fonte: De autoria própria.

Para analisar os valores referentes a renda estudantil, delimitamos no formulário apresentado as interlocutoras as seguintes modalidades:

- Auxílio Estudantil;
- Bolsa em projeto de ensino, pesquisa ou extensão;
- Bolsa de pós-graduação²³;
- Auxílio Brasil²⁴;
- Ajuda financeira familiar;
- Estágio remunerado;
- Empregada trabalhando 40 horas ou mais por semana;
- Não tenho nenhuma fonte de renda;
- Outros.

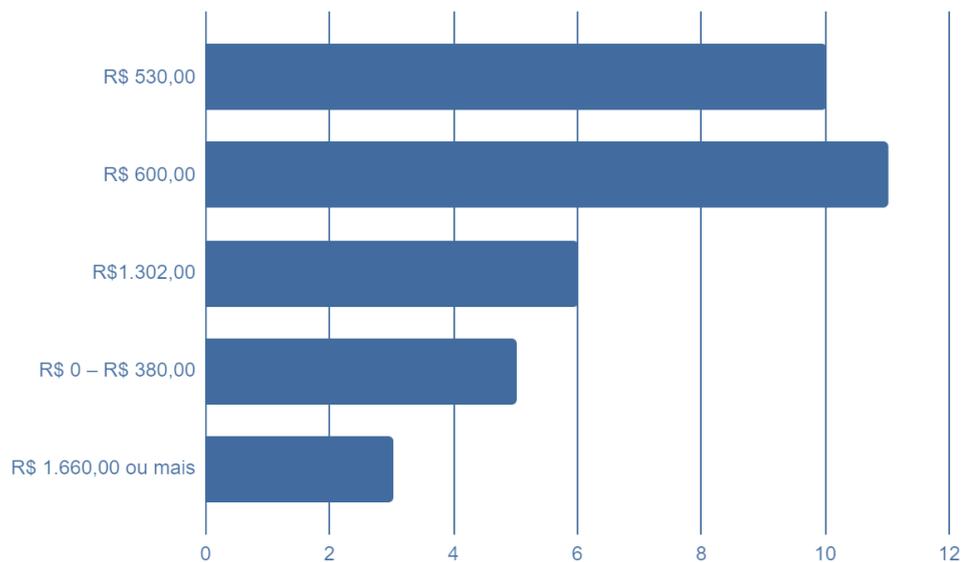
A partir deste, nos é apontado que 11 vivem com uma renda mensal de R\$ 600,00, 10 com R\$ 530,00, vivem com R\$ 1.302,00 6 mulheres, enquanto cinco sobrevivem mensalmente com valores entre R\$ 0 – R\$ 380,00 e somente três tem uma renda superior a R\$ 1.660,00 ou mais.

²³ Assim como eu, existem estudantes que estão cursando sua segunda graduação ou que estão realizando o curso de pós-graduação em concomitância com a graduação.

²⁴ No período em que a pesquisa foi realizada ainda estava em vigor o Auxílio Brasil.

Quando questionadas sobre as fontes de renda, 11 apontaram o Auxílio Estudantil como a principal fonte de renda, nove apontaram que o Auxílio Brasil desempenha a função de fonte de renda, quatro estudante tem o Auxílio Estudantil/Auxilio Brasil, duas estudantes estão trabalhando 40 horas ou mais por semana, duas dependem da ajuda financeira familiar e existem os casos específicos: uma estudante tem o Auxílio Brasil/Estágio Remunerado; estudante recebe Auxílio Brasil/ ajuda financeira familiar; uma estudante tem Bolsa em projeto de ensino, pesquisa ou extensão; uma estudante apresenta que é bolsista e recebe pensão alimentícia, uma estudante depende do esposo e este é o provedor da renda familiar; uma afirma receber ajuda financeira familiar; e uma afirma não ter nenhuma fonte de renda.

Gráfico 5 – Ao que se refere a renda mensal



Fonte: De autoria própria.

Analisando o recorte de renda em uma perspectiva de raça, estado civil, faixa etária e origem da renda, podemos observar que, das estudantes que possuem maior renda, R\$ 1.660,00 ou mais, duas são brancas e uma parda. Duas destas são casadas e uma divorciada, com 41 anos e a terceira 33 anos. A mais jovem, apontou como meio de sobrevivência uma bolsa em projeto de ensino, pesquisa ou extensão, que recebe as parcelas do divórcio por tempo determinado, além da pensão alimentícia da criança. As demais, uma aponta que trabalha 40 horas ou mais por semana e a outra que recebe ajuda financeira familiar.

Das estudantes que afirmaram ter renda de R\$ 1.302,00, os valores são provenientes de mais de uma fonte de renda, Auxílio Brasil/Estágio remunerado, Auxilio Estudantil/Auxílio

Brasil, Auxílio Brasil/ Ajuda financeira familiar, além de trabalhadora com carga horária de 40 horas ou mais por semana e o esposo ser o provedor da renda familiar. Em sua maioria elas são pardas, exceto uma, que se afirma como preta. Assim como no grupo anterior, todas de nacionalidade brasileira. Em sua maioria, elas não residem nas cidades de Redenção/Acarape, e das seis, somente duas são solteiras.

As estudantes que vivem com renda no valor de R\$ 600,00, valor proveniente do Auxílio Brasil, em sua maioria são brasileiras, somente uma é de nacionalidade angolana e em sua maioria residem na cidade de Redenção/Acarape.

As estudantes que vivem com Auxílio Estudantil na modalidade de 530,00 de nacionalidade brasileira são quatro, duas estudantes pardas, uma preta e uma branca. As demais correspondem as estudantes internacionais, de Angola e Guiné-Bissau. A outra modalidade de Auxílio Estudantil é referente ao valor de R\$ 380,00. Das estudantes que marcaram a opção R\$ 0 – R\$ 380,00, somente três informaram que o valor é referente a auxílio. As outras duas apontaram que “Ajuda financeira familiar” e “Não tenho nenhuma fonte de renda”. Destas apenas uma apresenta que vive “Em união estável/morando juntos”, as demais são solteiras, todas são de nacionalidade brasileira, tem apenas uma criança e em sua maioria pardas e apenas uma é indígena.

A partir das informações apresentadas pelas estudantes, podemos projetar o perfil das mulheres mães universitárias como sendo, em sua maioria, mulheres negras, com faixa etária de 20 a 41 anos, maioria solteiras, com pelo menos um/a filho/a e são a principal responsável pelos cuidados da criança. A predominância é que elas migraram para residir mais próximo à universidade, se tornaram mães enquanto estudantes da UNILAB e tem como principal fonte de renda o Auxílio Moradia.

Após a realização da análise do perfil das estudantes-mães, compreendendo as singularidades de cada uma, e respeitando a afirmação e desejo de participar da pesquisa no seu segundo momento, foi enviado para elas um e-mail convite, para ingressar no grupo de *WhatsApp*. Das 27 participantes que demonstraram interesse na pesquisa, 16 aceitaram o convite, em que iniciamos o planejamento das rodas de conversa.

4.3 Os encontros e as formações

Os encontros e formações aconteceram entre os meses de agosto a outubro de 2023. Por definição do grupo, através do diálogo realizado no grupo do *WhatsApp*, mediante questões abertas e uso de enquetes, foi estabelecido que além de uma pesquisa, o projeto teria caráter de

projeto de extensão, nomeado como “Café e Empatia: Ser Mãe e Universitária” tendo como parceria o Projeto de Extensão “Empatia: Promoção da ética e da polidez nas práticas profissionais”²⁵ podendo assim proporcionar horas de extensão para as participantes.

O primeiro encontro aconteceu no dia 27 de maio de 2023, uma atividade virtual, utilizando a plataforma do *Google Meet* e teve como objetivo apresentar mais uma vez do que se trata a pesquisa, definições sobre o cronograma de atividades e temas dos encontros, além da apresentação das participantes. Na ocasião, seis estudantes estavam presentes.

As integrantes também decidiram que as rodas de conversa deveriam ser abertas e divulgadas nos canais de comunicação da instituição, pois as interlocutoras gostariam de ouvir outras mães e pais sobre as questões referentes à maternidade.

Figura 1 – Apresentação da proposta de atividades



Fonte: Da autora (2023)

Deste modo, as ações da pesquisa aconteceram em dois formatos, encontros presenciais (rodas de conversa) e virtuais (encontros formativos). Os encontros presenciais aconteceram em um espaço físico, para que este fosse um espaço de acolhimento e seguro, dentro das dependências da universidade, no campi Liberdade, e com acesso pleno ao Núcleo de Atendimento Social ao Estudante (NAE) e Divisão de Assistência à Saúde do Estudante (DIASE).

Por existir uma divergência na disponibilidade de horário das participantes, pois existem estudantes do período integral e outras, noturno, além das necessidades particulares que envolvem trabalho e cuidado com a criança, houve a necessidade de abrir dois horários para

²⁵ Projeto coordenado pela Professora Dra. Geórgia Maria Feitosa e Paiva.

realização dos encontros presenciais, ficando definido que os encontros acontecerão às terças-feiras, no horário de 9 às 10:40 e à tarde de 15 às 16:40, em semanas intercaladas.

Os encontros virtuais, estabelecidos como encontros formativos, aconteceram através da plataforma *Google Meet*, aos sábados, com definição de uma hora para cada encontro, sempre às 10 horas da manhã e sempre com a participação de uma convidada para dialogar sobre uma temática específica.

No cronograma inicial, ao que se refere ao desenvolvimento da pesquisa de campo, a ideia é que a pesquisa-ação acontecesse de maio a agosto, no entanto, percebendo que as estudantes estavam com dificuldade para participar das ações devido à finalização do semestre da graduação e compreendendo as dificuldades de estar no espaço universitário no período de recesso, optou-se por retornar no semestre seguinte, como pode ser observado no cronograma atualizado, com as temáticas da roda de conversa e encontros formativos.

Quadro 1 – Cronograma de execução da atividade do Café e Empatia em 2023²⁶

Data/horário	Tema
27/05 - 10h (sábado)	Encontro de abertura
06/06 - 9h (terça-feira)	Roda de conversa “Maternidade e Rede de Afeto”
10/06 - 10h (sábado)	Encontro formativo “Programas e Benefícios do Serviço Social para as Mães”
13/06 - 15h (terça-feira)	Roda de conversa “Tornar-se Mãe: entre desafios e afetos”
17/06 - 10h (sábado)	Encontro formativo “Associação e Maternidade: na luta pela permanência no espaço universitário”
20/06 - 9h (terça-feira)	Roda de conversa “Conversa com o NAE – As adversidades de ser mãe universitária”
24/06 - 10h (sábado)	Encontro formativo “Por um espaço acolhedor na Universidade”
14/07 – 15h (sexta-feira)	Confraternização
09/09 - 10h (sábado)	Encontro formativo “Empreender e Maternidade – compartilhando experiências”
23/09 - 10h (sábado)	Elaboração documento Definição próximos passos
07/10 - 10h (sábado)	Encontro formativo “CIADI e as Políticas de Assistência para as Mães Universitárias”
21/10 - 10h (sábado)	Reunião alinhamento Assembleia Geral
23/10 - 19h (segunda-feira)	Assembleia com os Estudantes Mães e Pais

Fonte: Da autora (2023).

No que se refere ao cronograma de execução da atividade passou por mudanças ao longo da aplicação da pesquisa. No cronograma inicial, a última atividade da pesquisa deveria ser a apresentação da proposta de políticas de assistência universitárias que apoiassem as estudantes mães, junto ao Reitor da universidade e pró-reitor da PROP AE. No entanto, o

²⁶ Os encontros e formações aconteceram entre os meses de agosto a outubro de 2023.

encontro foi substituído por uma Assembleia Geral para apresentar a comunidade acadêmica a proposta do documento “Política de Acolhimento as Discentes Mães da UNILAB”.

A atividade foi realizada posteriormente através do Coletivo de Mulheres Mães Universitárias na UNILAB, em reunião com a reitoria e PROPAE, que aconteceu no dia 20 de janeiro de 2024.

4.3.1 As rodas de conversa

Ao todo, foram realizadas três rodas de conversa presenciais e um encontro de confraternização. As rodas de conversa aconteceram na Sala de Convivência, um ambiente tranquilo com acesso rápido ao NAE e DIASE.

Como já citado anteriormente, por decisão do grupo, a atividade Roda de Conversa passou a ser aberta, ampliando o público-alvo da pesquisa, que antes eram mulheres estudantes, que já tivessem crianças nascidas, passando integrar ao grupo estudantes gestantes, o que foi importante para o desenvolvimento da pesquisa, mas principalmente para criar redes de apoio ao que se trata do nascimento e cuidados consigo e com a criança, além de tirar dúvidas sobre as questões burocráticas da universidade.

Figura 2 – Crianças no chão da sala de convivência, no dia 13 de junho de 2023.



Fonte: Da autora (2023).

A primeira roda de conversa teve como tema “Maternidade e Rede de Afeto” aconteceu no dia 6 de junho de 2023, pela manhã. Participaram da atividade quatro estudantes, três do grupo inicial e uma nova integrante, que estava gestante. Duas das estudantes levaram suas crianças. O diálogo foi estabelecido para compreender a experiência que elas tinham com

a maternidade e se existia uma rede de apoio e afeto que auxiliavam cotidianamente, seja com os cuidados com a criança e no apoio à vida acadêmica.

No segundo encontro da roda de conversa aconteceu no dia 13 de junho, o tema foi “Tornar-se Mãe: entre desafios e afetos”. A conversa teve como objetivo falar sobre a experiência da maternidade e como ela está sendo construída a partir da experiência universitária. Na ocasião tivemos a participação de mais dois estudantes, um pai que acompanhou uma das participantes do grupo e outra estudante gestante, totalizando cinco participantes. As crianças também estavam presentes no ambiente.

Com o tema, “Conversa com o NAE – As adversidades de ser mãe universitária”, o terceiro encontro, que aconteceu no dia 20 de junho, teve como convidada uma das assistências sociais do Núcleo de Assistência Estudantil. Ao todo, participaram da atividade cinco estudantes, destas, uma estava participando do encontro pela primeira. Além das estudantes, três crianças estavam presentes na atividade.

Ao longo dos diálogos que tivemos, tanto nas rodas de conversa, como nos encontros formativos, as estudantes queriam ser ouvidas e terem suas dúvidas sanadas, no entanto, o que se notou neste encontro foi a frustração das estudantes, ao perceber que embora os problemas enfrentados pelas estudantes sejam reconhecidos pela Assistência Estudantil, nada é feito, por existir questões burocráticas que barram as possibilidades de ações que podem trazer melhorias.

Neste encontro, a participante que estava indo pela primeira vez apresentou grande fragilidade ao compartilhar sua experiência com a maternidade, ela foi acolhida por todas as estudantes e foi orientada pela assistente social a como proceder para que ela não perdesse o auxílio, já que por estar em um momento fragilizado, não estava conseguindo cumprir com as atividades acadêmicas. Após o acolhimento pelo grupo, acompanhei ela até o DIASE, onde ela foi atendida e orientada sobre suas questões de saúde. A estudante voltou para a atividade com uma consulta agendada.

Uma característica bem específica de cada encontro é a emoção. Compartilhar e ouvir o relato das estudantes cria um ambiente emotivo. Nos momentos que se percebia uma maior fragilidade, as participantes eram convidadas para lanchar, uma distração importante, tanto no âmbito da quebra do momento de fragilidade que possibilita a abertura para outras conversas.

O último encontro das rodas de conversa, que aconteceu no dia 14 de julho, foi uma atividade de confraternização, organizado pelas participantes e que aconteceu fora do ambiente

universitário no período do recesso acadêmico. Ao todo estavam presentes seis estudantes, destas duas gestantes e cinco crianças.

Figura 3 – Encontro Confraternização



Fonte: Da autora (2023).

A ideia do encontro era proporcionar um espaço de convivência e lazer para as crianças, mas também para que as estudantes pudessem se conhecer e fortalecer os laços, mas, desde o início da aplicação da pesquisa o objetivo metodológico foi de criar um espaço acolhedor que gerasse confiabilidade entre as participantes. Como resultado, hoje o grupo segue existindo e cotidianamente se observa que as participantes vão compartilhando suas dúvidas sobre o gestar e cuidados com a criança, para além do debate sobre as necessidades de melhorias na universidade, para torná-la mais acessível às mães e às crianças.

4.3.2 Os encontros formativos

Como já citado anteriormente, os encontros formativos foram pensados a partir das necessidades das próprias estudantes, seja para conhecer sobre as políticas de assistência do município, assim como, sobre as ações desenvolvidas na própria universidade. Além deste, por demanda das próprias estudantes, foram incluídos os temas sobre empreendedorismo e criação de uma associação estudantil.

Ao todo, foram realizados cinco encontros, estes aconteceram aos sábados e para a realização de cada um deles, foi necessário a realização de convites, estes feitos através de ofícios e posteriormente reuniões prévias para alinhamento da proposta da atividade.

O primeiro encontro teve como tema “Programas e Benefícios do Serviço Social para as Mães”, ele foi pensado, pois as estudantes, principalmente as internacionais, apontaram

ter dificuldade para acessar aos programas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do município de Redenção, mas principalmente em Acarape. A atividade aconteceu no 10 de junho, às 10 horas da manhã, através da plataforma Google Meet. A atividade foi mediada pela pedagoga e Coordenadora do CRAS do município de Maracanaú, Priscila Fernandes.

Figura 4 – Primeiro encontro formativo



Fonte: Da autora (2023).

Antes do primeiro encontro, ainda no grupo do WhatsApp, as estudantes, principalmente as internacionais, expuseram sobre as dificuldades para realizar o Cadastro Único (CadÚnico) para receber o Bolsa Família, principalmente no município de Acarape. A partir deste relato, tive a necessidade de entender o caso. Tentei entrar em contato com o CadÚnico de Acarape, mas sem sucesso e consegui sanar parte das minhas dúvidas através da coordenadora do CadÚnico do município de Redenção, Andrea Bezerra.

A coordenadora confirmou que existe a prática pelo município de Acarape de não cadastrar os estudantes internacionais e disse que isso acontece pela não atualização dos cadastros, pois estes mudam de endereço ou terminam o curso e não atualizam ou solicitam a retirada no cadastro, o que resulta negativamente para o município, pois o Governo Federal não repassa os valores referentes ao cadastro total. Para exemplificar, se o município tem cadastrado 10 pessoas, mas só 3 pessoas têm os dados atualizados, o município deixa de receber 70%.

No entanto, a negação do município ao possibilitar a assistência social a população universitária se caracteriza mais como um ato xenofóbico, que simplesmente uma questão burocrática.

Outro ponto questionado pelas estudantes era referente a quem pode receber o Bolsa Família no município de Redenção, a coordenadora apontou que se a estudante já recebe uma assistência do governo, como no auxílio moradia, ela não está apta a ser assistida pelo programa. Segundo o Governo Federal, enquadra-se no perfil do assistido, pessoa com renda mensal de até R\$ 218 (situação de pobreza)²⁷. No entanto, como se sabe, a modalidade auxílio moradia tem valor de 380,00 (trezentos e oitenta reais), por mês. Se dividirmos este valor pela estudante-mãe e a criança, o valor fica bem abaixo do valor estipulado que caracteriza a situação de pobreza.

Compreendendo as demandas e a realidade dos municípios que sediam a UNILAB Ceará, Priscila Fernandes desenvolveu sua apresentação a partir das possibilidades que existiam dentro das realidades municipais, pois, além do acesso ao Bolsa Família, as pessoas que realizam e mantêm seus dados atualizados no Cadastro Único podem acessar outros programas sociais do governo federal, como: Ação de Distribuição de Alimentos (ADA), Identidade Jovem (ID Jovem), Isenção de taxas de inscrição em concursos públicos, Programa Criança Feliz, Programa Minha Casa Minha Vida, Tarifa Social de Energia Elétrica, Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Serviços Socioassistenciais, entre outros.²⁸

Das estudantes presentes no encontro, somente uma dispunha de bolsa família. A estudante de nacionalidade angolana havia adquirido recentemente o benefício, pois a mesma perdeu o auxílio estudantil enquanto estava grávida. Com a perda do auxílio, a estudante conseguiu realizar o cadastro único, tornou-se beneficiária do bolsa família e do programa que distribui kit de enxoval para as gestantes, além de participar das atividades do CRAS voltadas para as futuras mães.

Sobre esta questão, é preciso refletirmos sobre a necessidade da integração da assistência social da universidade com o município, para direcionar quem são as pessoas que vivem em situação de grave vulnerabilidade e necessitam da assistência do município e da própria universidade. No diálogo que tive com a coordenadora do CRAS, ela apontou que já houve tentativas de dialogar com o setor de assistência social para tratar sobre a atualização dos cadastros dos estudantes, mas que não obteve sucesso.

²⁷ Serviços e Informações do Brasil – Assistencial Social. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/receber-o-auxilio-brasil-pab> Acesso em: 30.abr.2024.

²⁸ Cadastro Único. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/avaliacao-e-gestao-da-informacao-e-cadastro-unico/cadastro-unico#:~:text=%C3%89%20a%20inscri%C3%A7%C3%A3o%20no%20Cadastro,n%C3%A3o%20significa%20a%20entrada%20autom%C3%A1tica> Acesso: 30.abr.2024.

Não é possível pensar em políticas de assistência estudantil de forma isolada, sem compreender a realidade dos estudantes, sua origem, sua classe e principalmente como se dá a experiência universitária. A universidade precisa dialogar e criar parcerias com a gestão municipal.

O segundo encontro formativo aconteceu no dia 17 de junho, com o tema “Associação e Maternidade, na luta pela permanência”, e foi ministrado pela Professora Dra. Luma Andrade, diretora do Instituto de Humanidades (IH). O objetivo central era instigar as estudantes para se organizarem coletivamente, para buscar os seus direitos, além de dialogarmos sobre o projeto da brinquedoteca.

Figura 5 – Segundo Encontro Formativo



Fonte: Da autora (2023).

Dentro do contexto da UNILAB, uma associação ou coletivo tem como principal objetivo ser uma representação política sobre uma causa ou de interesse coletivo, como as mães universitárias. A professora Luma, apontou em sua fala sobre a necessidade do reconhecimento legal dos grupos associativos, pois segundo ela, “*uma associação registrada teria condição de receber recursos, e que as próprias estudantes-mães poderiam construir seus espaços, recebendo recursos de emendas parlamentares, por exemplo*” (Andrade, Diretora do IH).

Sobre o contexto da brinquedoteca, dentro das ações avaliadas pelo Ministério da Educação (MEC) está o laboratório didático especializado, que no caso do Curso de Pedagogia se dá através da Brinquedoteca, o que impacta diretamente no conceito avaliativo do curso. Na última avaliação do MEC, no que tange a infraestrutura, o curso recebeu o conceito 3 pela não existência do espaço da brinquedoteca.

Sobre isso, a professora Luma apontou que existe uma sala vazia, mas que no ano de 2022 o recurso para a brinquedoteca foi perdido pela falta de um/a servidor/a (técnico-administrativo). No entanto, a professora aponta que houve a reivindicação do recurso,

reivindicamos os recursos que não tinham sido destinados anteriormente, conseguimos com muita luta e esse processo também já está acontecendo no Instituto. Como nós recebemos uma servidora, o recurso foi recebido, R\$ 37 mil reais para comprarmos o material também da brinquedoteca. (Andrade, Diretora do IH).

Até o momento, os materiais referentes ao espaço da brinquedoteca não foram adquiridos, por questões burocráticas, que impactam tanto no curso como também em um espaço que poderia servir de apoio às estudantes-mães. Além da brinquedoteca, no ano de 2023, a professora Luma em meio às articulações com o Governo do Estado do Ceará, conseguiu a doação de materiais do projeto Brinquedocreche, que integra o Programa Mais Infância Ceará.²⁹ A ideia é que os materiais integrem o espaço da brinquedoteca.

A intenção é exatamente receber as crianças e, ao mesmo tempo fazer com que os estudantes de estágio na educação infantil, possa fazer esse trabalho junto a brinquedocreche, que é brinquedoteca também, isso ampliando o atendimento, recebendo as crianças e fazendo dali um laboratório. (Andrade, Diretora do IH).

Ao longo da minha experiência enquanto estudante do Curso de Pedagogia e representante estudantil, deixou-se entender que a brinquedoteca não faz parte do interesse coletivo do curso, mostrando que existem professores/as contrários ou a ação, ou as pessoas que tomam a frente da implementação do projeto.

A professora também falou sobre a Casa Encantada/CIADI, como um espaço importante para a universidade e que hoje o Instituto de Humanidades dialoga para apoiar a existência do espaço. Sobre isso, a estudante Lis, que tem um filho de 7 anos, é estudante de um curso integral, falou sobre a importância de existirem espaços de acolhimento no ambiente universitário que podem apoiar as estudantes-mães. O filho dela é usuário do espaço e ela aponta que nem sempre é possível levar a criança para o espaço da sala de aula, como nos casos de aula nos laboratórios (do curso de agronomia, por exemplo) ou nas aulas de campo e Casa Encantada é esse lugar que acolhe.

²⁹ O projeto foi idealizado pela então primeira dama Onélia Leite, atual secretária da Secretaria de Proteção Social (SPS), que busca assegurar o direito das crianças ao desenvolvimento de suas capacidades físicas, cognitivas e psicológicas através do ato de brincar. O espaço possui oito brinquedos, como gira-gira, gangorras, balanço, casinha, túnel, travinha, além do tapete de EVA.

A Casa Encantada, ela é uma salvação! Eu teria que levar ele todo dia para a aula comigo, se não fosse a casa Encantada. Inclusive eu acho que a Casa Encantada, ela precisa de muito mais apoio, de muito mais recurso e de ampliação de horário, além da estrutura, porque a gente precisa dela e a gente vê que a UNILAB não faz um esforço para melhorar as condições. (Lis, 33 anos, estudante-mãe).

O diálogo acabou estendendo-se a outras questões que tratam da experiência de ser estudante-mãe e as situações de vulnerabilidade que as estudantes são levadas a viver por conta da maternidade, como as questões de assédio, o acesso ao transporte e ao Restaurante Universitário e até mesmo sobre o não cumprimento do Regime especial a Gestante.

[...] é terrível que a gente precisa passar por tudo isso ainda e em um lugar que, pelo menos eu acho que a maioria aqui veio com um pouco mais de esperança, pelo projeto da UNILAB, a gente tinha um pouquinho mais de esperança. E aí a gente chega aqui a gente se depara com muito machismo, muito preconceito. (Lis, 33 anos, estudante mãe).

Sobre isso, a professora Luma falou do instrumento do Fala BR, que é um dispositivo de denúncia que pode ser utilizado por qualquer pessoa da instituição. “[A denúncia] vai direto para ouvidoria, né? [...] É o governo federal que recebe e encaminha a denúncia, tanto anônima ou você se identificar e aí você vai ser informada sobre tudo, todo acompanhamento.” (Andrade, Diretora do IH)³⁰.

Sobre as questões da organização coletiva, de modo geral, as estudantes entendem a necessidade da organização coletiva para buscar políticas de assistência estudantil direcionadas para as mães estudantes.

O encontro seguinte aconteceu em 24 de junho de 2023, com a participação da Professora Dra. Anne Chaves, do Curso de Enfermagem e teve como tema “Por um espaço acolhedor na universidade”. A professora Anne foi convidada para participar da temática, pois ela foi a idealizadora do espaço de amamentação que existe no Centro de Atenção Integral à Saúde (CAIS), localizado no Campi das Auroras, além de ter desenvolvido um projeto de acolhimento maternoinfantil intitulado “Ambulatório de Enfermagem de apoio à amamentação”.

³⁰ Criado pela Controladoria Geral da União (CGU), em 1º de agosto de 2019, o Fala.BR é a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal, onde o usuário pode fazer denúncias, reclamações e até mesmo elogios sobre órgãos vinculados ao governo federal. Para ter acesso basta acessar <https://falabr.cgu.gov.br/web/home> e logar com a conta do Gov.br.

Figura 6 – Terceiro Encontro Formativo



Fonte: Da autora (2023).

Na atividade a professora fez a exposição sobre a criação do espaço e explanou sobre a funcionalidade da sala, que busca servir as discentes e servidoras da UNILAB. Além do projeto apoiar as mães no aleitamento materno e os problemas mamários. Dentro da exposição, a professora falou sobre as leis vigentes hoje que atuam para a promoção do vínculo da mãe com a criança, como a licença maternidade, que reflete sobre as questões referente às servidoras.

Como já exposto anteriormente, é garantido por lei que as estudantes tenham o direito de amamentar nos espaços das instituições federais (Portaria 604/2017), mas a lei não estabelece a obrigatoriedade da criação dos espaços de cuidados maternos para com o bebê, como as universidades particulares no Ceará, que são obrigadas a criarem espaços família através da Lei 17.023 de 10 de outubro de 2019:

Art. 1º Ficam obrigadas as Instituições Privadas de Ensino Superior, atuantes no Estado do Ceará, a manterem um espaço que atenda às necessidades das mães universitárias que levam seus bebês à faculdade e/ou universidade.

Art. 2º O espaço deverá ser um ambiente lúdico que promova o bem estar das mães e das crianças, com privacidade, segurança, disponibilidade de uso, conforto, higiene e acesso fácil.

Art. 3º O espaço deverá ter cabines individuais com privacidade para amamentação, cadeiras de alimentação para bebês, banheiros e fraldário.

Parágrafo único. A adequação das Instituições de Ensino Superior a esta Lei não poderá gerar custo ou taxas aos estudantes, tendo a Instituição que custeá-la com fundos próprios. (Ceará, 2019).³¹

³¹ Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ce/lei-ordinaria-n-17023-2019-ceara-dispoe-sobre-a-obrigatoriedade-de-as-instituicoes-privadas-de-ensino-superior-com-atuacao-em-todo-o-estado-do-ceara-manterem-um-espaco-destinado-aos-cuidados-com-os-bebes-de-estudantes> Acesso: 05.mai.2024.

A sala de amamentação da UNILAB foi inaugurada em 2022, ela tem o espaço de 2 m², tem uma poltrona, almofada de amamentação, um ponto de água fria e um lavatório para lavar as mãos e um fraldário. No entanto, o espaço ainda não tem freezer. Todo o material é fruto de doação e arrecadação financeira por parte do Grupo de Pesquisa em Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva do Curso de Enfermagem (PROSSER) da UNILAB.

Sobre a questão do aleitamento materno, é algo que impacta na vida de todas as mulheres que estão amamentando e estão no ambiente universitário, sejam discentes ou servidoras e embora seja reconhecido como um espaço importante, as participantes apontaram sobre a grande dificuldade para acessar o equipamento, pois para quem trabalha e estuda no campi Auroras, o CAIS não é acessível pela distância do prédio central, sendo o local onde ocorre as aulas, apontando como problema.

Eu descobri que tinha essa sala de amamentação no CAIS muito recentemente, já no dia que descobri, eu já não gostei porque, muito Infelizmente eu não tenho condições de sair dali, do prédio principal das Auroras para ir para o CAIS amamentar, porque é um caminho muito quente e a nené mama de livre demanda, o ciclo de amamentação dela é muito maior, então não tem condição [...], Mas eu achei a sala muito boa, é muito acolhedora [...] achei excelente a ideia do espaço, e vejo que é necessário nos três Campos. (Betânia, 35 anos, estudante-mãe)

Sobre isso, a professora apontou que isto é algo que precisa ser pensado, a mudança do local para o Campi das Auroras, se comprometendo em ver as possibilidades de mudanças. Além disso, ela apontou que existe o desejo de tornar a sala um posto de coleta do Banco de Leite, uma parceria com o posto de Maracanaú.

Outras estudantes também trouxeram em seus relatos da importância de um espaço como esse na Unidade Acadêmica dos Palmares:

Eu não conhecia o espaço (sala de amamentação) e esse lugar seria incrível, porque ele não serviria somente para amamentação, né? Mas um espaço bem acolhedor que a gente pode trocar uma fralda, ou até mesmo, dá uma comidinha para as crianças que estão na introdução alimentar. (Felipa, 27 anos, estudante-mãe).

Sobre a ampliação do atendimento, a professora deixou claro que infelizmente o que se poderia fazer naquele momento era a mudança da sala de amamentação do CAIS para o prédio principal de Auroras.

O que fica bem evidenciado é que, embora um representante da reitoria estivesse presente na inauguração do espaço, o projeto é mais uma ação individualizada, pelo desejo de uma pessoa ou do grupo de pesquisa, de fazer uma mudança, pois se cede a sala, mas não

contribui com qualquer material necessário para a infraestrutura. Assim como, não está estabelecido a ampliação do projeto para os demais *campi*. A professora afirma que é preciso sensibilizar as pessoas para a temática, para que de fato ocorram as transformações, pois só assim poderão ocorrer as mudanças.

O quarto Encontro Formativo aconteceu no dia 9 de setembro e teve como ministrante a jornalista e professora Ms. Sara Rebeca Aguiar para compartilhar as suas experiências com a maternidade e o empreendedor.

Figura 7 – Quarto Encontro Formativo



Fonte: Da autora (2023).

Em 2017, em meio ao desemprego, buscando concluir a segunda graduação, a professora Sara Rebeca iniciou o empreendimento do projeto Vida Ciranda, a ideia era ocupar a cidade, compreendendo que este também é um espaço de educação e, ao mesmo tempo, manter os seus filhos próximos, podendo trabalhar e cuidar das crianças a partir das experiências compartilhadas com outras famílias. O projeto acabou em 2020 com a chegada da pandemia por COVID-19, pois não era mais possível ocupar a cidade naquele período em que éramos obrigados a viver o distanciamento social.

Sara aproveitou também para trazer os relatos sobre as dificuldades da gravidez, do nascimento e cuidar do cotidiano, já que seja exercendo a função de jornalista, seja empreendendo o papel mais importante sempre foi o de mãe.

Ao longo da conversa, as estudantes também compartilharam suas experiências, com a maternidade e o empreendedor. Das práticas exercidas para conseguir o sustento familiar

estão a venda de produtos de beleza, venda de bolos, fazer tranças e até a produção e venda de produtos de crochê.

O último Encontro Formativo aconteceu no dia 7 de outubro e teve como convidada a professora Dra. Larissa Gabarra, do Instituto de Humanidades e atual coordenadora do CIADI/Casa Encantada. Ao longo dos encontros, o CIADI/Casa Encantada foi um dos nomes mais citados pelas participantes, pois este é reconhecido como um espaço de acolhimento para as crianças na universidade, deste modo, o tema da atividade foi “CIADI e as Políticas de Assistência para as Mães Universitárias”.

Figura 8 – Quinto Encontro Formativo



Fonte: Da autora (2023).

A professora compartilhou com o grupo sobre a história do projeto, além de falar sobre a experiência materna e as dificuldades para conciliar os diversos papéis sociais que são cobradas as mulheres sem ao menos compreender que como sujeito, individual, estas pessoas também tem sonhos. E é a partir destes sonhos que nasce em 2014 primeiro projeto intitulado Coletivo da Infância de Maciço de Baturité e hoje reconhecido como CIADI/Casa Encantada.

Na primeira versão do projeto era um encontro de mães, mães alunas e mães professoras que precisavam levar as crianças para a universidade, então a gente fazia um revezamento, um dia eu ficava com criança de três [mães], no outro dia alguém ficava com a minha. A gente se reunia no pátio do Palmares. (Gabarra, coordenadora CIADI/Casa Encantada).

Depois outras professoras se uniram ao projeto, a Professora Dra. Jeannette Ramos do Curso de Pedagogia, a Professora Dra. Ana Paula Caiado do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza e a professora Dra. Daniela Zuliani do curso de Agronomia. O projeto solicitou espaço a universidade, mas sem sucesso e com isso, outros espaços passaram a ser utilizados para receber as mães e as crianças. As professoras alugaram casa em Acarape, ocuparam um espaço no Centro de Educação Infantil Francisca Arruda de Pontes, e ocuparam um espaço no CRAS de Acarape, mas somente em 2018, na primeira gestão do atual prefeito de Redenção, David Benevides, que conseguiram uma sede fixa.

A história da Casa Encantada é muito caseira. Tinha uma aluna da UNILAB que era amiga da professora Jeannette e também era amiga da mãe do prefeito. A mãe do prefeito, que é mãe se encantou com a nossa história e assim conseguimos este espaço com o prefeito e só depois conseguimos estabelecer um acordo com a UNILAB. (Gabarra, coordenadora CIADI/Casa Encantada).

O espaço está disponibilizado para o projeto por 20 anos, além disso, o lanche e o transporte são fornecidos pela Prefeitura de Redenção através de um acordo estabelecido nesse ano. A UNILAB, disponibiliza através da PROPAE três bolsas, água e outros materiais pedagógicos são fornecidos pelo Coletivo da Infância do Maciço (CIM), composta por professoras/es, alunas/os e os demais membros da sociedade civil comprometida com o tema.

É importante salientar que o quantitativo de bolsistas impacta diretamente no número de atendimentos e no horário de funcionamento do espaço, o que impacta diretamente na adesão ou não do público estudantil. Temos como exemplo a experiência de uma estudante, cujo o filho participa das atividades do projeto.

É estressante, é de tirar qualquer pessoa do sério, a gente ter que lidar com criança e o intercâmbio, porque a gente tem o nosso horário e tem um horário da criança. A aula dele começa às 7h, moramos em Acarape e a escola é lá. Eu deixo [na escola] e vou para a aula em Auroras, mas a minha aula só termina às 12h e a dele as 11h. Eu preciso sair antes para pegar o intercâmbio e o ônibus não para em frente à escola, eu preciso ir correndo para ir buscar ele. Depois, vamos para casa, deixo as coisas e vou para o R.U (Liberdade), almoçamos e às 13h30 deixo ele na Casa Encantada, e depois tenho que ir pegar o intercâmbio para Auroras para assistir aula. (Lis, 33 anos, estudante-mãe).

No caso da Lis, ela é a principal cuidadora do filho, não tem um familiar próximo ou mesmo condições financeiras para pagar alguém para cuidar da criança, então ela precisa seguir um ritmo frenético cotidianamente para dar conta das atividades dela e da criança, pois ela precisa utilizar os espaços que tem disponível, a escola e a Casa Encantada.

O projeto CIADI funciona como um projeto de extensão, atendendo não só os estudantes da UNILAB, mas também os servidores e a comunidade. Ou seja, ele consegue desempenhar uma ação de extensão, sendo um órgão suplementar do Instituto de Humanidades e um programa de bolsas da PROP AE.

Embora o projeto tenha um histórico, infelizmente é comum a gestão da UNILAB questionar o que é o CIADI/Casa Encantada. A cada dois anos, sendo o período de renovação dos contratos dos bolsistas ou a cada mudança de gestão da PROP AE são apresentados questionamentos sobre o projeto e até mesmo ameaças da não continuidade das bolsas.

A situação possibilita a criação da organização interna para buscar outras estratégias. Por exemplo, na ocasião a professora Larissa falou sobre a criação do Projeto Pedagógico do Casa Encantada, com a finalidade de buscar recursos fora da universidade. *“montamos um perfil, um regimento da Casa Encantada que ainda tá no formato de projeto para tentar ampliar o atendimento. Nele nós colocamos que é preciso dez educadores, um coordenador que fique na Casa em tempo integral, para funcionar em tempo integral”* (Gabarra, coordenadora CIADI/Casa Encantada).

Uma coisa citada pelas estudantes-mães foi a necessidade da ampliação do público, pois muitas vezes as crianças nascem enquanto a mães estão exercendo a função de estudante, ou seja, elas concluem o curso antes das crianças completarem os 4 anos, a qual é a idade mínima para acessar o espaço. Sobre isso, a professora apontou que,

eu já propus várias vezes das mães fazerem aquilo que a gente fazia na casa alugada, no horário da manhã, com as crianças menorzinhas, porque para as crianças bebezinhos, de 6 meses até 3 anos, a gente precisa de uma mãe junto, porque a gente não pode ficar responsável. Não tem ninguém lá, são só os educadores e as educadoras, e eles não têm filhos, eles não podem ser responsáveis pelas crianças pequeninha, eles não sabem trocar fraldas. Eles não sabem que precisa ficar oferecendo água. Eles não sabem e não tem paciência para dar comida. Eles não são capacitados para ficar com as crianças pequenas, então a gente precisa que as mães ocupem esse espaço, pois a casa é de vocês, o espaço físico é de vocês. (Gabarra, coordenadora CIADI/Casa Encantada).

Para conseguir atingir as demandas das estudantes-mães e o desejo do coletivo de professoras, é preciso investimento, pois é preciso recursos e pessoas especializadas para cuidar de um público tão específico. É importante frisar que os Municípios, tanto de Redenção como de Acarape, não possuem creche com berçário e creche em tempo integral, nem público, nem privado, o que impacta diretamente na experiência cotidiana da mãe estudante.

Por estar realizando uma pesquisa sobre maternidade no ensino superior, a professora Larissa Gabarra me convidou, assim como uma representante das mães das crianças

assistidas pelo projeto e uma representante do coletivo de mães na UNILAB, para integrar uma reunião com a PROP AE, que aconteceu no dia 14 de novembro de 2023.

Embora não fizesse mais parte do âmbito da pesquisa, participar do encontro foi importante no que tange em perceber como a PROP AE avalia o projeto, nas palavras do pro-reitor, o espaço da Casa Encantada é “insalubre” e que a gestão não reconhece nenhuma das ações desenvolvidas. Foi uma reunião longa e cansativa, mas que ficou exposto que existe um problema de compreender a funcionalidade do gestor e da sua equipe para avaliar projetos.

4.4 A experiência materna: rede de apoio, infraestrutura e as burocracias

Em um ideal não metodológico, eu gostaria de compartilhar os relatos completos de cada uma das participantes sobre a experiência da maternidade no ensino superior, mas compreendendo que isto fugiria dos aspectos propostos da pesquisa, apresentarei nesta subseção, os temas mais recorrentes, além das subjetividades sobre os desafios enfrentados pelas mães universitárias para permanecer no ensino superior.

4.4.1 Exercer a maternidade no ambiente universitário

Levar a criança para o ambiente universitário por vezes não é uma escolha, e sim a única opção, pois muitas destas estudantes estão longe do seu lugar de origem e vieram para a universidade para buscar uma possibilidade de melhoria para o futuro. Algumas destas tornaram-se mães enquanto estudante, mas outras já vieram mães com a esperança de serem acolhidas pela universidade.

O ambiente da sala de aula nem sempre é favorável para as mães e para as crianças, pois, “*Tem professor que não aceita a criança na sala, a criança chora, ela quer mamar, ela sente frio e é constrangedor*” (Helena, 23 anos, estudante-mãe). São comuns os relatos das estudantes que apontam que professores/as demonstram desaprovação das crianças no ambiente universitário, mas também existem professores/as que são solidários e entendem a situação, mas o que marca a experiência da maternidade são os momentos de rejeição.

eu vejo que as pessoas anulam muito as crianças, porque acham que a criança, por causa da idade ela não seja um ser humano por completo, no sentido de ter sentimento. Sabe, às vezes ela não sabe só se expressar, né? Ela não sabe como se expressar. Então se ela tá cansada, ela vai chorar, se ela tá com calor, ela vai chorar. Então a comunicação no caso, para quem ainda não fala, é o choro. (Betânea, 35 anos, estudante-mãe).

Fora da sala de aula, nos ambientes da universidade também são recorrentes as situações dolorosas.

Por mais dificultoso é trabalhoso, essa é a nossa rotina. O problema é em como a nossa rotina reflete nas outras pessoas. As pessoas não têm o nível de conscientização ou empatia para entender o que está se passando, né? Porque... Desculpa a expressão que eu vou usar, é, dolorido! Recentemente, na semana do curso, graças a algumas articulações, nós conseguimos isenção para as inscrições das Mães, para a gente não pagar e aí as pessoas comparam a criança a um animalzinho, dizendo que quem é tutor de pet também deve ter isenção. É tanto que depois desse dia, quando a gente consegue um sair antes do outro e me perguntam por ela (a criança), eu digo que eu a deixei em casa com a vasilhinha de água e de ração, e hoje ela vai ficar por lá mesmo. Eu comecei a debochar mesmo, porque eu já chorei muito dentro do meu instituto, dentro da UNILAB, porque a gente escuta muitas coisas absurdas. (Betânia, 35 anos, estudante-mãe).

A intolerância, as mães e as crianças no ambiente universitário são recorrentes, muitas mães percebem as violências através do olhar, como afirma Lis (33 anos, estudante-mãe), “*enquanto mãe, a sensação que a gente tem é que muitas pessoas acham, acreditam realmente que, o nosso lugar não é na universidade. Que se a gente tá ali com a criança, a gente tá errada, porque a gente deveria tá em casa, já que a gente teve filho*”. Colaborando com este entendimento e como a experiência da maternidade impacta na vida da estudante, Adriana (39 anos, estudante-mãe) relata que, “*Só compreende isso quem está vivenciando, pois quando a gente fala das nossas dificuldades, invés de força, de nos dizerem ‘você vai conseguir’, nos tratam como se tivéssemos escolhas, como se fosse culpa minha ter escolhido querer estudar, querer fazer outras coisas.*”

Não é comum alguém chegar diretamente e compartilhar suas opiniões sobre a maternidade no espaço universitário, normalmente, além do olhar, as estudantes percebem as conversas paralelas ou mesmo quando alguém chega para compartilhar o que ouviu de terceiros.

Infelizmente no período do desenvolvimento da pesquisa houve ataques virtuais direcionados às estudantes-mães. O primeiro por meio de um perfil do Instagram, em que pessoas utilizaram de uma ferramenta anônima para dar opiniões sobre o fato das crianças ocuparem o espaço universitário.

Figura 9 – Mensagem de ataque em perfil do Instagram



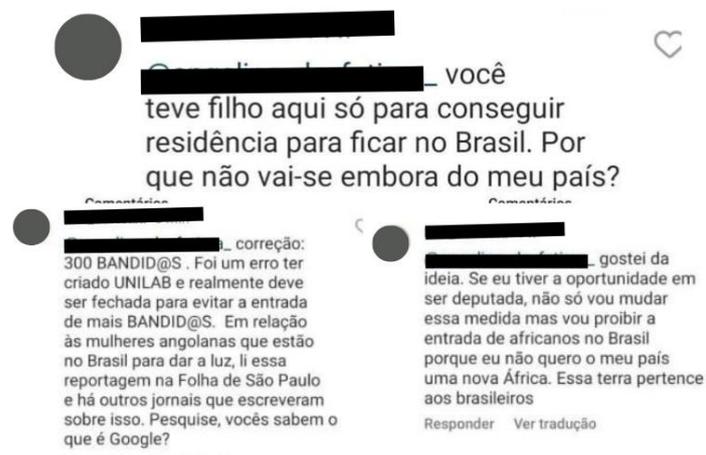
Fonte: Unilabordinaria2.0

O fato de uma estudante mãe ocupar o espaço universitário não deveria ser entendido como algo errado e sim como algo positivo, pois esta estudante segue buscando uma melhoria para si, mas também para a sua família. O relato da Adriana representa bem este aspecto:

[...] eu consegui, ser mãe e ser universitária. Eu fiz o BHU, tô fazendo licenciatura e hoje eu fico olhando assim, para minha trajetória, eu fico me sentindo uma super Adriana. É uma coisa muito louca, sabe, foi ruim a experiência [ser mãe e estudante], mas também foi muito boa, porque eu pude ver o tamanho da força que eu tinha, que eu tenho. [...] Às vezes eu tenho vontade de desistir, de não estudar, de não ir mais [para a universidade]. [...], mas eu penso assim, depois de tudo isso que passei, eu tenho que mostrar para minha filha, eu faço questão de ser a referência da minha filha. (Adriana, 39 anos, estudante-mãe).

O segundo ataque virtual teve um teor xenofóbico, direcionado a uma das interlocutoras, uma estudante angolana, que ao postar a foto da criança, foi questionada sobre a sua continuidade no Brasil mesmo após ter a criança.

Figura 10 – Mensagens de ataque xenofóbico em perfil de uma estudante-mãe



Fonte: Print Instagram.

Posteriormente aos ataques, em uma das Rodas de Conversa, a estudante apresentou o seguinte relato:

Quando alguém olha para uma mamãe universitária e há vê com indiferença, como é que ele concentra a existência dele próprio, porque se você não vê bem uma mãe universitária, você se quer reconhece a sua existência. Fazer um juízo de valor, não reconhecer a experiência da própria mãe. Como tua mãe viveu a tua fase de criança? Quanto ela se negou? [As pessoas] acabam por esquecer todo o processo de crescimento e a importância da mãe na sua própria vida. (Ada, 25 anos, mãe-estudante).

Embora os ataques reconhecendo o ambiente muitas vezes hostil, muitas mães ainda preferem levar suas crianças para a universidade, por questões de necessidade, mas também afetivas, que mesmo reconhecendo o impacto negativo, até mesmo no aprendizado, é prazeroso ter o seu bebê consigo.

Eu prefiro levar ele pra aula, porque ele tá ali pertinho de mim, mas quando a gente pode, ele fica com o pai dele em casa e eu também fico até tranquila. Mas eu levo, eu prefiro levar, mas não é assim uma opção muito adequada porque realmente a gente não presta muita atenção na aula, né? Até mesmo agora como ele tá querendo andar, ele mexe com todo mundo. Aí a gente fica desconfortável, porque às vezes tem pessoas que não ligam, mas tem que ter pessoas que já acham chato, o professor também te olha torto. É muito complicado, são muitas dinâmicas, problemáticas que a gente fica procurando soluções, mas, estamos aqui. (Felipa, 27 anos, mãe-estudante).

Quando falamos sobre inclusão, logo nos remete a ideia de acessibilidade e neste quesito as mães universitárias também não conseguem ter acesso pleno, como, por exemplo, ao elevador.

Você precisa esperar até às 38 semanas para solicitar o regime especial, sendo que com o final da gravidez a gente tá muito cansada, aí tem que ir para aula, no meu caso é no Palmares, tem as escadas e tem o elevador, aí tem que ir atrás de alguém para te dar acesso ao elevador, aí quando é pra descer, você precisa pedir para alguém falar com o segurança e ligar o elevador e se não tiver, você precisa descer as escadas. (Felipa, 27 anos, estudante-mãe).

Além do acesso ao elevador, as estudantes com crianças pequenas têm grande dificuldade para utilizar os banheiros da universidade, “*Em Palmares, às vezes nem água a gente encontra nos banheiros para dar um banho no nené, ou seja, hoje, para quem estuda em Palmares e tá com o bebê, não tem muita opção.*” (Felipa, 27 anos, estudante-mãe). Nem água, nem um trocador e é comum vermos as estudantes-mães de crianças pequenas fazendo malabarismo para trocar a fralda da criança, isso quando ninguém se propõe a ajudar.

Infelizmente, é recorrente na fala das participantes o desejo de ter uma universidade mais inclusiva, pois nem sempre é possível acessar os equipamentos universitários, no caso das estudantes grávidas elas enfrentam dificuldades ainda na gestação. *“Porque estar grávida na universidade também é muito difícil, você se depara com muitas situações desagradáveis.”* (Helena, 23 anos, estudante-mãe).

Outro fator que também foi discutido foi sobre amamentar no espaço universitário, embora este direito seja garantido por lei, nem todas as estudantes conseguem amamentar as crianças em livre demanda no ambiente universitário, alguns casos tem o fator vergonha e constrangimento por que outras pessoas ficam olhando, outras estão relacionados ao fato das estudantes não levarem a criança para as aulas, o que não torna mais tranquilo a experiência da amamentação.

Mas para mim a maior dificuldade que senti foi a questão da extração do leite, porque tem aquela questão psicológica. Eu via outras mães e aí quando eu ouvia uma risada ou mesmo um choro, meu peito já reclamava. E aí eu precisava extrair o leite, às vezes duas três vezes, eu corria para o banheiro e era muito desconfortável e eu tirava e desperdiçava. (Jaci, 31 anos, estudante-mãe).

Para outras estudantes a questão da amamentação é algo normal, *“se eu escolhi amamentar exclusivamente o meu filho até os 6 meses, então na hora que ele tá com fome, não existe mais esse negócio de vergonha não, boto (a mama) para fora mesmo.”* (Felipa, 27 anos, estudante-mãe). Mas um espaço adequado para realizar a amamentação e a higienização da criança seria algo perfeito, assim como a sala de amamentação que existe no Centro de Atenção Integral à Saúde (CAIS), localizado em Auroras.

Embora esteja no mesmo campi, existe uma dificuldade para acessá-lo, como pode ser observado no relato da estudante Betânia (35 anos, estudante-mãe) *“Não tem assim esse espaço que seja realmente acessível, na questão da amamentação. Porque o CAIS fica muito distante, é um caminho quente, que faz sol, não é arborizado.”* O ideal era que existisse um espaço como esse em cada um dos campi e que este estivesse em um lugar acessível a todas as mulheres que estão vivendo o aleitamento materno e que possuem crianças pequenas.

Hoje o meu bebê tá na introdução alimentar e quando eu levo ele para o Palmares, eu tenho que me organizar cedinho para fazer a comidinha dele e levar tudo certinho, porque criança quando dá o horário tem que comer e mesmo eu levando, não existe um espaço que eu possa fazer isso de forma tranquila. (Felipa, 27 anos, estudante-mãe).

Sobre a questão da alimentação das crianças, este é outro desafio cotidiano, pois para as crianças que tem mais de 6 meses a refeição costuma ser realizada com as mães no

Restaurante Universitário. O caso da Felipa, só é possível pelo seu curso ser noturno e ela ter tempo para preparar a comida da criança e levar, mas para as mães que cursam integral?

Eu já presenciei as mães tendo que dividir o prato com as crianças pequenas, não podendo se alimentar direito. Será que não seria possível elas passarem o cartão duas vezes, para que essa mãe consiga se alimentar minimamente bem, porque é desgastante não poder comer direito e ainda ter que cuidar de uma criança. (Bianca, 39 anos, estudante-mãe).

Existem alguns embates, pois o contrato da prestadora de serviço do Restaurante Universitário estabelece que as refeições são destinadas exclusivamente para os estudantes, mas como uma mãe vai se alimentar e deixar o seu filho com fome?

Figura 11 – Estudante-mãe jantando com a criança no RU



Fonte: Autoria própria (2023).

Sobre o RU, a gente não ter direito a tomar um suco, comer uma sobremesa, porque não é só eu, é qualquer mãe, ela vai deixar seu filho comer primeiro e tomar o suco, né? Tem mães aqui que tem mais de uma criança, e os filhos ficam brigando por um suco e uma sobremesa.” (Lis, 33 anos, estudante-mãe).

Existem universidades, como no caso da UFC que já disponibiliza as refeições de forma gratuita para as crianças, pelo entendimento que as mães e os pais precisam se alimentar e alimentar a criança, já que ambos estão no mesmo ambiente. Proibir que a criança se alimente ou impossibilitar que essa estudante se alimente de forma digna é no mínimo desumano.

4.4.2 A solidão materna x rede de apoio

Dentre os muitos aspectos observados na experiência com a maternidade está a solidão, mesmo estando juntas com o companheiro ou mesmo tendo alguém para auxiliar nos

cuidados com a criança, as estudantes por vezes apontam se sentir só. Mas para as mães que não tem qualquer suporte é ainda pior.

As experiências das estudantes internacionais, a partir das suas falas, nos faz compreender a dimensão da solidão materna. “*Imagine você, aqui sozinha, como um filho, como é que a pessoa pode se virar para estudar?*” (Lua, 26 anos, estudante-mãe).

A gente acaba passando por cada situação e não tem com quem conversar, não tem com quem partilhar, chega a ser muito difícil, ainda mais sendo mãe, tendo que cuidar de alguém. (Helena, 23 anos, estudante-mãe).

Lua é uma estudante da Guiné-Bissau e Helena é de Angola, ambas vivenciaram a experiência da maternidade enquanto estudantes na UNILAB. Para as estudantes internacionais, a experiência materna pode vir acompanhada de outros desafios, pois, a depender de como tenha ocorrido a gravidez, a comunidade a qual a estudante pertence vai tratá-la com indiferença. Se ela engravidou e será mãe solo, ou mesmo se a criança é fruto de um relacionamento com um homem de outra nacionalidade, isso pode acarretar uma rejeição.

*eu venho constatando que nós como mãe na universidade, não temos voz e para além de não ter voz, não temos a quem recorrer. **Cada preconceito que a gente passa, cada dedo que o pessoal que não está na nossa pele aponta para gente é muito difícil.** Tem que cuidar da criança, tem que cuidar de você mesmo, ter que cuidar das coisas da universidade, é muito trabalho e se a gente não tiver, por exemplo, um apoio psicológico, a gente acaba entrando em depressão e eu tenho medo, pois tem muitas mães que já passaram por isso. (Helena, 23 anos, estudante-mãe, grifo nosso).*

Este aspecto já havia sido levantado por mim anteriormente, em Cunha (2021) percebe-se que muitas vezes uma gravidez rejeitada, seja pela família ou pela comunidade que a estudante faz parte, acaba por demonstrar uma fragilidade nas relações afetivas.

Após o nascimento da criança infelizmente isso não diminui, pois a criança tem aspectos específicos, ela chora, ela precisa de silêncio no momento de dormir, o que acaba levando uma rejeição pelos membros da própria casa, levando muitas estudantes a buscarem a morar sozinhas. Um exemplo disso é o caso da Julia (23 anos, estudante-mãe), “*Nessa semana minha filha não está comigo, tive que deixá-la em Fortaleza, pois eu preciso me organizar para ter ela comigo aqui*”. Ela precisou levar a filha para a casa da mãe enquanto organizava a mudança para uma nova casa, onde passou a morar só com a filha.

Sobre o apoio familiar, para algumas é possível, mas isso não é algo majoritário. Betânia (35 anos, estudante-mãe) afirma que, “*Eu e o pai da criança somos a rede de apoio*”.

No caso do casal, ambos são estudantes e fazem o mesmo curso, o que impossibilita a divisão dos horários para cuidar da criança exclusivamente em casa.

Não tem nem como eu pensar em outra possibilidade, né? Só que é desconfortável para nós dois, pela forma que as pessoas reagem. Da gente tá levando a criança para sala de aula, como se tivesse alguma alternativa de deixar em casa e sozinha, um bebê de menos de 6 meses. Como se tivesse uma alternativa de deixar a criança em algum lugar ou com alguém de confiança, que no nosso caso, a única pessoa de confiança é ele [pai da criança], mas ele também estuda comigo. (Betânia, 35 anos, estudante-mãe).

Existem outros casos em que a criança é cuidada pela avó ou até mesmo por uma cuidadora remunerada, mas isso também impacta na vida acadêmica. “O meu bebe já tem cinco anos, mas quando ele era pequeno ele ficava com minha mãe, só precisei levar ele umas três vezes na UNILAB, porque a minha mãe ficava com ele.” (Jaci, 31 anos, estudante-mãe).

Hoje eu pago uma pessoa para ficar com ela quando eu vou para a aula, porque ela adoce muito quando vem na UNILAB. Nesse semestre eu só coloquei três disciplinas, porque não é fácil, né? Ficar longe de casa e ainda ela mama, eu não tenho condições de pagar alguém a semana toda, mas assim, eu coloquei nesse propósito que no próximo ano ela vai fazer dois anos. Eu vou colocar ela na creche. (Bruna, 23 anos, estudante-mãe).

E existem casos bem específicos, como o caso da Flor, que é natural de Redenção-CE. Ela é mãe de três, mas apenas duas estão sob sua responsabilidade, uma de oito anos e a mais nova de quatro. No primeiro semestre da pesquisa, ela expôs que sempre levava as crianças para aula, pois a avó das crianças já cuidava delas quando ela precisava cumprir o expediente do trabalho, “Eu acho muito puxado deixar elas direto lá, a tarde e à noite com a minha mãe, fica muito cansativo para ela [mãe]”. (Flor, 35 anos, estudante-mãe). No entanto, no semestre seguinte, ela teve que deixar as filhas sozinhas em casa:

Ultimamente eu estou deixando minhas filhas em casa sozinhas, durante a noite, então uma fica cuidado da outra. Nem sempre é possível trazer, principalmente na aula de sexta-feira, que o professor costuma falar muito palavrão. Eu realmente prefiro deixá-las em casa. (Flor, 35 anos, estudante-mãe).

Sobre isso, devemos destacar a postura do profissional professor, que deveria estar atento a sua performance e fala por estar na presença das crianças, demonstrando a não qualificação dos seus modos, principalmente se pensarmos que a universidade é um espaço público e de aprendizagem. É uma realidade que causa sofrimento nas mães, das incertezas de como ela conseguirá dar conta das múltiplas jornadas, principalmente para aquelas que não tem apoio.

Não sei com quem vou deixar a minha criança daqui para frente, quando eu for para a universidade e não tenho uma rede de apoio, chega a ser mais difícil ainda, então eu acho que a gente precisa ser ouvida, a universidade precisa nos dar ouvidos e entender pelo que estamos passando. (Helena, 23 anos, estudante-mãe).

A solução para estas questões acabam sendo levar a criança para o ambiente universitário, o que impacta diretamente nas relações sociais e acadêmicas das estudantes, pois nem todos/as os/as professores/as e colegas de sala estão dispostos a dividir o ambiente acadêmico com uma criança, como veremos adiante.

4.4.3 Os percursos burocráticos

O que é lei, o que direito e o que é dever? Para analisar o caso da UNILAB sobre as questões referentes ao Regime Especial por motivo de gravidez é preciso compreender que para além da lei, existem pessoas que exercem poder de decisão, e as decisões estão diretamente ligadas ao que elas reconhecem como valores éticos e morais.

Ao longo da pesquisa o tema relacionado ao regime especial foi discutido, mas especificamente, sobre às atividades acadêmicas domiciliares. Sobre isso, a estudante Flor (35 anos, estudante-mãe), que teve seus filhos antes de entrar na universidade, traz o seguinte relato: *“Eu já ouvi muitas histórias sobre estudantes reprovarem por falta ou por não cumprir as avaliações, sendo que o professor sequer cobrou ou entrou em contato com a estudante. Como se não houvesse diálogo entre PROPAE, coordenações e professores.”*

A sensação da falta de diálogo ou mesmo da recorrência de divergência entre os setores, PROPAE, coordenação e professores é recorrente nos relatos das estudantes. Dentre eles, dois chamaram mais atenção no que tange a da coordenação se opor ao direito concedido pela PROPAE e outro, que se refere ao não cumprimento dos acordos entre estudante e professor, sendo que, em ambos os casos, apresentasse uma vulnerabilidade devido à experiência do gestar e parir, relacionado a saúde das participantes.

Eu entrei em regime especial antes do tempo vigente, quando estava grávida, [...], porque eu fiquei adoecida, eu tive vários problemas de saúde, aí me deram o regime especial [por motivo de doença]. [...] só que por conta desse problema de saúde, a minha nené nasceu prematura extrema [...]. Eu não utilizei [regime especial por gestação]. Quando voltei para as aulas, fui dar entrada novamente no regime especial, porque a gente ficou internada, por causa do que aconteceu com ela. [...] O DIASE me concede o regime especial, só que quando ele passa para minha coordenação, a minha coordenação barra. [...] alegação do coordenador foi por questão burocrática. (Betânia, 35 anos, estudante-mãe).

Para tentar contornar a situação, a estudante foi orientada pelo NAE a procurar um profissional médico que atestasse as necessidades do afastamento e da continuidade as atividades acadêmicas domiciliares.

Foi um caos. Eu tive que entrar com outro recurso, inclusive a DIASE informou que nunca tinha acontecido, de ser barrado um regime especial na UNILAB. Eu precisei ir a um médico fora da instituição, contar a história para o médico, mostrar todos os lados da minha bebê, falar sobre a questão de prematuridade dela e a partir disso, o médico me deu um laudo no nome dela, dizendo que eu preciso me manter afastada, por conta da prematuridade e das necessidades de amamentação exclusiva e a partir daí que a UNILAB me dá 45 dias e não os 90 dias. Eu fiquei 45 dias em casa, recebendo o mínimo de suporte possível, inclusive, eu não tive suporte da UNILAB. (Betânia, 35 anos, estudante-mãe).

A questão da Betânia está diretamente ligada ao entendimento burocrático das questões, que não personifica o caso, pois para além de uma questão burocrática, existe uma pessoa que está vivenciando uma experiência específica, seja nos casos de regime por motivo de doença ou mesmo gravidez. O estranhamento que causa neste caso é que a coordenação, reconhecendo a trajetória da estudante e a vulnerabilidade da ocasião, deveria auxiliar esta estudante e não prejudicá-la.

O segundo caso está relacionado ao papel do/a professor/a que irá ministrar a atividade de forma domiciliar, pois, também deve ser avaliado a situação da estudante, principalmente se existem questões de saúde.

Assim, para pedir o regime especial, eu esperei até as 38 semanas, e é muito cansativo, porque você precisa resolver a papelada. Aí você tem o bebê, eu tive cesárea e tiveram muitas complicações, pois eu tive depressão no meu puerpério. Minha experiência (estudo domiciliar), foi um terror, pois ele [professor] sabia da minha situação e mesmo assim me reprovou. Eu reivindique, falei com a coordenação, mostrei os e-mails, mostrando as provas e mesmo assim, ficou por isso mesmo. Depois disso tudo, temos que voltar após os 90 dias, como volta sem você está bem? (Felipa, 27 anos, estudante-mãe).

No caso da Felipa e das estudantes que estão em regime especial, é esperado que o professor/a adeque as atividades para o contexto daquele momento da estudante.

Quando retornei, tive que fazer a disciplina novamente e tinha uma aula de campo. Como o bebê ainda estava mamando, falei com o professor se o meu marido poderia ir comigo, para que ele me auxiliasse, para eu tomar notas da atividade, pois eu não iria conseguir com o bebê nos braços. Eu fui barrada, foi esfregado na minha cara que eu não era bem-vinda ali. Depois, quando fui aprovada na disciplina, ele me deu parabéns, me disse que foi melhor eu ter sido reprovada para poder viver o aprendizado pleno. (Felipa, 27 anos, estudante-mãe).

No entanto, dentre outros relatos que chegaram informalmente até nós, é que muitas vezes os/as professores/as exigem das estudantes os mesmos processos avaliativos, sendo que estas não estão no ambiente de sala de aula, ficando inviável participar de trabalhos em grupos ou mesmo de realizar aulas e pesquisas de campo.

É preciso criar mecanismos para assegurar a permanência das estudantes-mães no ambiente universitário, a partir da compreensão que estas também são sujeitas de direitos. Além de assegurar a aplicação das leis já vigentes, uma universidade que compreende a sua diversidade discente, deve desenvolver ações que assegurem a permanência das estudantes e foi por isso que desenvolvemos um documento com algumas propostas e ações que podem ser desenvolvidas pela universidade.

4.5 A Construção do Documento

A elaboração do documento “Política de Acolhimento às Discentes Mães da UNILAB” foi elaborado a partir da pesquisa-ação (rodas de conversa e encontros formativos), que aconteceram com as estudantes-mães matriculadas nos cursos de graduação da UNILAB, que decidiram participar da pesquisa. Entre os meses de abril e outubro de 2023, com base nas discussões e necessidades apontadas pelo grupo, as estudantes, por iniciativa própria e mediadas pela pesquisadora, decidiram criar o documento. Para dar início a esta construção, foi realizada uma pesquisa para compreender os projetos e processos de outras universidades sobre maternidade no ensino superior.

Neste sentido, as propostas foram pensadas como mecanismos que podem garantir a assistência e permanências das mães universitárias, tanto da graduação, como da pós-graduação, que vivenciem alguma situação de vulnerabilidade, mas também podem ser acessadas pelos pais, corpo técnico e docente, a partir da compreensão que todas aquelas e aqueles que fazem parte da estrutura universitária e que possuem filhos/as podem ser assistidos eventualmente por um dos equipamentos de uso comum, fortalecendo assim as políticas públicas para as mães da UNILAB.

A primeira versão do documento foi elaborada por mim, a partir da sistematização das principais questões apontadas no decorrer dos encontros. Posteriormente, ele foi colocado no grupo para discussão e debate. Desta primeira avaliação, foram inclusas outras pautas que para as estudantes eram importantes.

Depois deste, ocorreram duas reuniões para discutir o texto e posteriormente, no dia 23 de outubro de 2023, por meio de Assembleia Geral, o documento³² foi apresentado ao corpo discente da universidade, composto por mães, pais, crianças e interessados pela temática se fizeram presentes.

É importante reforçar que as propostas apresentadas fazem parte de uma demanda coletiva, cuja perspectiva é garantir a permanência e conclusão dos cursos que estas estudantes, na época, estavam regularmente matriculadas, compreendendo que, embora a nossa universidade seja fundada em pilares diferenciados das demais universidades do Brasil, ainda assim, ela é, e reproduz em sua estrutura o patriarcado excludente, das minorias, entre elas mulheres mães universitárias e pesquisadoras.

Dentre as temáticas que tratam o documento estão: a coibição e regulamentação de política contra o assédio no âmbito da universidade, Licença Maternidade, os auxílios maternidade e creche, além da criação de espaço infantil, que dialoguem com as necessidades dos discentes.

O mesmo vale para pensarmos em espaços já existentes, como o caso do Casa Encantada/ProCIADI/PROPAE e CIADI/IH, que é uma assistência estudantil especializada e na institucionalização de outros espaços como a Brinquedocreche/brinquedoteca, que é o Laboratório do curso de Pedagogia, cumprindo as normativas estabelecidas pelo MEC, assim como, para assistir às crianças acompanhadas por pais/mães/cuidadores que estudam em Palmares.

Dentro dos muitos contextos, é preciso que a universidade passe a dialogar com as prefeituras de Acarape e Redenção para garantir que crianças tenham acesso à creche e escola em tempo integral. Além da criação de um regimento acadêmico especial que assista as/os estudantes que vivenciam alguma situação específica, necessitando da flexibilização e adaptações de estratégias pedagógicas, por exemplo, nos casos que a mãe vivencie depressão no período do puerpério ou problemas de saúde com a criança.

A segurança alimentar também deve ser uma garantia para as crianças, o acesso ao Restaurante Universitário (RU), seja permitido, nos padrões necessários, garantindo a subsistência e segurança alimentar das crianças. Assim como, a instalação de fraldário, espaço de amamentação e banheiro família, que garantam a acessibilidade das mães com o cuidado com a criança, seja através do espaço de amamentação e fraldário, assim como, na criação de banheiros família em todos os prédios da instituição.

³² O documento encontra-se no Apêndice IV desta dissertação.

É preciso pensar na saúde mental, mediante um acompanhamento psicológico e no acompanhamento pedagógico destas estudantes, para coibir o abandono dos cursos pelas mães e gestantes da universidade e da mesma forma, é preciso capacitar o corpo docente e técnico a partir de formações, que tratem sobre parentalidade. A UNILAB precisa combater a discriminação e assédio das mães no âmbito universitário, sejam elas, estudantes, professores e/ou servidoras/tercerizadas. Além disso, é preciso pensar na inserção das mães universitárias no acesso às seleções de ensino, pesquisa, extensão e na Pós-Graduação, compreendendo que a maternidade causa um impacto na produção acadêmica.

Entendemos que os valores e recursos dos auxílios são provenientes do PNAES e que ao longo dos anos houve uma redução nos recursos, principalmente a partir da Emenda constitucional 95/2016, estabelecendo assim o teto de gastos públicos por 20 anos. No entanto, o papel da gestão institucional é desempenhar um papel político para arrecadar recursos para a universidade, seja através de emendas ou acordos. Não se espera que as coisas mudem de um dia para o outro, mas é preciso haver o interesse para que ações de melhorias sejam implementadas na universidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, tivemos como objetivo, compreender os desafios enfrentados pelas estudantes mães brasileiras e dos PALOP da UNILAB (Ceará) durante os seus percursos acadêmicos, numa perspectiva interdisciplinar. Para isso, o trabalho foi construído numa linearidade que buscou primeiro, entender as bases epistemológicas para pensarmos sobre o que é maternidade, no segundo momento, pensar na historicidade das políticas de assistência estudantil e como estas estão a ser construídas para a garantir a assistência e permanência materna no Ensino Superior. No terceiro momento, apresenta-se o percurso metodológico e o conjunto de procedimentos para entendermos a dimensão dos problemas sociais vivenciados pelas estudantes-mães na UNILAB e por último, os resultados da pesquisa.

No que se refere às bases epistemológicas para compreender o que é maternidade, buscou-se realizar um levantamento socio-político-histórico, para entender como foi construída a ideia de maternidade que temos hoje, na ótica ocidental, assim como em outras sociedades, como as africanas e indígenas e inclusive, nas sociedades pré-coloniais. Para isso, foi necessário realizarmos estudos sociológicos, antropológicos e históricos, pois o que entendemos sobre o que é “ser mulher”, assim como, “ser mãe” é fruto da influência do patriarcado, que esteve e segue estando perpetuado no sistema de poder, político, econômico e social.

Nas leituras que fizemos, notou-se que, aqueles que não estão estruturados nos valores do capitalismo, foram e ainda são forçadamente obrigados a adequar-se sobre esse sistema. Leacock (2019), expõe que, aqueles que pensassem o contrário do papel das mulheres nas sociedades pré-coloniais, eram vistos como pessoas ingênuas, bobas, pois na perspectiva ocidental o homem é o poder maior dentro da sociedade. E isso foi se repetindo ao longo da história social da humanidade, tanto que, o papel da mulher foi mudando, tornando-se mais dócil, tendo como centro da sua existência a família, a partir das imposições sociais, em que foram definidos o que era bom para a manutenção do capital.

Salientamos que estas mudanças também foram importantes, principalmente no que se refere às leis, na saúde familiar, nos cuidados e bem-estar da infância, em que as crianças deixaram de ser pequenos adultos e começaram a receber um tratamento mais digno, mas não podemos deixar de refletir sobre a finalidade desta mudança. Temos por exemplo a escola, que é reconhecida dentro das teorias curriculares, como um espaço de aprendizado para as crianças e segue sendo um dos principais instrumentos de formação para o trabalho. Além disso, como vimos, com as mudanças sociais, em que mulheres passaram a exercer atividade profissional fora de casa, a escola também passou a ser um instrumento de cuidado da criança.

No que se refere às demais sociedades, sejam elas africanas e as indígenas no Brasil, é preciso pensar nas questões sociais, numa perspectiva diferenciada, de acordo com cada sociedade, compreendendo os critérios e estruturas. A colonização empregou nas sociedades não ocidentais os seus modos de viver, para dominar homens, mulheres e crianças, não com a intenção do compartilhamento do saber, de compreender outras possíveis realidades, mas com o objetivo de dominar e explorar.

Nós como pesquisadores/as do nosso tempo, devemos partir de outro princípio, pensar nas categorias de análise de forma não ocidentalizadas, como aponta Oyèwùmí (2021), ao tratar sobre gênero numa perspectiva africana. Para nós, pessoas ocidentalizadas, nutridas de valores, é um desafio se despir para de fato ter uma leitura autônoma, mas é preciso, para percebermos que é possível termos outros modos de viver a vida e de fazer ciência.

No que concerne às políticas de assistência estudantil, assim como, a permanência materna no espaço universitário, vimos que, a assistência social voltada para a população universitária foi sendo transformada ao longo dos anos. Desde a primeira ação, a criação da Casa do Estudante do Brasil, em 1929, as políticas de assistência estudantil passaram por mudanças, deixando de ser filantrópicas para tornarem-se políticas do Estado, sendo estas garantidas através da luta por direitos.

Essas mudanças tiveram como pontos, primeiro, a expansão da educação superior e em segundo, o ingresso das populações das classes mais baixas (Imperator, 2017). A mudança da população universitária, com a inclusão da classe trabalhadora em situação de vulnerabilidade mudou a perspectiva da assistência estudantil. Passando está a ser uma das principais ferramentas para garantir a permanência na educação superior. No entanto, é preciso refletirmos que, ainda existem mudanças a serem feitas para de fato conseguir assistir a população mais vulnerável e garantir a permanência destas no ensino superior

As estudantes-mães precisam ser incluídas nestas políticas, sendo necessária a criação de políticas específicas para assegurar sua permanência, pois como foi observado, quanto maior o número de filhos/as, menor é a chance da estudante concluir o ensino superior (FONAPRACE, 2019) e para nós, mulheres, periféricas e proletariadas, a educação ainda é sinônimo de mudança, no que se refere ao status social e econômico, não somente para si, mas para toda a família.

Embora o trabalho trate sobre estudantes-mães na graduação, não podemos negar que tais mudanças podem atuar em cadeia, possibilitando transformações a toda a sociedade, principalmente para as pessoas que vivem à margem das políticas de assistência, pois é comum

veremos outros públicos, como a população LGBTQIA+ ou pessoas com deficiência experienciando políticas de assistência defasadas.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi necessário realizar um conjunto de procedimentos, pois o estudo em si, parte da interdisciplinaridade, dialogando com os estudos bibliográficos e documentais. Na pesquisa de campo, em que optamos pela pesquisa-ação, foram utilizadas técnicas de coleta de dados, através do uso de formulário eletrônico, observação, rodas de conversa, promoção de palestras e acolhimento das estudantes.

Todas as estratégias pensadas tiveram em seu cerne o acolhimento afetivo das participantes, pois era preciso que elas se sentissem seguras para partilhar seus pensamentos e sentimentos sobre a experiência do maternidade enquanto estudantes da graduação. Um exemplo do espaço seguro que foi construído é a fala de uma das estudantes que afirmou, “*Eu amo minha filha, mas odeio ser mãe*”. Como não odiar um ideal inalcançável, que exige de si, tudo, até mesmo os sacrifícios, a solidão, e todas as dificuldades?

Por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), tivemos acesso aos dados que a Universidade dispõe a respeito deste público, no entanto, foi possível observar que a IES desconhece quantitativamente o número de estudantes-mães matriculadas, assim como, o número de estudantes-mães beneficiadas por alguma assistência estudantil. Isso ocorre pelo fato dos sistemas utilizados na universidade, não conseguirem cruzar os dados e informações.

Isso poderia ser ajustado, caso houvesse a criação de mecanismos metodológicos, a exemplo da pesquisa institucional, para compreender a dimensão populacional das mães universitárias regularmente matriculadas na Universidade, e deste modo, criar políticas de permanência e assistência universitária cujo objetivo é garantir a continuidade dos estudos e a conclusão do mesmo.

Embora tenhamos realizado um levantamento sobre as estudantes-mães, nem todas de fato preencheram a pesquisa inicial, mas a investigação nos levou a projetar o perfil das mulheres mães universitárias como sendo, em sua maioria, mulheres negras, com faixa etária de 20 a 41 anos, maioria solteiras, com pelo menos um/a filho/a e são a principal responsável pelos cuidados da criança e que migraram para residir mais próximo à universidade. Como foi apresentado nos resultados, além das estudantes internacionais, tivemos a participação de mães de municípios próximos e distante do campi Universitário.

Os dados refletem diretamente quando avaliamos o público da UNILAB, assim como as diretrizes, que a pontam a criação da universidade como uma demanda formulada pelos movimentos sociais, em especial, o movimento negro e que é estruturada com a missão de integrar estudantes brasileiros interiorizados e estudantes dos países pertencentes aos Países

Africanos de Língua Oficial Portuguesa PALOP), além do Timor-Leste. Tanto que, além da sua maioria ser negra, as estudantes-mães, em sua maioria, migraram para os municípios de Acarape e Redenção por conta da universidade e tem no auxílio estudantil a sua principal fonte de renda.

Nas Rodas de Conversa e nos Encontros Formativos, cujo foco foi conhecer a experiência materna dessas estudantes, pudemos colaborar para a criação de laços entre elas, o que favoreceu a valorização afetiva e o reconhecimento que elas não estão sozinhas, existem outras mulheres que vivenciam as mesmas experiências dolorosas do estudar e da maternidade em um espaço que não acolhe suas necessidades. Além disso, elas puderam reconhecer os seus direitos enquanto mulheres-mães, seja no ambiente da universidade ou externos a ele. O engajamento promovido, o entendimento sobre os seus direitos, fortaleceu a necessidade de repensar as políticas para garantir o ingresso e a permanência deste público na Universidade.

E foi pensando nisso que foi desenvolvido um documento intitulado “Política de Acolhimento das Discentes Mães na UNILAB, uma proposta que foi elaborada pelo Coletivo de Mães Universitárias na UNILAB, criado na época da pesquisa, a partir dos desejos e também das experiências de outras universidades públicas.

Lentamente, estamos vivendo mudanças nas estruturas acadêmicas, que garantam a presença da mulher, como por exemplo, a inclusão da licença-maternidade no currículo Lattes, instrumento que impacta diretamente na ascensão profissional das pesquisadoras que também são mães, pois, no fazer científico, a pesquisadora precisa estar sempre ativa.

Mas para garantir que as estudantes possam um dia vivenciar essas mudanças ao nível da Pós-Graduação, é preciso que elas ocorram também no âmbito da graduação, fazendo com que a permanência também lhes sejam garantidas através do Programa de Assistência ao Estudante (PAES) ou de uma rede de apoio que assista tanto às mães universitárias, como os seus/suas filhos/as.

Ressaltamos que a experiência materna não é algo unificado, não foi, não é e não será igual para todas as mulheres, pois esta é singular, e é construída de acordo com um conjunto de fatores que vão tornar a maternidade mais prazerosa ou não, a exemplo de mães que estão sobrecarregadas, pois não contam com rede de apoio.

É por isso que pesquisas como está e com a finalidade de não apenas apontar os problemas enfrentados por mães universitárias devem ser desenvolvidas, para garantir que no futuro próximo mais mulheres consigam dar continuidade aos seus estudos e na sua carreira acadêmica. Neste ponto, podemos pensar em pesquisas contextualizadas a partir de recortes menores, mas de grande importância para avaliar o impacto da permanência das estudantes

mães, entre eles: as relações interpessoais e o assédio enfrentado pelas estudantes-mães na graduação; A segurança alimentar e vulnerabilidade sociais de crianças e mães universitárias; a ausência do apoio psicológico e pedagógico na educação superior e o impacto deste na experiência de estudantes mães.

Além destes, existem outros aspectos que são particulares aos municípios de Redenção e Acarape e que não foram apontados neste trabalho, no que se refere ao acesso à educação dos filhos/as das estudantes universitárias; o impacto do racismo e a experiência do acesso aos serviços públicos por mães universitárias; a insegurança de parir em Redenção/Acarape, além de outros.

Para encerrar, espero que esta pesquisa possa contribuir para o desenvolvimento de políticas de assistência estudantil e que respeite a realidade dos estudantes da UNILAB Embora reconheça que no campo da gestão pública existam limitações, principalmente no que se refere à assistência estudantil, acredito que é possível sim a ampliação das assistências, como a criação de espaços que respeitem e acolham as crianças e suas mães.

Por uma UNILAB que de fato compactue com a transformação da sociedade com base nas demandas vivenciadas no seu cotidiano, que entenda que como universidade, a gestão tem autonomia para pensar e implementar políticas de assistência estudantil mais acolhedoras.

REFERÊNCIAS

ADESINA, Jimi. Práticas da Sociologia Africana: Lições de endogeneidade e gênero na academia. In: SILVA, Tereza Cruz e; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (Orgs.). **Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África**: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança). Dakar: CODESRIA, 2012, p. 195-210

ALVES, Isabela Baptista. **Ciência e Maternidade**: Desafios e Perspectivas para a Permanência de Mulheres-Mães no Ensino Público Superior. Dissertação (Mestrado em Políticas e Direitos Humanos). Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais da Universidade Católica de Pelotas, 2019. Disponível em: <https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2020/02/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Isabela-Baptista-Alves.pdf> Acesso em: 30.mai.2024.

ANTLOGA; Carla Sabrina; et al. Percepção de Danos Físicos, Psíquicos e Sociais no Trabalho de Ser Mãe Universitária. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://qa1.scielo.br/j/pcp/a/wvTKwnSdpfdqP6yd7V6HpVh/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 30.abr.2024.

ASSUNÇÃO, Helena Santos. Reflexões sobre perspectivas africanas de gênero. **Cad. Pagu**: Campinas. n.º.58, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202000580013> Acesso em: 13.mai.2021.

AZEVEDO, Marcos Augusto Pinto de. **Maternidade e Transmissão Cultural**: O que os Guarani, residentes na periferia da capital paulista tem a dizer. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-21092023-164003/publico/MTR_1225_Azevedo_2004.pdf Acesso em: 10.abr.2024.

BACILA, Carlos Roberto. **Criminologia e Estigma**: um estudo sobre os preconceitos. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Trad. Esteia dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAKARE-YUSUF, Bibi. Além do determinismo: A fenomenologia da existência feminina Africana. Tradução para uso didático de BAKARE-YUSUF, Bibi. Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence. **Feminist Africa**, Issue 2, 2003, por Aline Matos da Rocha e Emival Ramos.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 27, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. v. II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 9.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 20.fev.2024.

BRASIL. Decreto nº 7.234 de 19 de Julho de 2010, Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Presidência da República. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm Acesso em: 20.fev.2024.

BRASIL. **A Lei de Acesso à Informação (LAI), n. 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm Acesso em: 10.jan.2021.

BUENO, Winnie. Sobre Interseccionalidade. In: COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BUTLER, Judith P. **Sujeitos do sexo/gênero/desejo.** In: Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 18º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CAMPOS, Cyntia. Apresentação. In: Org. GASPAR, Lúcia; BARBOSA, Virgínia. **Ações Afirmativas e Política de Cotas no Brasil: Uma Bibliografia, 1999 – 2012.** Recife: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dimeca-1/biblioteca/acervos/inventarios-documentais-e-indices/acoes_afirmativas_e_politicas_de_cotas_brasil.pdf Acesso: 30.abr.2024.

CARNEIRO, Sueili. **Racismo, Sexismo e Desigualdades no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2002, vol.10, n.1, pp.171-188. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011> Acesso em: 10.fev.2021.

CUNHA, Ana Cássia Alves. **Ser mãe e universitária: entre desafios e afetos.** 35 f. Projeto de pesquisa (Graduação) - Curso de Bacharelado em Humanidades. Instituto de Instituto de Humanidades (IH), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Acarape, 2021.

EVARISTO, Conceição. Vozes-Mulheres. **Poemas de recordação e outros movimentos,** 3.ed., Rio de Janeiro, Malês, 2017. p. 24-25.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero.** CESEEP, 2014. Disponível em: <https://ceseep.org.br/wp-content/uploads/2014/05/SUBSI%CC%81DIOS-PARA-UMA-DISCUSSA%CC%83O-DE-GE%CC%82NERO.pdf> Acesso em: 30.jan.2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: Edufba, 2008. p. 100-115.

FONSECA, Mariana Bracks. História da África Pré-Colonial. **Revista África e Africanidades**: Rio de Janeiro. Ano XII, n. 32, nov. 2019. Disponível em: <https://africaeaffricanidades.online/documentos/0530112019.pdf> Acesso em: 25.jun.2021.

FORTES, Celeste. “M t’studa p’m k ter vida k nha mãe tem”: Género e Educação em Cabo Verde. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 49, N. 1, p. 80-89, jan/abr 2013.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. **O entendimento da interdisciplinaridade no cotidiano**. UNIOESTE, Cascavel, maio/2005. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/francishett-mafaldaentendimento-da-interdisciplinaridade.pdf> Acesso: 03.out.2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Peti Mama. **Ser Mulher Africana e Estudante no Contexto de Diáspora**: Alguns Aspectos do Cotidiano de Estudantes Guineenses no Maciço de Baturité-Ce. 2016, 66 f. (Monografia do Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. 2016.

GRISCI, Carmem Lígia Iochins. Mulher-mãe. **Psicologia, Ciência e Profissão**: Brasília. prof. vol.15 n°.1-3. p. 12-17, 1995. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931995000100003> Acesso em: 10.mar.2021.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e sexualidade. Estudos de Gênero. **Cadernos de Área 9**, Goiânia, v.9, p.29-46, 2000.

HOMEM, Maria; CALLIGARIS, Contardo. **Coisa de Menina?** Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo. Campinas, SP. Papyrus 7 Mares. 2019.

HOOKS; bell. **E eu não sou uma mulher?** Trad. Bhuvli Libanio. 5º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

IMPANTA, Iadira Antonio. **Estudantes Guineenses na Unilab, Ceará, Brasil**: Coexistência, Representações Interétnicas e Questões de Gênero. 2015, 90f. (Monografia do Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. 2015.

IMPERATORI. Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRrhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10.abr.2024.

IPEA. **População negra conquista espaço no ensino superior**. Repositório do Conhecimento do IPEA. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/> Acesso: 30.nov.2020.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e a Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JOVCHELOVICH, S.; BAUER, M.W. Entrevista Narrativa. In: Bauer MW, Gaskell G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes; 2002, p. 90-113.

LANGA, Ercílio Neves Brandão. Mobilidade estudantil internacional para o Brasil e a formação de diásporas africanas. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**. Campos dos Goytacazes, RJ. v. 8, nº 1, janeiro a junho de 2017. P. 230-254. Disponível em: <https://docplayer.com.br/129350069-Ficha-catalografica-preparada-pela-biblioteca-do-cch-uenf.html> Acesso em: 20.out.2020.

LEACOCK, Eleonor Burke. **Mitos da dominação masculina: Uma coletânea de artigos sobre mulheres numa perspectiva transcultural**. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

MARQUEZAN, Reinoldo. A constituição do corpus de pesquisa. **Revista Educação Especial**, v. 22, n. 33, pp. 97-110, janeiro-abril, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313128951008.pdf> Acesso em: 10.out.2024.

MATHIEU, Nicole-Claude. Identidade sexual/sexuada/de sexo? Três modos de conceitualização da relação entre sexo e gênero. In: **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**. Org. Verônica Ferreira et al. Recife: SOS Corpo, 2014. p. 173-215. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/renata.gomes/pesquisa/grupo-de-estudos-e-pesquisa-sobre-violencia-contra-as-mulheres-racismo-e-patriarcado/textos-das-reunioes-julho-dezembro-2020/reuniao-8-9> Acesso em: 20.jan.2024.

MESTRE, Simone de Oliveira; SOUZA, Érica Renata de. “Maternidade guerreira”: responsabilização, cuidado e culpa das mães de jovens encarcerados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/DjkdXzG7YCWqtQfnBFTwnLR/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20.abr.2024.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. **Psicologia, Ciência e Profissão**. v. 24, n. 1, p. 44-55, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/3sCV35wjck8XzbyhMWnhrzG/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20.jan.2024.

MUYLAERT, Camila Junqueira; SERUBBI JUNHIOR, Vicente; GALLO, Paulo Rogério; ROLIM NETO, Modesto Leite; REIS, Alberto Olavo A. Entrevistas narrativas: um recurso importante na pesquisa qualitativa. **Rev. esc. enferm. USP**: São Paulo. vol.48 no.2 Dec., 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000800027> Acesso em: 15.abr.2021.

NUNES, Cicera; SILVA, Livia Maria Nascimento. Acesso e Permanência na Educação Superior X Exercício da Maternagem: Entre Trajetórias, Representações e Exigibilidade de Políticas Estudantis. **Revista Direito UnB**: Brasília. v. 04, nº. 1, janeiro – abril, 2020.

OLIVEIRA, Maíra Ribeiro de Oliveira; DESSEN, Maria Auxiliadora. Alterações na rede social de apoio durante a gestação e o nascimento de filhos. **Estudos de Psicologia I**: Campinas. v. 29, n.1, p. 81-88, janeiro - março, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Mc8jHRgNP8x9y5Zq7jq7hHb/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 01.nov.2023

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Laços familiares/ligações conceituais: notas africanas sobre Epistemologias feministas. Trad. Aline Matos da Rocha, **Family bonds/Conceptual Binds:** African notes on Feminist Epistemologies. Signs, Vol. 25, No. 4, Feminisms at a Millennium (Summer, 2000), pp. 1093-1098.

PARENT IN SCIENCE. **Manual para Mães na Graduação e pós-Graduação.** Publicado em junho de 2023. Disponível em: https://www.parentinscience.com/_files/ugd/0b341b_2f94f1d6ab4a47eba94560d0837622fa.pdf Acesso: 20.fev.2024

PEIXOTO, Socorro Letícia Fernandes. **Vidas de Mães na Favela:** reinvenções da maternidade nas experiências de mulheres na periferia de Fortaleza. 2019. 311 f. Tese (doutorado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019, p. 29.

PINHEIRO, Ellana Barros. A trajetória da assistência estudantil no contexto da política de educação: Educação Superior, Assistência Estudantil e o PNAES. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, UFES, Vitória/ES, 2018.**

REIS, Stefani Angelis Souza. **Ser mãe na universidade:** Uma análise da percepção de alunas gestantes e nutrizas acerca das políticas de assistência social de uma IFES. MG.2017. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Universidade Federal de Ouro Preto. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Ontogênese e filogênese do gênero:** ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos e Ensaios, Ciências Sociais, FLACSO-Brasil - junho /2009. Disponível em: https://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf Acesso em: 30.fev.2024.

SANTANA, Jacimara Souza. A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985) **Sankofa.** Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana N° 4 dez./2009

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade:** Rio Grande do Sul. n° 20, v. 2.jul/dez, p. 71-99, 1995.

SILVA, Joasey Pollyanna Andrade da; CARMO, Valter Moura do; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. As Quatro Ondas do Feminismo: lutas e conquistas.” **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, v. 7, n. 1, 18 Aug. 2021, p. 101–122, 2021. Disponível em: indexlaw.org/index.php/direitoshumanos/article/view/7948/0, <https://doi.org/10.26668/indexlawjournals/2526-0197/2021.v7i1.7948>. Acesso: 2.abr.2024.

SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro. (In) **Poder, cidadania e desenvolvimento no estado democrático de direito.** Org. CONPEDI/UFMG/FUMEC/ Dom Helder Câmara

Florianópolis: CONPEDI, 2015.p. 328-354. Disponível em:
<http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/66fsl345/w8299187/ARu8H4M8AmpZnw1Z.pdf>
 Acesso: 10.mar.2019.

SOMÉ, Sobonfu. **Espírito da Intimidade**: ensinamento ancestrais africanos sobre relacionamentos 2ª ed. Editora Odysseus. 2007.

SOUZA, O. R.; MALOMALO, B. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e os desafios da integração perante o racismo contra os/as estudantes africanos/as no Ceará. **Interfaces**: Brasil/Canadá, v. 16, p. 256-293, 2016.

STURZA, Janaína Machado; NIELSSON, Joice Graciele; ANDRADE, Estela Parussolo de. A violação ao direito à saúde reprodutiva através da instrumentalização do corpo da mulher: o caso Janaína Aparecida Quirino e a esterilização feminina no Brasil. **Rev. Faculdade de Direito**. v. 44: e. 6, 2020.

TEIXEIRA, Luciana de Gois Aquino. **Políticas públicas de assistência estudantil no Instituto Federal Goiano - Câmpus Urutaí**: um olhar de gênero. 2016. 158 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2016.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

URPIA, Ana Maria de Oliveira; SAMPAIO, Sonia Maria Rocha. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, SMR., org. **Observatório da vida estudantil**: primeiros estudos. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 145-168.

URPIA, Ana Maria de Oliveira. **Tornar-se mãe no contexto acadêmico**: narrativas de um self participante. 2009, 201 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

UNILAB. **Resolução nº030/2013, de 25 de novembro de 2013**. Ministério da Educação. 2013. Disponível em: <https://Unilab.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/resolu%C3%A7%C3%A3o-30-2013-artigo-42.pdf> Acesso: 10.mar.2021.

UNILAB. **Unilab em Números**. Painel de transparência da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. 2021/2024. Disponível em:
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ZmOGVmZmUtMGI5ZC00MmQwLWI5M2MtNWQ1NjBkNDUwNTAwIiwidCI6IjkwMjlkZGZGNILWFmMTItNDJiZS04MDM3LTU4MzEzZTRkYzVkMSJ9&pageName=ReportSection300c8ce0eef604dd220e> Acesso: 30.jun.2023.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Eu, ANA CÁSSIA ALVES CUNHA, pesquisadora e estudante do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH), vinculado ao Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), estou concretizando, juntamente com a minha orientadora, a Professora Dra. GEÓRGIA MARIA FEITOSA E PAIVA, a pesquisa intitulada: SER MÃE E UNIVERSITÁRIA: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS ESTUDANTES MÃES BRASILEIRAS E DOS PALOP QUE ESTUDAM NA UNILAB-CEARÁ aprovado com o CAEE: 66533522.8.0000.5576. Desejamos convidar você, mulher universitária que é mãe, brasileira e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) regularmente matriculada em cursos de graduação na UNILAB - Ceará, para participar desta pesquisa que tem como objetivo: compreender quais os desafios enfrentados pelas estudantes mães para estar e permanecer no espaço acadêmico.

JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Nosso objetivo é compreender quais os desafios enfrentados pelas estudantes mães brasileiras e dos PALOP para estar e permanecer no espaço acadêmico, para isso, promoveremos um espaço de troca, cujas participantes consigam dialogar, buscando identificar os problemas comuns e as possíveis soluções.

Tendo em vista a diversidade cultural e contextual que cada mãe estudante vivencia, nossa pesquisa partirá de uma discussão sobre a adequação das políticas de assistência estudantil para as mães universitárias para em seguida contribuir com a melhoria dos programas de assistência estudantil.

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para a realização desta pesquisa, você, caso aceite nosso convite, participará como informante em dois momentos: o primeiro por meio de um questionário online, constituído por 22 (vinte e duas) perguntas. Estima-se que você precisará de aproximadamente 4 minutos para responder este questionário. A precisão de suas respostas é determinante para a qualidade da pesquisa; No segundo, após avaliação do questionário, entraremos em contato com você para convidá-la para uma roda de conversa. No dia e horário marcado, faremos a leitura deste TCLE, e após ser informada sobre as etapas, riscos, benefícios e procedimentos desta investigação, você poderá dar seu consentimento mais uma vez através da assinatura deste termo.

Como trataremos de temas importantes do seu cotidiano materno e acadêmico, estimamos a realização de 6 (seis) rodas de conversa, todas no formato presencial e nas dependências da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, em sala reservada para você e outras estudantes mães. As rodas de conversa terão como foco três objetivos: o primeiro ao que se refere a identificação das demandas das estudantes mães; a promoção de atividades de acolhimento e escuta das discentes; e a *elaboração do plano de acolhimento* às discentes mães que será apresentado ao Programa de Assistência Estudantil (PAES).

Para facilitar o nosso trabalho, pediremos permissão a você e as outras estudantes mães para usarmos um gravador de voz. Todas as informações coletadas, sejam de natureza oral ou escrita, serão de uso exclusivo das pesquisadoras para anotações e análises. As conversas gravadas serão mantidas exclusivamente no computador da pesquisadora por um prazo máximo de três anos, partindo dela o compromisso de guarda desse material. Asseguramos que usaremos programas antivírus, antispyswares e outros que nos permitam assegurar a privacidade de seus

dados. Também asseguramos que tudo que for dito na ocasião da pesquisa será tratado de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em relatórios e outros gêneros derivados, eventos e/ou revistas científicas sem a sua identificação.

RISCOS E BENEFÍCIOS DESTA PESQUISA

Durante a realização desta pesquisa, possivelmente podemos encontrar alguns riscos, mas na medida em que estivermos perante estes tipos de circunstâncias vamos imediatamente adotar formas de minimizar essas situações para que não haja uma má repercussão. Com base nesses aspectos, neste caso iremos delinear os possíveis riscos que podemos deparar durante as nossas entrevistas como os seguintes:

Tomar o tempo das interlocutoras ao responder ao questionário online: Para tentar minimizar este risco, informaremos as interlocutoras que as questões do questionário serão de caráter objetivo, no total de 23, e estimamos que a participante leve entre 7 e 10 minutos para responder;

Tomar o tempo das interlocutoras ao participar da roda de conversa: Para tentar minimizar este risco, informaremos as interlocutoras que os encontros terão duração máxima de 1h30min, sendo possível, a partir do diálogo a definição de horário e dia mais convenientes para todas;

Quebra de anonimato/Invasão de Privacidade/Exposição de imagem e áudios: Será estabelecido um acordo entre as partes de que não será permitido o uso de equipamentos de áudio e vídeo por quaisquer integrantes da roda de conversa, com o objetivo de proteger a privacidade, exceto por parte da pesquisadora, nos momentos de registro da atividade, respeitando a confidencialidade das partes; Para os dados coletados e armazenados no computador usaremos programas credenciados de proteção aos dados.

Desconforto/Vergonha/Constrangimento relacionado a presença do pesquisador ou de outros integrantes da roda de conversa/Embaraço de interagir com estranhos, medo de repercussões eventuais: Deverá ser garantido o sigilo daquilo que for falado entre as partes, garantindo a não utilização das informações tendo como objetivo o prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de auto-estima, de prestígio e/ou financeiro, podendo somente ser usado pela pesquisadora com o fim científico, respeitando a confidencialidade e anonimato;

Responder a questões sensíveis/ Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado: Garantir uma abordagem cautelosa e respeitosa as interlocutoras, considerando e respeitando seus valores, cultura e crenças, além de promover sua privacidade em ambiente tranquilo e seguro, assumindo o compromisso de não divulgar os nomes das interlocutoras ou qualquer outra informação que permita a sua identificação individual; é também necessário promover a confidencialidade dos dados e o seu armazenamento adequado.

Dentre os benefícios da pesquisa destaca-se: reconhecer os desafios para as mães universitárias se manterem na academia, mas principalmente, buscar soluções e apresentá-las ao Programa de Assistência Estudantil (PAES), para que estes busquem mecanismos das políticas públicas para sanar as demandas da população materna que compõem o corpo estudantil da UNILAB. Deste modo, podemos afirmar que este projeto de pesquisa reúne importância acadêmica, política e social, por buscar tensionar as estruturas sociais que determinam a experiência de ser mulher e mãe no espaço universitário.

DIREITOS DA PARTICIPANTE

A pesquisadora garante e se compromete com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo, da mesma forma, que as informações obtidas terão como único objetivo a realização da pesquisa. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18). Garantimos também que essa pesquisa tem caráter voluntário e a interlocutora terá a plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. E ainda, para participar da mesma, não será oferecido nenhum valor. Também não haverá nenhum custo para participar da pesquisa. Informo-lhe também que, caso autorize, a senhora assinará este Termo de Consentimento e receberá uma via em seu e-mail pessoal. Garantimos que a sua identificação será preservada, e será mantido o anonimato. A sua participação é de caráter voluntário, isto é, a qualquer momento a senhora pode recusar-se a não participar das rodas de conversa e retirar seu consentimento, entrando em contato com a responsável pela pesquisa, Ana Cássia Alves Cunha, pelo telefone (085- 987366372) e/ou contato eletrônico: anacassia.alves@gmail.com. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição.

O COMITÊ DE ÉTICA

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira (UNILAB) encontra-se disponível para esclarecer dúvidas e/ou reclamações quanto à sua participação no referido estudo por meio do telefone (85) 33326190 e/ou contato eletrônico: cep@unilab.edu.br. Endereço: Sala 13A, Bloco Administrativo II, Campi da Liberdade, Avenida da Abolição, nº 3, Centro, CEP: 62.790-000, Redenção – Ceará – Brasil.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO (ELETRÔNICO)

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. A pesquisadora me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação, assim como, me deu garantia que as informações coletadas na pesquisa terão a finalidade exclusiva para a realização da pesquisa. A pesquisadora me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade ou interrupção do meu vínculo institucional, assim como, Fui informado também que devo imprimir ou gerar um PDF do TCLE para ter a minha cópia do TCLE e que posso solicitar uma versão dele via e-mail para a pesquisadora.

ACEITO PARTICIPAR

NÃO ACEITO PARTICIPAR

APÊNDICE II - QUESTIONÁRIO FORMULÁRIO ELETRÔNICO

- 1) Nome?
- 2) E-mail?
- 3) Telefone para contato/WhatsApp?
- 4) Você está regularmente matriculado na UNILAB?
 - Sim
 - Não
- 5) Qual o seu curso?
- 6) Data de nascimento?
- 7) Você tem filho(s)/filha(s)?
 - Sim
 - Não
- 8) Se sim, quantos?
- 9) Está gestante?
 - Sim
 - Não
- 10) Sua gravidez ocorreu enquanto estudava na UNILAB?
 - Sim
 - Não
- 11) Você é solteira, casada, viúva, divorciada ou separada?
 - Casada
 - Viúva
 - Divorciada
 - Separada
 - Solteira
 - Em união estável/morando juntos
- 12) Qual o seu país de nascimento?
 - Angola
 - Brasil
 - Cabo Verde
 - Guiné-Bissau
 - Moçambique
 - São Tomé e Príncipe
 - Outro, qual?
- 13) Qual o seu Estado/Província e cidade de origem?
- 14) No seu país/cidade natal, você morava na Zona Urbana ou Rural/Campo?

- Urbana
- Rural/Campo

15) Atualmente, você mora nas cidades sede da UNILAB (Acarape ou Redenção)?

- Sim
- Não

16) Qual a sua cor/raça ou etnia?

- Cor Branca
- Cor Preta
- Cor Parda
- Cor Amarela
- Raça/Etnia Indígena

17) Se dos PALOP, a qual grupo étnico você pertence?

18) Qual a sua religião?

19) Você é uma pessoa com deficiência?

- Sim
- Não
- Qual?

20) Qual é o seu nível de escolaridade?

- Ensino superior em andamento
- Ensino superior completo
- Especialização em andamento
- Especialização completo
- Pós-graduação em andamento
- Pós-graduação completo

21) Qual ou quais sua(s) fonte(s) de renda?

- Auxílio Estudantil
- Bolsa em projeto de ensino, pesquisa ou extensão
- Bolsa de pós-graduação
- Auxílio Brasil
- Ajuda financeira familiar
- Estágio remunerado
- Empregada trabalhando 40 horas ou mais por semana
- Outro, qual?

22) Renda mensal?

- R\$ 0 – R\$ 380,00
- R\$ 530,00
- R\$ 600,00
- R\$ 1.302,00
- R\$ 1.660,00 ou mais
- Outro, qual?

23) Você teria interesse em participar de uma roda de conversa com o objetivo de identificarmos quais as especificidades de ser mãe no contexto acadêmico?

- Sim
- Não

24) Gostaria de sugerir um tema para conversarmos no nosso encontro?

APÊNDICE III - CALENDÁRIO RODAS DE CONVERSA E ENCONTROS FORMATIVOS

CRONOGRAMA - 2023

27/05 - sábado | 10h - Encontro de abertura

06/06 - terça-feira | 9h - Roda de conversa

10/06 - sábado | 10h - Encontro formativo

13/06 - terça-feira | 15h - Roda de conversa

17/06 - sábado | 10h - Encontro formativo

20/06 - terça-feira | 9h - Roda de conversa

24/06 - sábado | 10h - Encontro formativo

14/07 - sexta-feira | 15h Encontro de Confraternização

09/09 - Sábado | 10h - Encontro formativo

23/09 - sábado | 10h - Elaboração documento | Definição próximos passos (Assembléia Geral)

07/10 - sábado | 10h - Encontro formativo

21/10 - sábado | 10h - Reunião alinhamento de pauta

23/10 - segunda-feira | 19h - Assembléia com os Estudantes Mães e Pais

**APÊNDICE IV - POLÍTICA DE ACOLHIMENTO AS DISCENTES MÃES DA
UNILAB**

**COLETIVO MULHERES MÃES UNIVERSITÁRIAS NA UNIVERSIDADE DA
INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (CMMU)**

POLÍTICA DE ACOLHIMENTO AS DISCENTES MÃES DA UNILAB

APRESENTAÇÃO

Este documento é resultado da pesquisa em andamento intitulada “SER MÃE E UNIVERSITÁRIA: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS ESTUDANTES MÃES BRASILEIRAS E DOS PALOP QUE ESTUDAM NA UNILAB-CEARÁ”, que está sendo realizada no curso do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH/UNILAB), pela mestrandia Ana Cássia Alves Cunha e sendo orientada pela professora Dra. Geórgia Maria Feitosa e Paiva (MIH/UNILAB).

A pesquisa-ação que resultou neste documento aconteceu entre os meses de abril a outubro de 2023, a partir de rodas de conversa e encontros formativos com as estudantes mães regularmente matriculadas nos cursos de graduação da UNILAB.

Enquanto a pesquisa acontecia, também existiam outros movimentos nas demais universidades do Brasil. Os diversos coletivos de mães universitárias se uniram e tornou-se o Coletivo Nacional de Mães na Universidade. Embora fossemos apenas um grupo focal, onde o objetivo era contribuir na pesquisa em andamento, nos dispomos, ainda que prematuramente nos tornarmos um coletivo, tendo como nossa representante a estudante do curso de Agronomia, Josélia Santos.

O coletivo nacional, a partir de diversas articulações, hoje integra o Grupo de Trabalho com a finalidade de promover estudos técnicos relacionados à Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras, instituído pelo Ministério de Estado da Educação, através do Diário Oficial da União, através da PORTARIA Nº 2.005, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

Embora reconheçamos que este é um importante marco na história das Políticas de Permanência no Ensino Superior, o Coletivo Mulheres Mães Universitárias na UNILAB, reconhecendo que a nossa universidade tem autonomia, tem em vista dialogar com a gestão para promover melhorias que possibilitem a seguridade das mães universitárias de permanecer no ensino superior, pensando nas necessidades de hoje.

CONTATO:

Coletivo Mulheres Mães Universitárias na UNILAB - coletivommu.unilab@gmail.com

Maria Josélia Gomes dos Santos - joselia@aluno.unilab.edu.br

Angelina de Fátima Nguli - angelinanguli@gmail.com

Amanda Cristina Bentes do Lago - amandolago@gmail.com

Ana Cássia Alves Cunha - anacassia.alves@gmail.com

POLÍTICA DE ACOLHIMENTO AS DISCENTES MÃES DA UNILAB

As Políticas de Acolhimento as Discentes Mães da UNILAB aqui propostas devem visar principalmente as mães universitárias da graduação e da pós-graduação, que estão em situação de vulnerabilidade, mas podem ser estendidas aos pais, corpo técnico e docente, a partir da compreensão que todas aquelas e aqueles que fazem parte da estrutura universitária e que possuem filhos/as podem ser assistidos eventualmente por um dos equipamentos de uso comum.

Reconhecendo a necessidade da criança ser reconhecida no espaço acadêmico e que esta deve permanecer com a mãe, é preciso pensar nos mecanismos de garantia desse direito. É com esta perspectiva que apresentamos a proposta de promover o diálogo e o fortalecimento das políticas de Ações Afirmativas da UNILAB e mulher mãe, assim como, consolidar e expandir a política de assuntos estudantis e de apoio acadêmico as/ês estudantes.

É importante que a gestão universitária compreenda que as reivindicações aqui apresentadas façam parte de um âmbito coletivo, não individual, cuja perspectiva é garantir a permanência e conclusão dos cursos que estas estudantes estão regulamente matriculadas, compreendendo que, embora a nossa universidade seja fundada em pilares diferenciados das demais universidades do Brasil, ainda assim, ela é, e reproduz em sua estrutura o patriarcado excludente, das minorias, entre elas mulheres mães universitárias e pesquisadoras.

COIBIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO E POLÍTICA CONTRA O ASSÉDIO NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE

Episódios de assédio moral contra as mães universitárias infelizmente são comuns no ambiente acadêmico, seja por parte dos/as colegas e/ou mesmo dos professores/as/ês e colaboradores (servidores e terceirizados) da instituição.

A universidade precisa tornar público os canais de denúncia para os casos que ocorram quaisquer situações de constrangimento (assédio moral, psicológico, LGBTQIA+Fobia e/ou sexual, racismo, violência de qualquer natureza etc.). As/os estudantes precisam acreditar na confiabilidade dos canais de denúncia e que estes não sofrerão retaliação.

É preciso que a universidade desenvolva ações de marketing institucional para promover campanhas com os temas que tratam sobre as questões referente às estudantes mães

universitárias, assim como, da importância da participação das mulheres nas ciências, entre outros, que podem inspirar mulheres a permanecerem no ensino superior.

Criar e divulgar materiais educativos e guias que abordam o problema também é uma possibilidade. É preciso que fique explícito que as políticas da universidade são contra a discriminação e o assédio.

Além dos elementos da comunicação, um importante mecanismo para garantir a equidade, a proteção e a garantia de direitos de permanência é a **regulamentação de normativas contra o assédio** e neste documento deve ficar evidenciado o carácter estudantil e profissional das mulheres mães que ocupam o espaço universitário com ou sem os seus filhos/filhas.

OUTRAS EXPERIÊNCIAS:

A **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, através da resolução 275 de 25 de novembro de 2012, aprovou normativa contra o Assédio no âmbito da Universidade e traz em destaque a prática de assédio moral contra as mulheres.

IV - Desconsiderar a opinião técnica da mulher em sua área de conhecimento;

V - Desrespeitar as ne - Dificultar ou impedir que as gestantes compareçam às consultas médicas;

II - Interferir no planejamento familiar das mulheres, exigindo que não engravidem;

III - Desconsiderar as recomendações médicas às gestantes na distribuição de tarefas; cessidades de lactantes, mães recentes e adotantes;

VI - Desqualificar profissionalmente mulheres que estão retornando da licença maternidade;

VII - Impedir que mulheres grávidas exerçam atividades profissionais ou exigir que exerçam atividades que coloquem em risco a gestação; e

VIII - Impedir que mulheres usufruam da licença maternidade ou exigir que compensem o afastamento do trabalho.

LICENÇA MATERNIDADE

Substituir o Regime Especial a Gestante, que garante através da Lei 6.202/1975, que à estudante gestante, a partir do oitavo mês, ou após o nascimento da criança, ficar assistida pelo regime de exercícios domiciliares, pela Licença maternidade, criando uma resolução específica, com duração de 120 dias, prorrogáveis por mais 60 dias, podendo está ser requerida

à Divisão de Assistência à Saúde do Estudante (DIASE) pelas estudantes da graduação e da pós-graduação, a partir do oitavo mês de gestação, ou após o nascimento da criança. (Em casos excepcionais, mediante atestado médico, o período licença-maternidade das estudantes poderá ser aumentado, antes e após o parto.)

IMPORTANTE: A Licença Maternidade não deverá impactar na perda de auxílios de permanência estudantil e/ou bolsas de fomento.

OUTRAS EXPERIÊNCIAS:

A **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, através da resolução 11 de 2013, aprovou no artigo 65, a Licença Maternidade, com duração de 120 dias, prorrogáveis por mais 60 dias, poderá ser requerida à Divisão de Saúde e Junta Médica a partir do oitavo mês de gestação, ou após o nascimento. Anos depois, o mesmo aconteceu para as estudantes da pós-graduação, através da resolução 53 de 2022, no artigo 5º. A concessão de licença gestante será assegurada por até 180 dias. A resolução também trata sobre Licença Paternidade e nos casos de adoção.

A comunidade da **Universidade Federal de Santa Catarina** está em consulta pública da Resolução Normativa que estabelece a Política Institucional de Equidade de Gênero, trazendo um importante destaque para as questões da maternidade e parentalidade e dentre as muitas propostas está a aplicação da Licença Maternidade: “Caberá à PROGRAD promover licença-maternidade (ZZD) para as estudantes de graduação, com tempo equiparado às das servidoras (no momento, 180 dias após o parto)”

PROJETOS DE LEI:

Alguns Projetos de Lei que alteram diretamente a Lei de Diretrizes de Bases Nacional, Lei 9.394/96, estão em tramitação e dialogam diretamente com o tema.

A primeiro é a **PL 254/2020**, que visa assegurar à aluna gestante ou lactante acesso à educação básica, profissional, superior e especial. O objetivo é fornecer meios para que essas alunas não interrompam os estudos durante a gravidez ou lactação.

O segundo é a **PL 840/2021**, que visa a prorrogação dos prazos para conclusão de cursos e programas de educação superior, nos casos de maternidade e de adoção, não impactando negativamente na avaliação das instituições de ensino superior.

REGIMENTO ACADÊMICO ESPECIAL

Criar um Regimento Acadêmico Especial para assistir os/as estudantes que vivenciam alguma situação específica, que necessitem da flexibilização e adaptações de estratégias pedagógicas, podendo este:

- Considerar as peculiaridades da maternidade;
- Em casos excepcionais, mediante atestado médico, o período de exercício domiciliar poderá ser aumentado, antes e após o parto;
- O aceite do atestado médico dos filhos e familiares em caso de doença para abonar falta;
- Nos casos em que o/a estudante é responsável legal por cuidados a pessoas doentes ou com deficiências;
- Fica a critério da estudante optar pelo exercício domiciliar, licença-maternidade ou trancamento de matrícula a qualquer tempo.

OUTRAS EXPERIÊNCIAS:

A **Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**, através da Resolução no 01/2023, de 20 de abril de 2023, regulamenta o regime acadêmico especial para permanência (RAEP). Neste sentido, o RAEP tem por objetivo favorecer o prosseguimento dos estudos e a permanência qualificada nas trajetórias de formação de estudantes de graduação em situações específicas, por meio da flexibilização de regras do regime acadêmico, nos termos dos artigos 5º e 6º desta Resolução, e da adaptação de estratégias pedagógicas, conforme previsto no art. 7º, conforme as possibilidades operacionais e pedagógicas da Universidade. Deste modo, destacamos, Art. 2. O RAEP poderá ser concedido ao estudante requerente que se encontrar em uma ou mais das seguintes condições:

- I - doença crônica ou prolongada;
- II - deficiências;
- III - sofrimento mental;
- IV - gestação;
- V - guarda e companhia de filhos com menos de 4 (quatro) anos;
- VI - responsabilidade legal por cuidados a pessoas doentes ou com deficiências; ou
- VII - outras situações análogas consideradas pertinentes

RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

A segurança alimentar é uma pauta importante quando pensamos em políticas de assistência e permanência para estudantes universitários e não deveria diferir para as mães e pais que possuem crianças. Deste modo, desejamos que o acesso ao Restaurante Universitário (RU), seja permitido, nos padrões necessários de segurança alimentar. Levando as seguintes questões aos setores responsáveis: A partir de qual idade a comida do RU é ideal para o consumo? É possível torná-la mais saudável?

Com a resolução destas questões, sugerimos os seguintes pontos:

- Que crianças, acompanhadas do seu responsável, solicitem o cartão do RU para poderem realizar a refeição mediante ao pagamento;
- Para as mães e pais que estão em situação de vulnerabilidade social, recebendo auxílio alimentação através do RU, o mesmo pode ser estendido aos filhos/as que possuem o cartão RU;
- No caso das estudantes mães afastadas do ambiente acadêmico por motivo de Regime Especial a Gestante/Licença Maternidade, elas poderão ter acesso ao restaurante universitário através do fornecimento de quentinhas;
- Se existe uma idade limite para o consumo da alimentação, estabelecida nos critérios da segurança alimentar, que estas informações sejam publicizadas e que os responsáveis pelas crianças tornem-se cientes, assinem um termo responsabilidade, onde o aluno/a/ê assegura que não alimentará a criança com comida inadequada e se responsabiliza por isso.

FRALDÁRIO, ESPAÇO DE AMAMENTAÇÃO E BANHEIRO FAMÍLIA

Embora a UNILAB tenha avançado com a criação da Sala de Apoio à Amamentação, localizada no Centro de Atenção Integral à Saúde (CAIS), no Campi das Auroras (Ceará), que dispõe de espaço de amamentação e fraldário, o local torna-se inacessível as necessidades cotidianas das estudantes. É preciso existirem espaços de acolhimento em todos os prédios da universidade, para apoio a amamentação, com trocador/fraldário e copa para bebê, que seja garantida privacidade às lactantes que desejem amamentar em local reservado.

Também é necessário a criação de banheiros família em todos os prédios da instituição, contendo cubas para banho, chuveiro, trocadores e sanitários infantis. O uso desses espaços não é exclusivo para mães estudantes, e sim, para toda a comunidade acadêmica.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ESPECIALIZADA

ProCIADI/PROPAE: Programa de apoio a permanência de mães e pais discentes na Universidade

Dialogando com os objetivos do ProCIADI, contribuir para a permanência da(o) estudante-mãe/pai mediante a oferta de assistência-creche a seus filhos, além de formar estudante para o trabalho com crianças, é preciso **ampliar os dias e horário de atendimento**, funcionando de segunda a sexta-feira, tornando-se matutino, vespertino e noturno.

Para isso é necessário **ampliar o número de educadores/bolsistas**, para que este atuem como tutores numa perspectiva intercultural e de cooperação internacional sul-sul, para promoção de atividades extracurricular a crianças de 03 a 10 anos a partir dos seguintes eixos temáticos:

- Arte da educação e ludicidade na infância;
- Saúde e desenvolvimento da criança;
- Culturas de matrizes africanas;
- Educação Ambiental e cultivo da terra;
- Etno-ciência e Engenharia social para crianças.

Deste modo, também se faz necessário **equipar e manter o meio ambiente e infraestrutura do espaço da Casa Encantada, como também ampliar** ProCIADI em outros projetos de apoio a mães da UNILAB.

BRINQUEDOCRECHE: Instituto de Humanidades

As brinquedotecas ou brinquedocreches tem um papel importante no curso de Pedagogia, sendo este um laboratório de práticas pedagógicas que faz a interlocução entre teoria e prática, pensando no brincar como um elemento primordial para o desenvolvimento da criança e da infância. Logo, o espaço objetiva ser um espaço lúdico que estimule a criatividade, socialização, afetividade, autoestima, raciocínio lógico, desenvolvimento das capacidades motoras, memória, percepção, imaginação, e senso de organização das crianças com o ato de brincar.

A **institucionalização da Brinquedocreche** como Laboratório do curso de Pedagogia visa a possibilidade da ampliação do público, compreendendo que além dos cursos de Pedagogia, existem outros cursos noturnos que poderiam ser assistidos pelo equipamento.

Além disso, é necessário a criação de **bolsas para educadores** do Curso de Pedagogia, para o contínuo aprimoramento e dedicação da ação do desenvolvimento da ludicidade e a integração social e cultural das crianças. Da mesma forma, a necessidade continua da **manutenção do meio ambiente e infraestrutura** do espaço da Brinquedocreche.

AUXILIO MATERNIDADE

Incentivar, em caráter emergencial, a permanência de alunas da graduação e da pós-graduação, em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, que estejam em período de licença maternidade ou adoção por meio da concessão de auxílios financeiros, podendo o mesmo perdurar até 6 meses.

OUTRAS EXPERIÊNCIAS:

A **Universidade Estadual Paulista** dispõe de Auxílio Licença Maternidade/Paternidade, cujo objetivo é incentivar, em caráter emergencial, a permanência de alunos de graduação que estejam, comprovadamente, em período de licença maternidade/paternidade ou adoção por meio da concessão de auxílios financeiros.

AUXÍLIO CRECHE

O auxílio-creche deve ser um benefício ao discente, regularmente matriculada no curso de graduação ou pós-graduação, em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, e tenha filho/a com idade entre 6 meses e 6 anos incompletos, que esteja sob sua guarda e que coabite com a/o mesma/o. O objetivo do auxílio é disponibilizar ajuda financeira aos estudantes, buscando contribuir com a obtenção de um desempenho acadêmico satisfatório, bem como reduzir a evasão acadêmica decorrente da maternidade ou paternidade.

AUXÍLIO MENSTRUAL

O Auxílio Menstrual deverá ser um benefício que objetiva amparar mulheres, homens trans e pessoas não-binárias que menstruam na aquisição de insumos para higiene menstrual a fim de minimizar o impacto da situação de vulnerabilidade sócio-econômica de discentes.

ESPAÇO INFANTIL

Criação de espaços infantis nas bibliotecas e nos laboratórios com o objetivo de apoiar as pessoas que precisam acessar os equipamentos e estão acompanhadas de crianças.

OUTRAS EXPERIÊNCIAS:

A Biblioteca Central da **Universidade da Santa Catarina** e da **Universidade Federal de Pernambuco** já dispõem de espaços dedicados as famílias e crianças, tendo como objetivo apoiar aquelas e aqueles que precisam ir ao espaço da biblioteca e não com quem deixar a criança, mas também, como um espaço de acolhida para toda a comunidade.

INSERÇÃO DAS MÃES UNIVERSITÁRIAS NO ACESSO ÀS SELEÇÕES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Compreendendo que a maternidade causa um impacto na produção acadêmica e buscando garantir a equidade de gênero, inserir a categoria mãe nos Baresmas para acesso das mães estudantes, nos editais de fomento de pesquisa e extensão, ao nível de graduação e pós-graduação e nos editais de seleção da pós-graduação, além de ampliar o período de análise do Currículo Lattes em 2 (dois) anos (além do estipulado no edital), em concursos públicos e seleções (pós-graduação, docentes em regime temporário, entre outros) que exijam a avaliação da produção acadêmica, para mulheres e pessoas de sexo-gênero dissidente que tiveram filhos ao longo do período considerado originalmente para avaliação.

APOIO PSICOLÓGICO

Embora a universidade já desenvolva ações de atendimento psicológico, através do serviço de Plantão Psicológico, que disponibiliza vagas para atendimento pontual, poderia ser desenvolvido ações ou um projeto voltado para as estudantes mães que enfrentam discriminação e assédio, sendo este trabalhado desenvolvido diretamente com o apoio social e pedagógico.

Entre os momentos necessário para o apoio psicológico seria os 40 dias do puerpério, período em que as mães estão mais fragilizadas e propensas a depressão pós-parto.

APOIO PEDAGÓGICO

Unido as ações de apoio psicológico e social, é necessário que a UNILAB disponha de apoio pedagógico aos estudantes, não somente as mães universitárias, mas para todo o corpo estudantil, para realizar orientação pedagógica individual e coletiva aos discentes, visando à superação das fragilidades no processo de ensino e aprendizagem, assim como, do abandono. As/os pedagogas/os devem fazer parte da equipe de Políticas de Permanência e Assistência Estudantil.

COIBIÇÃO DO ABANDONO DO CURSO DAS MÃES E GESTANTES DA UNILAB

Criar mecanismos para os institutos acompanhem as/os estudantes que faltam recorrentemente para identificar o problema e se existem possibilidade para o não abandono. A ação pode ser aplicada a todo o corpo discente da universidade, para tentar coibir o abandono.

REALIZAR PESQUISAS INSTITUCIONAIS COM AS ESTUDANTES MÃES

O espaço universitário é um lugar cíclico, que constantemente vai mudando o seu público. Para conhecer o público da universidade é preciso realizar levantamento de dados periódicos para compreender os problemas e assim buscar as possíveis soluções.

No caso das estudantes, mães e universitárias, tanto para combater à discriminação e o assédio contra as mães na academia, como para desenvolver políticas de assistência e permanência, é essencial que as instituições tenham dados concretos para promover um ambiente acadêmico inclusivo e igualitário.

DIALOGO INTERMUNICIPAL ENTRE A UNIVERSIDADE E AS PREFEITURAS PARA GARANTIR QUE CRIANÇAS TENHAM ACESSO À CRECHE E ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

Para garantir a permanência das estudantes no ensino superior, assim como, o sustento das famílias que dependem do trabalho para sua sobrevivência, é de fundamental importância que existam nos municípios onde a universidade se faz presente, creches e escolas em período integral. É preciso que a universidade reconheça quem são as mães universitárias que precisam ter garantido o acesso ao ensino público das suas crianças e que estes dialoguem com os representantes municipais apresentando as demandas.

FORMAÇÃO SOBRE ASSUNTOS RELACIONADOS À PARENTALIDADE

É direito de toda/o cidadã(o):

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Brasil, 1988, Artigo 6).

Assim como, é direito e dever de todos nós:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer e à profissionalização, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988, Artigo 227).

É garantido por lei o acesso das crianças nos espaços da sociedade, sendo a este garantido o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. É preciso criar mecanismos de conscientização, não apenas através de campanhas, mas também através da educação, seja por meio de treinamentos, workshops e palestras.

A realização de treinamentos que tratam sobre a legislação, os direitos e o combate a discriminação e assédio das mães no âmbito universitário, sejam elas, estudantes, professoras e/ou servidoras/tercerizadas.

Os workshops e palestras poderiam ter como público toda a comunidade acadêmica, possibilitando a participação de especialistas e o debate para sensibilizar a sociedade sobre o assunto.

REPRESENTAÇÃO DO DAS MULHERES MÃES UNIVERSITÁRIAS NA UNILAB NO CONSEPE, CONSUNI E OUTROS

O que vivenciamos cotidianamente nos espaços de poder são pessoas, principalmente homens, tomando decisões sobre temas que devem ser debatidos e representados por nós. Neste sentido, é preciso que as mulheres, mães, universitárias, que fazem parte dos coletivos de luta da nossa universidade participem dos debates que envolvam o tema. Caso sejam criados GTs que figurem temas que interseccionam a experiência da maternidade, devemos estar lá, presentes, buscando melhorias contínuas para a nossa permanência.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Política Institucional de Equidade de Gênero da UFSC. UFSC - Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade da Universidade Federal de Santa Catarina, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/politica-institucional-de-equidade-de-genero-da-ufsc> Acesso em: 12.out.2023.

CAÊ, Gioni; GAONA, Gabe. **Manual para o uso da Linguagem Neutra em Língua Portuguesa.** Frente Trans Unileira. 2022. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/informes/manual-de-linguagem-neutra/Manualdelinguagemneutraport.pdf> Acesso em: 21.out.2023.

CAIADO, A. P. S.; *et al.* Semeando a terra e colhendo Baobás: Seis anos do centro integrado de atenção ao desenvolvimento infantil na UNILAB. **Unilab 10 anos:** Experiência, desafios e perspectivas de uma Universidade Internacional com a África e Timor-Leste no interior da Bahia e Ceará – v.1 Org. Artemisa Odila Candé Monteiro; Ivan Costa Lima. Fortaleza: Imprece, 2021.

CASSIANO, Ophelia. **Guia Para “Linguagem Neutra” (PT-BR).** Medium. Última atualização 10 de junho de 2023. Disponível em: medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b. Acesso: 21.out.2023.

CEARÁ. **Governo do Ceará entrega Praia Acessível, Brinquedocreche, Brinquedopraça e Academia ao Ar Livre em Aquiraz.** Governo do Estado. Publicado em 18 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2021/12/18/governo-do-ceara-entrega-praia-acessivel-brinquedocreche-brinquedopraça-e-academia-ao-ar-livre-em-aquiraz/> Acesso: 15.set.2023.

PIS. Guia de estratégias para combate à discriminação e ao assédio contra mães na academia. Parent Is Science. Publicado em 5 de agosto de 2023. Disponível em: https://www.parentinscience.com/_files/ugd/0b341b_c86e9391a5ee4073be1dfbee8ef639b2.pdf Acesso em: 12.ago.2023.

SILVA, Juliana Marcia Santos; SALVADOR, Andréia Clapp. Coletivos de Mães Universitárias Rompendo com a História da Exclusão Feminina nas Universidades. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31, 2021, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPUH - Brasil, 2021. Disponível em: . Acesso em: 04 out. 2021.
UFCA. **Assuntos Estudantis**. Universidade Federal do Cariri. [s.d.] Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/assuntos-estudantis/editais/#accordion-1> Acesso em: 10.ago.2023.

UFSCAR. Resolução Coase nº 49, 15 de dezembro de 2021. Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis da Universidade Federal de São Carlos, 2021.

UFSCAR. **Ato Administrativo nº 047, de 22 de março de 2018**. PROACE, Pro-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da Universidade Federal de São Carlos, 2018.

UFGD. **Auxílio Saúde Menstrual**. Universidade Federal da Grande Dourados. Publicado em 6 de junho de 2023. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/programa/programas-para-estudantes-perfis/auxilio-saude-menstrual> Acesso em: 12.out.2023

UFMG. **Permanência qualificada**. Boletim, N. 2.127, Ano 49, 15 de maio de 2023. Disponível em: https://ufmg.br/storage/7/a/0/d/7a0dbca36ea8e6fa3b4851c9f05160e5_16839131543286_848718520.pdf Acesso em: 16.set.2023.

UFSB. **Projeto Banheiros Familiares e Fraldários da UFSB**. Universidade Federal do Sul da Bahia.2021. Disponível em: https://ufsb.edu.br/proaf/images/SEPSE/documentos/Projeto_Frald%C3%A1rios_na_UFSB.pdf Acesso em: 10.out.2023.

UNESP. **Auxílio Licença Maternidade/Paternidade**. [s.d.] Disponível em: <https://www.feb.unesp.br/#!/ensino/graduacao/auxilio-maternidade-paternidade/> Acesso em: 15.set.2023.

UNESP. **Permanência Estudantil**. [s.d.] Disponível em: <https://www.ibilce.unesp.br/#!/permanencia-estudantil/> Acesso em: 15.set.2023.

UNILAB. **PROCIADI**. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. 2021/2023. Disponível em: <https://Unilab.edu.br/prociadi/> Acesso em: 10.out.2023.